

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DEPARTAMENTO DE  
COOPERAÇÃO E FOMENTO CENTRO LÚCIO COSTA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

**O TERRITÓRIO É PEQUENA ÁFRICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA  
GESTÃO TURÍSTICA NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO**

**Aline Karina de Araújo Dias**

Bacharela em Turismo

Departamento de Cooperação e Fomento–Brasília/DF

11<sup>a</sup> Turma do PEP-MP

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Joseane Paiva Macedo Brandão Supervisão:

Me..Marília Amaral

Rio de Janeiro

2022

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
Aline Karina de Araújo Dias

**O TERRITÓRIO É PEQUENA ÁFRICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA  
GESTÃO TURÍSTICA NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional  
do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
como pré-requisito para obtenção do título de Mestra em

Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Joseane Paiva Macedo Brandão

Supervisão: Me. Marília Amaral

Rio de Janeiro

2022

## Ficha catalográfica

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir do dossiê de inscrição de candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial pelo Departamento de Cooperação e Fomento do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional e os desafios e perspectivas da gestão turística do do território de Pequena África no Rio de Janeiro a partir da preservação afrocentrada do Cais do Valongo.

D 541t

Dias, Aline Karina de Araújo

O território é pequena África: desafios e perspectivas da gestão turística no sítio arqueológico do Cais do Valongo / Aline Karina de Araújo  
Dias. – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2023.

129 f.: il.

Orientadora: Drª Joseane Paiva Macedo Brandão.

Supervisão: Ma. Mariana Amaral.

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2023.

1. Cais do Valongo – Rio de Janeiro (RJ). 2. Memória afro-brasileira.  
3. Racismo. 4. Afroturismo. 5. Afrocentricidade. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Título.

CDD 363.61

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

O território é pequena África: desafios e perspectivas da gestão turística no sítio arqueológico do Cais do Valongo

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestra em Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 2022

Banca examinadora:

---

Professora Dr<sup>a</sup> Joseane Paiva Macedo Brandão (orientadora) – PEP/MP/IPHAN

---

Dr<sup>a</sup> Psicologia Social Nilcemar Nogueira- Fundadora do Museu Do Samba

---

Professor Dr<sup>o</sup> Marcelo Antônio Sotratti- – PEP/MP/IPHAN

Dedico aos meus pais que são meus ancestrais vivos, a minha família, ao meu companheiro, aos meus amigos e todos aqueles que lutam por uma sociedade em que a população negra seja reconhecida pela sua verdadeira potencialidade e realeza! Axé, Muntu!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Orí que foi responsável por me guiar em toda essa jornada, lembrando que o Ori é o orixá pessoal, em toda a sua força e grandeza. Ori é o primeiro Orixá a ser referenciado, é uma representação da minha existência enquanto ser e subjetividade, ou seja, é a minha cabeça que me guia, me acompanha, que pensa, que racionaliza. E nisso, eu saúdo a minha caminhada em que o meu Orí é a chave fundamental para essa ORÍentação.

Agradeço a oportunidade de me tornar mestra e ocupar um lugar tão importante na construção do conhecimento científico no campo da preservação do patrimônio cultural. A importância de se preservar, de conservar e de historicizar um fato histórico, constitui um fundamento circunstancial para a memória de um povo, ter a oportunidade de ganhar como um presente o estudo do território da Pequena África e em especial o Cais do Valongo é retomar ao passado que necessita ser lembrado para ser reparado.

Nesse viés, é uma honra fazer parte das intelectuais que percebem o Afroturismo como uma ferramenta de luta, reparação e de ressignificação da memória, identidade, história e cultura afro-brasileira e ressaltar que o futuro é ancestral quando direcionamos o nosso olhar para a nossa identidade, para o que somos, para o que vivenciamos e, principalmente, nos conectar aos nossos antepassados que são a chave de como ressignificar um passado de dor e sofrimento, pois é perceptível que ainda muitos dos nossos símbolos não geram comoção. Por isso, recontar essa história ressaltando a realeza e a potência do povo negro pode ser um bom caminho.

E essa é a história que eu mais gosto de contar: a realeza e a potência do povo negro! Que foi apagada, violentada, demonizada para que o projeto de colonização possa ser concretizado. É muito perigoso, para um Estado racista, que a sua população negra saiba da sua real potência e sempre foi mais fácil para a branquitude nos inferiorizar, a partir da visão individualizada deles de mundo.

Nesse sentido, é de extrema importância que contemos para o Brasil e para o mundo a força ancestral, espiritual e material do povo negro, as histórias dos reinados, as histórias das grandes revoluções, as histórias das grandes mães, as nossas iabás, as histórias dos nossos orixás que constituem as grandes forças da natureza e que, de certa forma, constituem as nossas infinitas riquezas.

É saudar África, mãe da humanidade: O início, o fim e o meio!

## RESUMO

Esta dissertação propõe uma reflexão sobre os desafios e perspectivas do turismo na preservação do sítio arqueológico do Cais do Valongo, localizado na região da Pequena África no Rio de Janeiro, que simboliza a memória sensível de cerca de 2 milhões de africanos que desembarcaram no maior porto escravista das Américas. O estudo dialoga como o Afroturismo pode ser uma ferramenta que permite a ressignificação dessa memória por meio do conceito de afrocentricidade. Além disso, aborda como o racismo institucional, através de políticas públicas e instrumentos jurídicos, vem atuando como um obstáculo para a preservação desse importante patrimônio. O Cais do Valongo representa um local de memória que denuncia os horrores da escravidão, e o turismo pode desempenhar um papel crucial na construção de narrativas que valorizem a cultura afro-brasileira e destaque a resiliência daqueles que sofreram e sobreviveram a essa barbárie. A afrocentricidade é um conceito essencial que coloca a cultura afrodescendente no centro das discussões sobre a memória pública da escravidão, destacando sua importância na ressignificação desse patrimônio. O sítio arqueológico do Cais do Valongo tem recebido reconhecimento internacional como um local de memória da Diáspora Africana nas Américas, e sua importância tem sido destacada pela UNESCO. No entanto, o racismo institucional tem sido um obstáculo para a preservação desse patrimônio, criando desafios significativos que precisam ser enfrentados. Esta pesquisa utiliza uma abordagem multidisciplinar que envolve análise documental, pesquisas de campo, entrevistas com agentes-chave, revisão bibliográfica e análise de políticas de turismo. O objetivo é fornecer uma compreensão abrangente da transformação do Cais do Valongo e seu impacto no turismo, na preservação da memória afro-brasileira e nas lutas contra o racismo institucional. A preservação do Cais do Valongo é fundamental para que as futuras gerações e o público global compreendam a extensão dos horrores infligidos às pessoas escravizadas e reconheçam a resiliência daqueles que sofreram e sobreviveram a essa barbárie. É uma oportunidade de promover a justiça social, a valorização da cultura afro-brasileira e o enfrentamento do racismo que persiste na sociedade.

**Palavras-chave:** Cais do Valongo; Afrocentricidade; Racismo institucional; Memória afro-brasileira; Afroturismo.

## ABSTRACT

This dissertation proposes a reflection on the challenges and perspectives of tourism in preserving the archaeological site of Cais do Valongo, located in the Little Africa region of Rio de Janeiro, which symbolizes the sensitive memory of around 2 million Africans who disembarked in the largest port slavery in the Americas. The study discusses how Afro-ethnic tourism can be a tool that allows the redefinition of this memory through the concept of Afrocentricity. Furthermore, it addresses how institutional racism, through public policies and legal instruments, has been acting as an obstacle to the preservation of this important heritage. Valongo Wharf represents a place of memory that denounces the horrors of slavery, and tourism can play a crucial role in building narratives that value Afro-Brazilian culture and highlight the resilience of those who suffered and survived this barbarity. Afrocentricity is an essential concept that places Afro-descendant culture at the center of discussions about the public memory of slavery, highlighting its importance in giving new meaning to this heritage. The Valongo Wharf archaeological site has received international recognition as a place of memory of the African Diaspora in the Americas, and its importance has been highlighted by UNESCO. However, institutional racism has been an obstacle to preserving this heritage, creating significant challenges that need to be addressed. This research uses a multidisciplinary approach that involves documentary analysis, field research, interviews with key agents, literature review and analysis of tourism policies. The aim is to provide a comprehensive understanding of the transformation of Cais do Valongo and its impact on tourism, the preservation of Afro-Brazilian memory and the struggles against institutional racism. The preservation of Valongo Wharf is essential for future generations and the global public to understand the extent of the horrors inflicted on enslaved people and recognize the resilience of those who suffered and survived this barbarity. It is an opportunity to promote social justice, the appreciation of Afro-Brazilian culture and the confrontation of racism that persists in society.

**Keywords:** Valongo Wharf; Afrocentricity; Institutional racism; Afro-Brazilian memory; Afro-ethnic tourism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dossiê Cais do Valongo 1- Iphan.....	16
Figura 2: Dossiê Cais do Valongo 2- Iphan.....	17
Figura 3: Circuito historico arqueologico da celebra ção da herança africana- Decreto Municipal 34.803 de 29.11.2023.....	18
Figura 4: IPN: Circuito Histórico de Herança Africana - proposta do Instituto dos Pretos Novo.....	19
Figura 5: Demarcação de uma região de 1,13 quilômetro quadrado que ficou conhecida como Pequena África.....	27
Figura 6: Casa Marielle Franco.....	27
Figura 7: Turismo de modo sustentável.....	35
Figura 8: Diagrama da ampliação da categoria social em diálogo com o turismo cultural.....	36
Figura 9: BBC- Alexandre Macieira.....	43
Figura 10: Sou+ carioca.....	44
Figura 11: Musa Cult.....	44
Figura 12: Diáspora Black.....	45
Figura 13: Diáspora Black- Caminhos de Ciata.....	46
Figura 14: Kerolayne Kemblim.....	51
Figura 15: O Globo.....	54
Figura 16: Registro Sou Mais Carioca.....	55
Figura 17: Ação civil.....	55
Figura 18: Sankofa.....	56
Figura 19: Placas de educação patrimonial.....	57
Figura 20: Sistematização das informações da tabela de mapeamento de sujeitos, redes e instituições do comitê gestor.....	68
Figura 21: Damião Braga.....	70
Figura 22: Giovanni Harvey.....	71
Figura 23: Gracy Mary Bisneta de Tia Ciata.....	71
Figura 24: Luiz Eduardo Negrogun.....	72
Figura 25: Mãe Celina de Xangô.....	72
Figura 26: Merced Guimarães.....	73
Figura 27: Nilcemar Nogueira.....	74
Figura 28: Rodrigo Nascimento.....	74
Figura 29: Sandro Capadócia.....	75
Figura 30: Sérgio Noronha.....	75
Figura 31: Passaporte fé no Turismo.....	78
Figura 32: Placa- Projeto Rota do escravo.....	81
Figura 33: Roteiro histórico inclui seis pontos a partir do Cais do Valongo.....	82
Figura 34: Demonstrativo de visitantes do IPN.....	83
Figura 35: Comércio de escravos no Atlântico.....	91
Figura 36: Tabela do edital de convocação da audiência pública.....	104
Figura 37: Placa de sinalização em mau estado de conservação feito por material de péssima qualidade.....	110
Figura 38: Slide de apresentação do IDG sobre oficinas de participação com as principais agentes da região.....	111
Figura 39: Slide de apresentação CDURP.....	112
Figura 40: Slide de apresentação da geometrie- Anteprojeto de arquitetura – Planta baixa térreo.....	113

Figura 41: Planta baixa mezanino destinado a reserva técnica do Laau.....	115
Figura 42: Planta baixa 1º andar.....	115
Figura 43: Proposta de restauração do prédio André Rebouças.....	115
Figura 44: Slide de apresentação do IRPH- com marcos importantes a cada 100 anos.....	118
Figura 45: Slide a apresentação IRPH-LAAU.....	119

## **LISTA DE SIGLAS**

CEDINE: Conselho Estadual dos Direitos do Negro

CEDURP: Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro  
S/A

COMDEDINE Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro

DECOF – Departamento de Cooperação e Fomento

DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

DEURB: Departamento de Desenvolvimento Urbano, Patrimônio e Turismo do Banco  
Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

FCP: Fundação Cultural Palmares

GTMAF - Grupo de Trabalho Interdepartamental para preservação do patrimônio cultural de  
Matriz Africana

IBRAM: Instituto Brasileiro de Museus

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária IPN: Instituto Pretos Novos

IRPH: Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPEAFRO: Instituto de  
Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros

LAAU: Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana do Rio de Janeiro- LAAU-RJ MPF:  
Ministério Público Federal

MNU – Movimento Negro Unificado

MN/UFRJ: Museu Nacional da Universidade do Rio de Janeiro- MN/UFRJ. MUHCAB-  
Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira

ORTC: Organização Remanescentes de Tia Ciata PPCM – Política do Patrimônio Cultural  
Material

RIOTUR: Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A SEC: Secretaria de  
Estado da Cultura

SESC: Serviço Social do Comércio

SMC - Secretaria Municipal de Cultura - SMC Rio

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - O Cais de Valongo. Fonte: Instituto Rio patrimônio da humanidade- 2021.....	54
Tabela 2 – Organograma de Proposta de estrutura do comitê gestor do Cais do Valongo-Dossiê Iphan.....	65
Tabela 3: Mapeamento de redes e instituições do comitê gestor.....	80
Tabela 4: Planilha Audiências.....	95

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO	29
INSERÇÃO NO CAMPO E PLANO DE REDAÇÃO	30
CAPÍTULO 1 – TURISMO E SUAS CATEGORIAS PARA UMA CONCEPÇÃO NEGRA	33
1.1 O Turismo	33
1.2 O Turismo étnico-afro, afrocentrado e afroturismo	39
1.3 Patrimônio Afro-brasileiro	41
1.4 Produção socio espacial da pequena África carioca , invisibilidade da cultura negra, da história e da memória da escravidão	51
CAPÍTULO 2 – AFROCENTRICIDADE COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A MEMÓRIA NEGRA	61
2.1 Afrocentricidade e memória negra	61
2.2 Mapeamento de sujeitos, redes e instituições do comitê gestor do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo na gestão turística do bem	62
2.3 Protagonismo negro: agentes chaves na região da Pequena África- Cais do Valongo	71
CAPÍTULO 3 – O RACISMO INSTITUCIONAL NA CONDUÇÃO DAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO Cais DO VALONGO: O QUE ESTÁ SENDO FEITO?	89
3.1 Racismo Institucional	89
3.2 Cais do Valongo - o que está sendo feito: relatoria da audiência pública do Cais do Valongo no dia 12/05/2021	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	122
ANEXOS	128

## INTRODUÇÃO

A memória da diáspora africana têm ressurgido e se materializado com a "aparição" do Cais do Valongo, importante sítio arqueológico localizado na zona portuária do Rio de Janeiro. Ressalta-se que o Cais do Valongo foi construído em 1811 pela Intendência Geral de Polícia da Corte do Rio de Janeiro, passando por vários aterramentos como em 1843, quando foi remodelado para receber a princesa de duas Sicílias, Teresa Cristina Bourbon, e em 2011 foi revelado, durante uma obra urbanística de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, e o turismo também foi um aspecto importante para essa revitalização, por meio das obras do Porto Maravilha<sup>1</sup>. Importante apontar como o Cais simbolizou uma ferramenta de relevância para o Rio de Janeiro, de acordo com estudos de Honorato (2011) e Yabeta e Gomes (2013), o Cais do Valongo desempenhou um papel significativo na economia da cidade, sendo utilizado para o transporte de mercadorias e pessoas provenientes de países africanos que foram submetidas à escravidão. Sua inauguração ocorreu nos primeiros anos de 1800, quando a atividade portuária foi transferida do Cais Central, próximo ao Paço da Cidade, e permaneceu em operação até 1831, quando uma lei proibiu a entrada de africanos no país como escravos<sup>2</sup>. No entanto, a atividade continuou de forma clandestina, com o uso de locais secretos para aumentar a mão de obra nas fazendas do interior do estado<sup>3</sup>.

Este trabalho tem como propósito analisar a complexidade da atividade turística e os usos turísticos do sítio arqueológico do Cais do Valongo, que simboliza a memória sensível pela preservação de sua materialidade, possibilitando a construção de narrativas que trazem as experiências de dor e medo dos seres humanos que ali passaram, bem como sua capacidade de sobrevivência. Além disso, busca lembrar à humanidade sobre as consequências da negação da dignidade humana implícita no processo de escravização (IPHAN, 2016).

A pesquisa se desdobra em diversos objetivos específicos que enriquecem a compreensão desse fenômeno. Em primeiro lugar, é essencial investigar como o Cais do Valongo se tornou um local de memória da diáspora africana nas Américas, com ênfase na sua história, importância histórica e seu reconhecimento internacional (IPHAN, 2016).

<sup>1</sup> O Projeto Porto Maravilha é fruto de uma Operação Urbana Consorciada (OUC) que visa a revitalização urbana da Região Portuária do Rio de Janeiro criada pela Lei Municipal 101 de 2009.

<sup>2</sup> Sítios de memória sensível por guardarem em sua materialidade a dor e o medo dos seres humanos que por eles passaram, bem como sua capacidade de sobrevivência, fazendo lembrar à humanidade sobre as consequências da negação da dignidade humana implícito no processo de escravização.

<sup>3</sup> É importante compreender que no urbanismo os termos renovação, revitalização e requalificação urbana têm definições distintas. Adoto o termo revitalização devido mencionar o dossiê de candidatura do Cais do valongo a patrimônio mundial (iphan), porém entendo que o termo requalificação é mais adequado, pois direciona para o reordenamento, proteção e a recuperação dos centros urbanos, sempre integrando as questões econômicas, ambientais e socioculturais para uma melhor qualidade de vida .

A trajetória que levou o Cais do Valongo a se tornar um símbolo da diáspora africana é complexa e envolve múltiplos aspectos culturais e históricos.

Além disso, é fundamental analisar o papel do turismo na revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, com foco nas políticas de turismo voltadas para a região e como o Cais do Valongo se insere nesse contexto (IPHAN, 2016). O turismo desempenhou um papel significativo na transformação dessa área, e compreender sua influência é crucial para avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento urbano.

Outro aspecto relevante da pesquisa é o exame do processo de patrimonialização do Cais do Valongo, incluindo o papel de diferentes campos disciplinares, como historiadores, arqueólogos e antropólogos, na promoção e preservação desse patrimônio (IPHAN, 2016). A colaboração entre esses profissionais contribuiu para a identificação e valorização do Cais do Valongo como parte fundamental da herança cultural brasileira.

Contudo, é necessário investigar o envolvimento de agentes sociais negros, intelectuais negros e movimentos negros na valorização da memória afro-brasileira e na construção do dossiê de candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial (IPHAN, 2016). Esses atores desempenharam um papel crucial na promoção da consciência da importância do Cais do Valongo como um símbolo da luta contra a escravidão e pela preservação da memória afro-brasileira.

A pesquisa também busca entender como o Afroturismo pode contribuir para a reconstrução de identidades de lugares e grupos historicamente excluídos, enfatizando a dimensão política das discussões sobre a memória pública da escravidão (IPHAN, 2016). O Afroturismo apresenta uma oportunidade de empoderamento e afirmação das culturas afrodescendentes, desempenhando um papel fundamental na construção de narrativas inclusivas.

Neste contexto, inclui a análise dos diferentes pontos de interesse e atrações dentro do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, incluindo sua importância na valorização da cultura afro-brasileira (IPHAN, 2016). Compreender a interconexão desses locais é essencial para valorizar a cultura afro-brasileira e a herança deixada pela diáspora africana.

No entanto, antes de explorar os detalhes do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, é fundamental compreender a base física desse importante sítio histórico. De acordo com o dossiê de candidatura para a proposta de inscrição do Cais do Valongo na lista do patrimônio mundial, o sítio arqueológico ocupa uma área de 2.545,98m<sup>2</sup> e é constituído por vestígios do calçamento de pedras (IPHAN, 2016). Este local, construído a partir de 1811, desempenhou um papel vital como ponto de desembarque e comércio de escravizados africanos durante duas décadas, com estimativas sugerindo que entre 500 mil e um milhão de escravizados desembarcaram no Cais do Valongo nesse período. Essa importante localização histórica acabou sendo encoberta em 1843, para a construção do Cais da Imperatriz Tereza Cristina de Bourbon, esposa do imperador Dom Pedro II. Sua área corresponde à atual praça Jornal do Comércio e está limitada pela avenida Barão de Tefé, rua Sacadura Cabral e pelo limite lateral do Hospital dos Servidores do Estado.



Figura 5 - Vista aérea do Sítio Arqueológico Cais do Valongo,  
Foto: João Maurício Bragança

Figura 1: Dossiê Cais do Valongo 1- Iphan

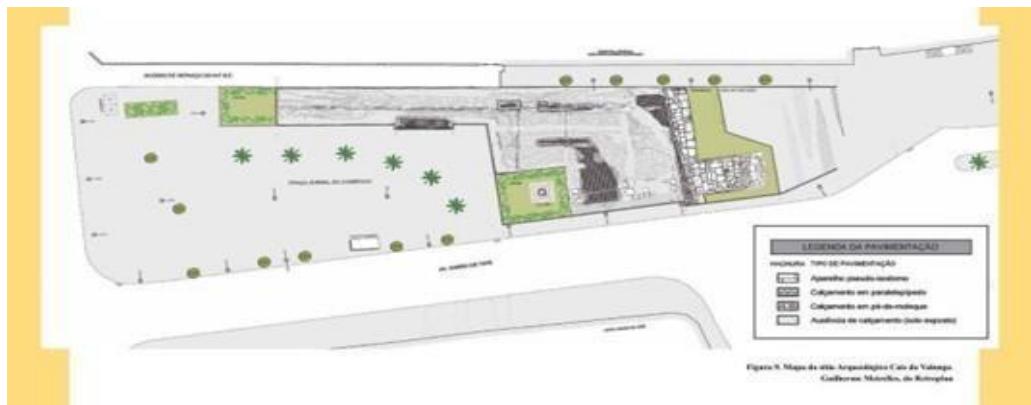


Figura 2: Dossiê Cais do Valongo 2- Iphan

Construiu-se gradativamente um imaginário em torno de três bairros que compõem a região: Saúde, Gamboa e Santo Cristo – como um território afro-brasileiro. Na obra de Moura, a Pequena África designa uma região sem fronteiras muito precisas que engloba a Saúde, o Centro e a Cidade Nova, onde moravam e se encontravam cariocas, baianos, e africanos em processo de proletarização, que ali realizavam seus ritos sagrados e profanos.

A região do Cais do Valongo é permeada de significados da cultura afro- brasileira, constitui-se como território negro, e destaca-se por fortes símbolos como o Cemitério dos Pretos Novos, o Cais do Valongo e o mercado de escravos propiciando o desenvolvimento de novas narrativas sobre a localidade, não só relacionado ao samba, ao trabalho de carga e ao candomblé – como era o caso da Pedra do Sal<sup>4</sup>, mas também ao sofrimento e a dor do desembarque, da comercialização e do enterramento. Zelar pela preservação desse bem, a partir da denúncia da escravidão e do tráfico, é uma forma de dar visibilidade aos crimes contra a humanidade que ocorreram no coração da cidade do Rio de Janeiro. Quase um quarto de todos os africanos escravizados nas Américas foram trazidos para o Brasil, e desses, cerca de 60% entraram pelo Rio de Janeiro, tornando-o o maior porto escravagista da história (IPHAN, 2016). Essa triste estatística nos lembra do papel central que a cidade desempenhou na perpetuação do comércio transatlântico de escravizados e da necessidade premente de manter viva a memória desse passado sombrio. É fundamental que as futuras gerações, bem como o público global, compreendam a extensão dos horrores infligidos às pessoas escravizadas e reconheçam a resiliência daqueles que sofreram e sobreviveram a essa barbárie.

<sup>4</sup> Pedra do Sal é um monumento histórico e religioso localizado no bairro da Saúde, perto do Largo da Prainha, na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. É onde se encontra a Comunidade Remanescentes de Quilombos da Pedra do Sal. Foi tombada em 20 de novembro de 1984 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

É importante destacar a participação ativa das personalidades que valorizaram a dimensão étnico racial da região, como por exemplo: José Rufino dos Santos, historiador e importante militante negro que foi responsável pela solicitação do tombamento da Pedra do Sal, Abdias do Nascimento<sup>5</sup>, Luíza Bairros<sup>6</sup>, ex-ministra da Igualdade Racial, Heitor dos Prazeres<sup>7</sup>, instituições, associações como a fundação Palmares<sup>8</sup>, associação Quilombo da Pedra do Sal , Afoxé Filhos de Gandhi<sup>9</sup>, COMDEDINE Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros<sup>10</sup> e outros sujeitos atuantes na região que o caracterizam como um território afrodescendente. No século XIX, o local marcou o início da formação da região posteriormente denominada Pequena África no século XX, termo cunhado por Heitor dos Prazeres, um pintor e sambista. Nessa área, as primeiras casas de culto de matriz africana foram estabelecidas na cidade, e o samba teve sua origem (IPHAN, 2016).

Ainda durante as obras do Porto Maravilha, a prefeitura criou o Circuito de Herança Africana com o intuito de desenvolver o potencial turístico da região e atrair um público de fora do bairro e, assim, o processo de criação do circuito ocorreu através do decreto 34.803/2011 da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que cria o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito. Começou a oferecer visitas guiadas pela região portuária que incluíam certos atrativos. O processo que conduziu à criação do Circuito de Herança Africana (Figura 3) contribuiu ainda mais para a consolidação da Saúde como um território negro (VASSALO, 2004, pg 17).

<sup>5</sup> Abdias do Nascimento foi ator, poeta, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras brasileiras. Considerado um dos maiores expoentes da cultura negra e dos direitos humanos no Brasil e no mundo, foi oficialmente indicado ao Prêmio Nobel da Paz de 2010. Fundou entidades pioneiras como o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Museu da Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Foi um idealizador do Memorial Zumbi e do Movimento Negro Unificado (MNU) e atuou em movimentos nacionais e internacionais como a Frente Negra Brasileira, a Negritude e o Pan-Africanismo.

<sup>6</sup> Luiza Bairros foi uma administradora brasileira. Foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014.

<sup>7</sup> Heitor dos Prazeres foi um compositor, cantor e pintor brasileiro. Foi um dos pioneiros na composição dos sambas e participou da fundação das primeiras escolas de samba do Brasil.

<sup>8</sup> A Fundação Cultural Palmares foi criada em 1988. Vinculada inicialmente ao Ministério da Cultura, foi o primeiro órgão federal criado para promover, preservar e disseminar a cultura afro-brasileira. Atualmente, faz parte do Ministério do Turismo.

<sup>9</sup> Afoxé filhos de Gandhi fundada no ano de 1951, a Associação Cultural Recreativa Afoxé Filhos de Gandhi apoia, desenvolve e preserva a cultura afro-brasileira por meio da música, da cultura, da fé e de desfiles de Carnaval no RJ.

<sup>10</sup> Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do negro é um órgão de participação popular no poder público na estrutura da Prefeitura do Rio de Janeiro, criado em 1987, ocupado exclusivamente por organizações do Movimento Negro.

De acordo com o IPHAN (2016), o Conselho Científico Internacional do Projeto Rota do Escravo: Resistência, Liberdade e Herança da UNESCO reconheceu a importância excepcional do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo como um local de memória da Diáspora Africana nas Américas. Uma placa que simboliza esse reconhecimento foi afixada no Cais em 20 de novembro de 2013, coincidindo com o Dia da Consciência Negra no Brasil. Além disso, a candidatura do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial recebeu apoio unânime do Comitê Científico Internacional, e esse apoio foi reiterado durante a reunião do Projeto Rota do Escravo: Resistência, Liberdade e Herança em 2014 na cidade do México.

Importante destacar que achados arqueológicos motivaram a criação, pelo Decreto Municipal 34.803 de 29 de novembro de 2011, do Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana (Figura 3), para desenvolver coletivamente diretrizes para implementação de políticas de valorização da memória e proteção deste patrimônio cultural.

Destaca-se que o Decreto Municipal 34.803 de 29 de novembro de 2011, do Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, apresenta 6 pontos como a proposta de construir coletivamente diretrizes para implementação de políticas de valorização da memória e proteção deste patrimônio cultural, são eles: Cais do Valongo, Pedra do Sal, Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Déposito, Cemitério dos Pretos Novos e Centro Cultural José Bonifácio ( Figura 3).



Figura 3- Circuito histórico arqueológico da celebração da herança africana- Decreto Municipal 34.803 de 29.11.2023- Fonte: portomaravilha.com

A proposta do circuito histórico arqueológico de celebração de herança africana, através do decreto municipal, trás uma proposta de um circuito afrocentrado, por meio desses 6 pontos, ou seja uma proposta de valorização em que raça é foco central do circuito, cada um dos pontos apontados pelo decreto representa uma dimensão da vivência dos africanos e seus descendentes. A imagem abaixo (Figura 4) é uma proposta do Instituto Pretos Novos ( IPN) com um olhar para o turismo e comercialização de vários outros bens culturais da região da Pequena África.



Figura 4 - IPN: Circuito Histórico de Herança Africana - proposta do Instituto dos Pretos Novo

Afim de uma melhor contextualização sobre a proposta Circuito Histórico de Herança Africana apresentada pelo IPN, segue abaixo o que cada “atrativo de memória” representa. As fontes foram todas retiradas do site do Instituto dos Pretos Novos<sup>12</sup>.

- 1) **Largo da Prainha:** O Largo de São Francisco da Prainha, popularmente conhecido como Largo da Prainha, é situado na Rua Sacadura Cabral, no sopé do Morro da Conceição, bairro da Saúde, na Zona Central da cidade do Rio de Janeiro. Antes da construção do Porto do Rio de Janeiro, existia ali uma pequena praia, que se estendia até onde hoje é a Praça Mauá. É um atrativo que valoriza a cultura afro-brasileira por referenciar a escultura de Mercedes Baptista (1921-2014), a primeira bailarina negra do Theatro Municipal e inventora do balé afro brasileiro que toma inspiração no candomblé.
  - 2) **Pedra do Sal:** Originalmente chamada de Pedra da Prainha, posteriormente, Pedra do Sal, servia como local de desembarque de carregamentos de sal dos navios que atracavam no porto. Na pedra, foi entalhada uma escadaria de acesso ao Morro da Conceição e com o tempo, tornou-

<sup>12</sup> Instituto dos Pretos Novos ( IPN): Circuito de Herança Africana – IPN. Pretosnovos.com.br. Disponível em: <<https://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/>> Acesso em: 30 dez 2022

- 3) se um ponto de encontro de estivadores. Após a Guerra do Paraguai (1865/70), a região concentrou uma população de negros, sobretudo os baianos. Na segunda metade do século XX, o artista Heitor dos Prazeres, batizou a região de “Pequena África”, a área sempre foi densamente povoada por negros; abrigou um quilombo urbano e muitos terreiros de candomblés, como o de João Alabá. O samba, em seu formato carioca, foi gestado naquelas bandas, assim como os ranchos e o primeiro bloco de carnaval, tendo como um de seus grandes personagens, Tia Ciata. Ali, reuniam-se os grandes sambistas do passado, como Donga, João da Baiana, Pixinguinha, entre outros. Tombada pelo Iphan, em 1984, a Pedra do Sal é atualmente, um local onde ocorrem as animadas rodas de samba.. É onde se encontra a Comunidade Remanescentes de Quilombos da Pedra do Sal. Foi tombada em 20 de novembro de 1984 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.
- 4) **Morro da Conceição:** Importante ocupação urbana semelhante aos tradicionais bairros portugueses, se manteve apesar das profundas transformações urbanas ao seu redor. Enquanto os morros do Castelo e de Santo Antônio foram total ou parcialmente derrubados e o Centro da cidade estabeleceu-se como área de comércio e negócios, o Morro da Conceição permanece como lugar de moradia, rodeado por prédios que escondem parcialmente a população negra que ali reside.
- 5) **Jardim Suspensos do Valongo:** o Jardim Suspenso do Valongo é uma construção paisagística na encosta oeste do Morro da Conceição. Data de 1906, uma encomenda do prefeito Pereira Passos ao arquiteto-paisagista Luis Rey nos moldes dos parques franceses do século XIX. A
- 6) **Docas dom Pedro II - Prédio André Rebouças:** Construção projetada por André Rebouças, influenciado pelos estudos de Louis Barret, então engenheiro na companhia das docas de Marselha, ao retornar ao Brasil publicou Portos de Comércio, demonstrando a evolução do sistema de construção das docas estudadas pelo engenheiro francês, apontando a possibilidade de construir docas mais modernas do que as que visitara na Europa, no Rio de Janeiro. André Rebouças, sustentando a não utilização de mão de obra escrava para sua construção, e expondo que tal ação seria uma firme representação da defesa dos direitos da população de origem africana, e que essa atitude constituiu-se como um dos mais importantes “líbelos” contra a escravidão (IPHAN, 2018).
- 7) **Cais do Valongo:** Foi concluído em 1811, no ápice do funcionamento do mercado de escravizados do Valongo, após a chegada da família real ao Rio de Janeiro (1808). Em 1831, o tráfico transatlântico de escravos foi proibido por pressão da Inglaterra e o mercado de escravizados do Valongo foi desativado, que levou o desembarque de africanos e contrabando para portos clandestinos. De 1838 à 1843, a área ganhou aterros e um novo Cais destinado ao

desembarque da Imperatriz Teresa Cristina, para núpcias com D. Pedro II. O novo Cais foi então batizado de ‘Cais da Imperatriz’. O local foi novamente aterrado em 1904, durante as reformas urbanas empreendida pelo prefeito Pereira Passos. Mais de um século depois, em 2011, o conjunto arquitetônico do Cais do Valongo / Cais da Imperatriz foi novamente exposto como sítio arqueológico, nas escavações para obras de revitalização da região portuária. O Iphan, a Prefeitura do Rio de Janeiro e representantes da sociedade civil formaram uma comissão para elaborar o dossiê para a candidatura do sítio arqueológico ao título de Patrimônio da Humanidade, o que foi concedido pela UNESCO, em 2017.

- 8) **Casa Machado de Assis:** O escritor negro, Machado de Assis, nascido em 21 de junho de 1839, de origem pobre e autodidata, inaugurou o realismo na literatura brasileira e foi incentivador e testemunha da luta pela Abolição da Escravatura. Passou a sua infância no Morro do Livramento, mal estudou em escolas públicas e nunca freqüentou universidades. Machado de Assis pôde assistir, durante sua vida, a enormes mudanças históricas na política, na economia e na sociedade brasileira. Assumiu cargos públicos e alcançou notoriedade nos jornais pelas suas crônicas e poesias. Em sua maturidade, reunido a intelectuais e colegas próximos, fundou e foi eleito, por unanimidade, o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras. O escritor faleceu em 29 de setembro de 1908, aos 69 anos de idade.
- 9) **Revolta da Vacina:** A revolta surge da publicação em jornais de um projeto que regulamentava a obrigatoriedade da aplicação da vacina contra varíola. A notícia foi vinculada em 9 de janeiro de 1904, sem debate público. O projeto exigia comprovantes de vacinação para a realização de matrículas nas escolas, para obtenção de empregos, viagens, hospedagens e casamentos. Previa-se também o pagamento de multas para quem resistisse à vacinação. Embora a vacinação obrigatória tenha sido o deflagrador da revolta, logo os protestos passaram a se dirigir aos serviços públicos em geral e aos representantes do governo, em especial contra as forças repressivas. Horácio José da Silva, mais conhecido como Prata Preta, capoeirista e estivador, foi considerado por muitos um símbolo de luta contra o governo, durante a Revolta da Vacina de 1904, apelidada de Quebra-Lampião. Prata Preta liderou os revoltosos na barricada contra o exército, erguida na altura da Praça da Harmonia. Como líder, foi preso quando a barricada improvisada caiu, sendo logo deportado para o Acre. A revolta teve o saldo total de 945 pessoas presas na Ilha das Cobras, 30 mortos, 110 feridos e 461 deportados para o estado do Acre.
- 10) **Lazareto:** Nas proximidades do Cais do Valongo ficavam os barracões, galpões, lojas e sobrados onde os escravizados vindos da África eram expostos à venda. Nessas instalações insalubres, algumas enfermidades eram tratadas por negros curadores com ungüentos, frutas frescas e tratamentos tópicos. Para aqueles acometidos por doenças infecciosas era obrigatório

a quarentena, que acontecia em ilhas e posteriormente, no Lazareto da Gamboa, localizado na antiga praia do Propósito, atual rua da Gamboa. A construção deste espaço foi de 1810 e realizada por negociantes de escravos, que alegavam ser distante e prejudicial para os negócios a localização de lazaretos nas Ilhas de Bom Jesus e Enxadas. Estima-se que o Lazareto da Gamboa tivesse a capacidade para manter em suas dependências, de uma só vez, mais de mil escravizados. A administração recebia 400 réis por cativo recolhido na instalação. O antigo complexo não mais existe.

11) **Centro Cultural José Bonifácio:** O palacete situado na Rua Pedro Ernesto, foi inaugurado em 1877, por Dom Pedro II. Nele, funcionou até 1966, a Escola José Bonifácio, a primeira escola pública primária da América Latina, cujo nome oficial era Escola Pública Primária da Freguesia de Santa Rita. Em março de 1977, o palacete passou a sediar a Biblioteca Popular Municipal da Gamboa. No ano de 1986, a biblioteca foi transformada em centro cultural, passando a ser denominado Centro Cultural José Bonifácio – CCJB. Ali funcionou de 1990 a 2010, a sede do Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira. O atual centro cultural funciona numa área de 2.356 m<sup>2</sup>, dividida em três pavimentos e 18 salas de usos diversos. O centro recebeu seu nome em homenagem a José Bonifácio de Andrada e Silva, que foi um naturalista, estadista e poeta brasileiro. José Bonifácio foi uma pessoa decisiva para a consolidação da Independência do Brasil, e por isso é conhecido como “Patriarca da Independência”

12) **Cemitério dos Pretos Novos:** O cemitério destinava-se ao sepultamento dos pretos novos, isto é, dos escravizados que morriam após a entrada dos navios na Baía de Guanabara ou, imediatamente, depois do desembarque, antes de serem vendidos. Ele funcionou de 1772 a 1830, no Valongo, faixa do litoral carioca que ia da Prainha à Gamboa. Hoje o cemitério se transformou em um instituto de pesquisa e memória pretos novos, que revela a memória pública da escravidão no passado e seus desdobramentos na contemporaneidade.

Importante reforçar que os processos de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro fazem emergir dois discursos. O primeiro deles é um projeto neoliberal que se instala no Brasil ao longo de décadas e, o segundo trata-se de um projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático” (DAGNINO, 2004, p.140).

Assumindo um projeto democratizante e participativo, o Afroturismo pode ser uma forma de possibilitar a construção de narrativas que viabilizem a reconstrução de identidades de lugares e de grupo sociais, que, historicamente excluídos, veem nesta possibilidade a afirmação das noções de memória, cultura e patrimônio como meios de reivindicação de direitos sociais e políticos negados há muito tempo.

Assim, é necessário identificar que tipo de turismo vem sendo realizado na região, os novos sentidos e os usos do Cais, e perceber o que o comitê gestor, que será responsável por coordenar a gestão do Sítio Arqueológico, pensou sobre o turismo e como está sendo sua atuação atualmente.

Conforme o IPHAN (2016), um comitê gestor será estabelecido por meio de decreto do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro com a finalidade de coordenar a administração do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, sua Zona de Amortecimento e o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. Esse comitê desempenhará um papel fundamental na gestão do local, atuando de forma consultiva e deliberativa sobre questões que afetam a área de gestão.

Além de sua função consultiva e deliberativa, o comitê também terá um papel colaborativo significativo, promovendo a colaboração e a coordenação de esforços com outros stakeholders envolvidos na preservação desse patrimônio cultural. Como destaca o IPHAN (2016), essa colaboração envolverá a participação ativa em ações que impactam a área de gestão, visando garantir uma abordagem integrada na proteção e promoção do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, bem como de sua Zona de Amortecimento e do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana.

Além disso, o comitê gestor, conforme mencionado por IPHAN (2016), terá a responsabilidade de propor políticas, programas, projetos e ações de natureza educativa, cultural, turística, econômica e social. Essas iniciativas serão direcionadas à conservação, valorização e promoção do patrimônio cultural relacionado ao Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, abrangendo tanto elementos materiais quanto imateriais associados a esse importante local histórico.

Esse enfoque integrado na gestão do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, respaldado pelo comitê gestor, ressalta a importância da preservação e valorização desse significativo patrimônio cultural, que desempenha um papel fundamental na celebração da herança africana na cidade do Rio de Janeiro e além.

Portanto, a criação do comitê gestor representa um passo crucial na garantia da proteção e promoção desse patrimônio valioso, enquanto estabelece uma estrutura eficaz para coordenar esforços e colaborações em prol da herança africana e da memória histórica no Rio de Janeiro. Nesse contexto, a preservação do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo e sua gestão cuidadosa se tornam essenciais não apenas para a cidade, mas também como uma contribuição significativa para o reconhecimento da herança africana e a compreensão da história e cultura afro-brasileira.

É imprescindível compreender as complexidades das atividades turísticas realizadas no Cais do Valongo e refletir sobre uma proposta de Afroturismo que dialogue com o não apagamento das experiências dos escravizados, mas que possa contribuir com a preservação e proteção do sítio por meio da potencialização da comunidade negra. Diante dessas reflexões é preciso identificar e analisar como estão sendo conduzidas as ações que foram firmadas na carta “Recomendações do Valongo”<sup>13</sup>.

Conforme o IPHAN (2016), a Prefeitura do Rio de Janeiro e o próprio IPHAN têm o compromisso de estabelecer um Memorial de Visitação, como previsto na carta Recomendações do Valongo. Este memorial serviria como um centro de informações para os visitantes e seria encarregado de exibir parte do acervo arqueológico descoberto nas escavações. A carta Recomendações do Valongo sugere o uso do galpão das Antigas Docas D. Pedro II, uma propriedade de cerca de 14.000 m<sup>2</sup> tombada pelo IPHAN e pertencente ao Estado Brasileiro. A proposta envolve uma colaboração entre o IPHAN, a Prefeitura e o MAR - Museu de Arte do Rio de Janeiro, que está localizado no Porto do Rio, adjacente ao sítio arqueológico. O compromisso dos órgãos públicos envolvidos é assegurar que o espaço do galpão abrigue de maneira permanente o Memorial da Celebração da Herança Africana, juntamente com um Centro de Recepção de Visitantes e uma área de exposição permanente que inclui o acervo arqueológico e a coleção de arte afro-brasileira do MAR, que se propõe a administrar esse valioso equipamento cultural. Não é necessário incluir o número da página em uma citação indireta.

Sendo assim, a pesquisa tem como foco entender em que medida a inserção do turismo Afroturismo pode contribuir para a revitalização funcional do Cais do Valongo, trazendo os sentidos de construção da memória pública da escravidão, afirmação de singularidades, e reivindicação de direitos sociais que foram politicamente negados, destacando, sobretudo, o papel preponderante do movimento negro, intelectuais negros, sociedade civil e comunidade local, agentes que identificam essa região como um território negro e percebê-los na articulação no comitê gestor do sítio nas ações para o desenvolvimento turístico na região após o recebimento do título de Patrimônio Mundial.

O turismo também sendo um dos setores da economia com grandes possibilidades de crescimento ao seguir um viés exploratório apresenta uma proposta de exclusão dos sujeitos

<sup>13</sup> A carta “Recomendações do Valongo” é um dos resultados do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na Região Portuária do Rio de Janeiro, em conformidade com o disposto no Decreto Municipal 34803, de 29 de novembro de 2011. Esse grupo se reuniu por sete meses para discutir a implantação de um circuito que inclui sítios arqueológicos, sítios históricos e sítios vivos da área do porto do Rio de Janeiro, tendo o Cais do Valongo como centro, no sentido de preservar a memória da herança africana do local. Essa carta foi apresentada em audiência pública em 26 de junho de 2012.

locais, eliminando parcelas imensas da população, gerando impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos, e, dessa forma, assumindo uma proposta segregadora tende a não se debruçar com a promoção da sustentabilidade da produção econômica, social, cultural e ambiental da região.

De acordo com Teixeira, Silva e Bernardes (2012), no contexto do turismo sustentável, é enfatizado por Ruschmann (1997) que a prevenção dos impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição de seu ciclo de vida requerem a concentração de esforços no desenvolvimento sustentável, não apenas do patrimônio natural, mas também dos produtos que se estruturam em torno de todos os atrativos e equipamentos turísticos. Esse conceito considera o desenvolvimento controlado e em harmonia com os aspectos naturais e socioculturais de um recurso turístico. Não é necessário incluir o número da página em uma citação indireta.

Ao se apresentar como uma proposta de economia social, segundo Caeiro (2008), “o conceito de economia social deriva da terminologia francesa, e remonta às práticas de solidariedade interclassistas enquanto reação às transformações económicas e sociais da revolução industrial influenciada pelo pensamento dos socialistas utópicos do século 19<sup>14</sup>.

Assim, as práticas de economia social se entrelaçam com as práticas do Afroturismo, por meio de ações que promovem perspectivas de valorização da vida, do consumo de produtos culturais e de distribuição de renda, dialogando com a dimensão humana e cultural do bem. No caso do sítio arqueológico do Cais do Valongo, o turismo, se for pensado a partir dessa lógica, contribui para a proteção do patrimônio e no enfrentamento das desigualdades sociais e culturais, de grupos raciais historicamente excluídos no processo de contemplação no conjunto de bens culturais protegidos. Conforme o IPHAN (2016), o Cais do Valongo é um local que evoca uma carga de opressão, racismo, intolerância, desigualdade e marginalização em seu extremo. Ele remete a um passado marcado por essas questões, cujas repercussões persistem até os dias de hoje e continuarão a ser sentidas no Brasil por um longo período.

Dessa forma, o Cais do Valongo tem o potencial de estimular reflexões e despertar uma consciência social, o que pode contribuir para a transformação do local em um espaço de engajamento e diálogo cívicos, fortalecendo as causas do movimento negro, a luta contra a desigualdade social, política e econômica, bem como o ativismo em prol dos direitos humanos

<sup>14</sup> Destes destacam-se os designados socialistas utópicos, como Robert Owen (1771 -1858) e Charles Fourier (1772-1837), propondo a criação de um falanstério (espécie de comuna ideal). Ainda, Jean Philippe Buchez (1796 - 1866), promotor das associações operárias de produção assim como as associações sindicais na indústria; Frédéric Raiffaisen (1818-1888), promotor das cooperativas rurais com múltiplas funções. Contudo, seria com Constantin Pecqueur (1801- 1887) e François Vidal (1812-1872) que se encontrariam referências explícitas à economia social. Ambos exaltam a associação ligada à intervenção do Estado e desempenhariam um importante papel na revolução de 1848. Um dos principais nomes da revolução foi o de Louis Blanc, escritor socialista que se havia de bater pela ideia das cooperativas de produção à frente do governo provisório.

fundamentais e do respeito à diversidade étnica (IPHAN, 2016).

Compreendendo todas essas reflexões, o trabalho se propõe a esclarecer quais são os desafios e oportunidades da gestão da atividade turística no Cais do Valongo, identificando e analisando as atividades turísticas desenvolvidas na área. É necessário entender em que medida a inserção do turismo Afroturismo pode contribuir para a revitalização do Cais do Valongo e como os mecanismos de salvaguarda afrocentrados<sup>15</sup> podem trazer sentidos de construção da memória pública da escravidão, afirmação de singularidades, e reivindicação de direitos sociais que foram politicamente negados, destacando, sobretudo, o papel preponderante do movimento negro, intelectuais negros, e comunidade local na afirmação dessa região com um território negro e na sua articulação com os poderes públicos e o comitê gestor do sítio para o desenvolvimento turístico que é realizado nessa área após o recebimento do título a Patrimônio Mundial.

Buscando compreender o turismo cultural, para preservação do bem nesse aspecto, considera-o um segmento da atividade turística com grandes expectativas de expansão e favorece para uma via de aprendizado, respeito e coesão social que valoriza as identidades culturais existentes, dialoga com os moldes da sustentabilidade turística que zelam para o reconhecimento social e reparação dos povos afro-brasileiros, marcados por um passado de opressão, racismo, intolerância, desigualdade e marginalidade ao extremo, que no presente, se perpetuam ressignificados por estruturas de privilégios, sendo mantidas por práticas de poder e dominação que se renovam esvaziando o discurso da dívida histórica que o Brasil tem com os povos afro-brasileiros.

Embora a memória negra tenha ganhado notoriedade, ainda há muito a se reivindicar para que seja preservada a sua potência reflexiva e contestatória. Apesar dos avanços e retrocessos do contexto político atual, é importante destacar que na região conhecida como Pequena África, no Largo de São Francisco, na Saúde, região central do Rio de Janeiro, a área possui uma dimensão territorial de 1,13 km<sup>3</sup>, ou seja, não é uma utopia a região existe e é uma realidade fundamental para a valorização e o reconhecimento de como foi e ainda é a presença negra no Rio de Janeiro (Figura 5).

<sup>15</sup> afrocentricidade, cujo “[...] pensamento, prática e perspectiva percebe os africanos e afrodescendentes como sujeitos e agentes que atuam sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, p.93).



Figura 5: Demarcação de uma região de 1,13 quilômetro quadrado que ficou conhecida como Pequena África Foto: Agência O Globo

Nessa região foi inaugurada em março de 2020 a “Casa de Marielle<sup>16</sup>” (Figura 6) em memória a vereadora carioca negra que foi assassinada e até hoje sem qualquer evidência de resolução do crime. A Casa Marielle junto com o Cais do Valongo e os outros elementos que simbolizam o território negro na região central do Rio de Janeiro, afirmam a importância da expansão política dos sentidos da memória negra da cidade.



Imagem 6: Casa Marielle Franco- Rio de Janeiro- Fonte: Brasil de fato.

<sup>16</sup> Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, foi uma socióloga e política brasileira. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020, durante a eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Marielle defendia o feminismo, os direitos humanos, e criticava a intervenção federal no Rio de Janeiro e a Polícia Militar, tendo denunciado vários casos de abuso de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Em 14 de maio de 2018, foi assassinada a tiros junto de seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, no Estácio, Região Central do Rio de Janeiro.

## REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

A discussão sobre como o turismo Afroturismo pode contribuir para a preservação do patrimônio afro-brasileiro, por meio da afrocentricidade como contribuição para a memória afro-brasileira, traz os sentidos de construção da memória pública da escravidão, afirmação de singularidades, e reivindicação de direitos sociais que foram politicamente negados, destacando, sobretudo, o papel preponderante do movimento negro, intelectuais negros, sociedade civil e comunidade local, através do mapeamento dos agentes chaves que identificam essa região como um território negro e percebê-los na articulação no comitê gestor do sítio nas ações para o desenvolvimento turístico e como o racismo institucional, se apresenta nas audiências públicas sobre o Cais do Valongo, como uma ferramenta que contribui para o apagamento e silenciamento do protagonismo negro.

Compreender as diversas facetas e complexidades do turismo é um processo fundamental para caracterizar e desenvolver a atividade, que possui uma definição complexa e tem se realizado em diferentes áreas de conhecimento. Assim, é necessário apresentar o conceito de turismo como prática histórico-social apresentada por Moesh.

Para uma melhor compreensão sistematizada desse fenômeno, é necessário entender o turismo por meio do modelo referencial, do SISTUR de Beni, que utiliza a noção de sistema no qual apresenta todas as categorias e funções do turismo enquanto um sistema que interage com vários ambientes, e que inclusive, apresenta uma articulação entre patrimônio e turismo. O presente conceito complementa-se com a visão de Brito que entende que o turismo potencializa sua ação como um fator de dinamização física, social, econômica e cultural.

Por meio das reflexões de Oliveira, Faria e Neres é possível contextualizar, que em seus pensamentos eles já refletiam sobre o Afroturismo, e que esse segmento exercita em um novo olhar sobre uma perspectiva negra dos fenômenos sociais envoltos no fazer turismo. Assim, é possível refletir sobre o patrimônio negro/afro- brasileiro, através do pensamento de Zubaran e Silva, por meio do estudo que valorize a preservação do patrimônio negro de matriz africana. E, ao mesmo tempo, referenciar os estudos de Corrêa, sobre o primeiro patrimônio afro-brasileiro reconhecido por meio do tombamento da coleção de magia negra do Rio de Janeiro.

A coleção de “magia negra” conta com 523 objetos de religiões de matriz africana apreendidos entre 1889 a 1946 pela polícia fluminense. Nisso, 126 artigos foram tombados pelo Iphan. Porém, é importante destacar que o próprio nome da coleção é pejorativa. Esse fato apenas mudou com a ratificação do tombamento atualmente e a transferência desse acervo

para o Museu da República com a ressignificação da narrativa por: Libertem o nosso sagrado. De acordo com Lima (2012):

Pode-se entender o processo de tombamento do Museu de Magia Negra não como um processo de reconhecimento, mas como uma representação negativa das práticas populares e negras, que seria eliminada por meio da repressão e da higienização. Um retrato que correspondia à imagem criada pela intelectualidade para as populações negras: como um grupo caracterizado por práticas "fetichistas" e pela crença na "feitiçaria". Nesse sentido, Alexandre Corrêa analisa o acervo do museu. Ao se referir ao tombamento da coleção, ele entende o processo como a oficialização do primeiro patrimônio etnográfico brasileiro e não como reconhecimento de "bens" da cultura afro-brasileira (LIMA, 2012, p. 46).

Destacando o conceito de afrocentricidade como valorização da cultura negra, por meio das reflexões de Molefi Kete Asante, é possível compreender a raça como fundamento para a valorização da memória negra e, consequentemente, para a preservação do patrimônio afro-brasileiro. Assim, as reflexões de Paula e Herédia nos ajudam a compreender se a turistificação de um lugar de memória é possível, para assim identificar quais são os protagonistas em favor da preservação do Cais do Valongo, que promovem a valorização da memória da diáspora africana. Nesse viés, foi fundamental a construção do mapeamento de sujeitos, redes e instituições que são atuantes no território da pequena África. O mapeamento é um instrumento de pesquisa, segundo Enne, em que o pesquisador se vê constantemente desafiado por limites e dilemas no seu fazer etnográfico.

## **INSERÇÃO NO CAMPO E PLANO DE REDAÇÃO**

A pesquisa se desenvolveu por meio de visitas técnicas à região do Cais do Valongo nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022. No ano de 2019, eu fiz minha primeira visita aos Cais do Valongo junto dos professores e colegas do programa de mestrado Iphan. Tive a sorte de ir exatamente no mês da consciência negra e pude observar as movimentações no território da Pequena África nesse período.

Por ser bacharel em turismo e ativista do movimento negro, tive facilidade em encontrar espaços e pessoas que lutam em favor da preservação da memória negra, uma delas foi a Mercedes e Carla do Instituto dos Pretos Novos, onde tive a oportunidade de construir o projeto: "Memória e Enraizamento" com objetivo de discutir a memória, o patrimônio e a cultura afrodiáspórica e, posteriormente, após o fechamento desse projeto, fui convidada para ser professora no programa da pós do IPN em educação patrimonial.

Por meio dos trabalhos e projetos que eu desenvolvo, que promovem ações

afrocentradas e lutam pelo protagonismo negro, tive a oportunidade de conhecer o Luiz Eduardo Negrogum, e assim conversar com ele sobre a minha pesquisa. Ele me convidou para conhecer o Conselho Estadual dos Direitos do Negro, e assim, conversamos sobre o Cais do Valongo e suas problemáticas, a importância dele nas obras de urbanização do Largo de Santa Rita e sua luta diária pelo não desaparecimento do território da Pequena África.

Com isso, Luiz Eduardo (CEDINE) e Candice Ballester (IPHAN) me indicaram nomes que seriam fundamentais para eu fazer as entrevistas e isso me possibilitou a confirmação de 18 membros que fazem parte do comitê gestor do Cais do Valongo, para realizar uma videoconferência e, assim, construir essa pesquisa. Tive a oportunidade de conversar com Nilcemar Nogueira, em que ela me falou sobre a sua importância na elaboração de produtos técnicos do Cais do Valongo para o Iphan. Por ser uma mulher negra e atuante no movimento negro, tive uma conversa sincera com mãe Celina de Xangô que me falou de algumas opressões e apagamentos que ela vem sofrendo por ser gestora da casa de cultura Pequena África.

Damião Braga, do quilombo Pedra do Sal, me informou de vários processos judiciais, os quais envolvem ações que não foram cumpridas pelo poder público em favor da preservação do Cais do Valongo, como os vestígios arqueológicos e a demarcação do território do quilombo da Pedra do Sal.

Por conhecer agentes culturais do Rio de Janeiro, personalidades do movimento negro e atuar na temática racial, essa pesquisa foi feita com muito amor, paixão e intensidade. Compreendendo que o atual cenário político, pandêmico e a crise sanitária que ocorre no Brasil colaboraram para que a pesquisa fosse um tanto desafiadora, já que ela evidencia a importância da preservação do Cais do Valongo. Com a extinção do Ministério da Cultura<sup>17</sup>, para secretaria especial de cultura, foram feitos cortes de verbas e sucateamento de equipamentos culturais, o que tornou essa pesquisa desafiadora, mas comprehensiva sobre a importância da valorização do patrimônio afro-brasileiro, o que trouxe infinitos motivos para prosseguir.

Para organizar o trabalho, o capítulo 1 disserta sobre referências teóricas, que debatem os conceitos de turismo, turismo étnico-afro, turismo afrocentrado, afroturismo e patrimônio afro-brasileiro, que nesse caso entende-se a importância de expandir esses conceitos por meio do turismo como ferramenta de enfrentamento ao racismo e inclusão das pessoas, dialogando com a produção socioespacial da Pequena África carioca e trabalhando no enfrentamento à invisibilidade da cultura negra, história e da memória da escravização.

Em seguida, o capítulo 2 trata sobre afrocentricidade como contribuição para a memória

<sup>17</sup> Gestão da cultura do governo Bolsonaro é considerada a pior das últimas décadas, dizem artistas: Esvaziamento da pasta de Cultura, extinção do Ministério da Cultura, desmonte da Agência Nacional do Cinema (Ancine), acusações de censura, citações nazistas, alusão à ditadura militar, troca de gestores, moral religiosa para escolha de projetos a serem financiados são algumas marcas da gestão da Cultura do governo Bolsonaro, considerada pelos artistas ouvidos pelo Brasil de Fato Paraná a pior das últimas décadas. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/30/gestao-da-cultura-do-governo-bolsonaro-e-considerada-a-pior-das-ultimas-decadas-dizem-artistas>

negra, em que a discussão é pautada a partir do mapeamento de sujeitos, redes e instituições do comitê gestor do sítio arqueológico do Cais do Valongo no desenvolvimento de ações turísticas afrocentradas, identificando quem são os agentes chaves (protagonistas) que desempenham ações de preservação em favor da memória da diáspora africana.

No capítulo 3, a discussão tratará do racismo institucional. A intenção é aprofundar essa discussão teórico-metodológica relativa a essa categoria de análise. A partir da pesquisa empírica, é perceptível dificuldades na consolidação do Afroturismo, protagonismo negro e da afrocentricidade. Desse modo, a partir da relatoria da audiência pública do Cais do Valongo, que ocorreu no dia 12/05/2021, por meio de uma transcrição comentada e citação de outras audiências públicas em que aponto algumas ações e resultados sobre a preservação do sítio arqueológico é demonstrado como o racismo institucional é um sistema de desigualdade que norteia os ritos jurídicos presentes na audiência pública do Cais do Valongo. Por fim, as considerações finais são apresentadas.

Assim, esse trabalho visa compreender os desafios e perspectivas da gestão turística na preservação do sítio arqueológico do Cais do Valongo e na articulação dos mecanismos de salvaguarda de preservação do bem. Ainda, busca compreender que o Afroturismo, pode possibilitar a transformação social, econômica, cultural e estrutural, desde que seja desenvolvido por meio de uma perspectiva afrocentrada, que permita a reconstrução da memória da diáspora africana e possibilite uma possível alternativa para empreendedorismo e empoderamento negro.

## CAPÍTULO 1: TURISMO E SUAS CATEGORIAS PARA UMA CONCEPÇÃO NEGRA

### 1.1 TURISMO

Reconhecendo a importância da valorização do Cais do Valongo pelo poder público, agentes sociais locais, instituições da sociedade civil e da iniciativa privada, entende- se que a patrimonialização, preservação e revitalização desse bem é um ato que convid a a um reconhecimento do patrimônio afro-brasileiro e faz referência a memória da diáspora africana. Tal impacto leva a ressignificação do “negro coisa” para o “negro sujeito”. Destacando a importância da expansão política dos sentidos da memória negra da cidade, que valorizem o território conhecido como Pequena África.

O turismo nesse processo pode gerar impactos positivos para a preservação do sítio arqueológico do Cais do Valongo. É importante compreender quais são as potencialidades e requisitos necessários para alcançar essa meta que possam contribuir para uma gestão participativa, compartilhada e integrada que ,consequentemente, resulte no fomento, preservação e salvaguarda do patrimônio.

Dessa forma, é importante identificar que tipo de turismo age nesse território e, ao mesmo tempo, analisar e estruturar qual gestão turística se adequa as diretrizes para prática do Afroturismo, refletindo sobre a gestão turística que deva atuar no sítio histórico de memória sensível como o Cais do Valongo, e os desafios e oportunidades que a gestão turística pode oferecer na gestão do bem.

Os fatores e indicadores<sup>18</sup> que precisam ser melhorados para gestão turística em cidades que são patrimônio mundial, como é o caso do Rio de Janeiro, tendo como foco o sítio arqueológico do Cais do Valongo, que é reconhecido como patrimônio mundial e tal bem deveria ser exemplo inovador, uma referência de enaltecimento da memória negra. Assim, é necessário identificar quais políticas de recuperação urbana, de gestão responsável e sustentável poderiam ser realizadas.

Nesse sentido, segundo Faria (2021) o turismo cultural e, sobretudo, o Afroturismo podem contribuir amplamente para a valorização da cultura africana e afro- brasileira , sendo uma possibilidade de potencializar experiências inovadoras de enraizamento da identidade e cultura nacional.

O sítio arqueológico do Cais do Valongo é um deles, e desse modo, sua gestão é articulad a às metas do programa mais turismo, alinhadas à política nacional de turismo, ao

<sup>18</sup> Os indicadores fornecem informações indispensáveis para avaliar as mudanças e as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento do turismo em uma área. Servem como instrumento para destacar problemas, examinar tendências e predizer condições futuras ( organização mundial do turismo, 2003). Sendo portanto, a seleção de indicadores e seu monitoramento periódico um componente fundamental para o planejamento e gestão da sustentabilidade no turismo.

Plano Nacional de Turismo, à Política de Patrimônio Cultural, à Política Nacional do Meio Ambiente, ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, ao Plano Nacional de Áreas Protegidas, à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas políticas setoriais de habitação, saneamento e mobilidade.

Além do decreto federal nº 9.763, de 11 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Gestão Turística dos Sítios Patrimônio Mundial, está em curso a estruturação e o Programa Nacional de Turismo Cultural de 2020, iniciativa que vem sendo construída pela coordenação geral de cooperação nacional- /DECOF/IPHAN<sup>19</sup>.

Entre as ações dessa Política está prevista a criação de linhas de crédito para a implantação, melhoria, conservação, manutenção de empreendimentos turísticos e sinalização turística em sítios Patrimônio Mundial. Outra medida em desenvolvimento é o Sistema de Certificação de Destinos Patrimoniais, que busca fomentar o processo de qualificação dos destinos turísticos que possuam como atrativos de primeira ordem o patrimônio cultural existente.

Todas essas ações foram previstas por meio do decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019 que regulamenta o disposto no inciso XI do caput do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil. O documento previu dez metas:

1. Decreto Federal que institui a Política Nacional de Gestão Turística dos Sítios Patrimônio Mundial;
2. Estruturação e lançamento do Programa Nacional de Turismo Cultural;
3. Atualização e lançamento do Guia Brasileiro de Sinalização Turística;
4. Seminário Internacional sobre o Potencial Turístico do Patrimônio Cultural;
5. Estruturação dos Centros de Interpretação Turística nos Sítios;
6. Lançamento da Revista do Patrimônio sobre Turismo;
7. Produção de Guias Turísticos para cada Sítio Patrimônio Mundial;
8. Criação de linhas de crédito para implantação, melhoria, conservação e manutenção de empreendimentos turísticos e sinalização turística em sítios patrimônio mundial;
9. Estruturação de destinos turísticos patrimoniais, culturais e naturais como territórios

<sup>19</sup> Compete ao Departamento de Cooperação e Fomento (Decof) formular a Política Setorial, em conjunto com os demais órgãos específicos e as Superintendências do Iphan, cabendo à Coordenação-Geral de Cooperação Nacional (Cogecon) a promoção dessas ações - que compõem o eixo Cooperação Nacional - com vistas à preservação e à salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro, estimulando a mobilização e a participação social, promovendo a articulação entre as instituições parceiras e a formação de redes para a gestão compartilhada.

priorizados;

10. Desenvolvimento e lançamento do Sistema de Certificação de Destinos Patrimoniais;

A partir disso, destaco a meta cinco que estabeleceu a estruturação dos Centros de Interpretação Turística nos Sítios, e essa ação dialoga com a possível proposta de construção de um complexo cultural para integrar o circuito conhecido como “Pequena África”, nas imediações do Cais do Valongo, onde irá funcionar o Centro de Interpretação<sup>20</sup> do Cais do Valongo, além de centro cultural dedicado à herança africana, iniciativas que vêm sendo construídas pelo Iphan, Fundação Palmares e a Prefeitura do Rio de Janeiro.

O turismo começou a ser estudado, primeiramente, nas universidades europeias, no início do séc. XX, seguidas, um pouco mais tarde, pelas dos Estados Unidos (JAFARI, 1994). No período entre guerras, quando o turismo passou a ser objeto de estudo, a chamada “Escola Berlinesa” direcionou seus estudos para os impactos econômicos do Turismo (FUSTER, 1991, apud FREITAS, 2018).

Nessa escola, em 1929 (MOESCH, 2004, apud FREITAS, 2018), e depois em outras, como na Escola de Berna, em 1942 (VELÁZQUEZ, 2004, apud FREITAS, 2018), a definição de turismo passou a ser ligada ao movimento de pessoas. A partir de 1950, o turismo começou a ser visto como prática histórico-social (MOESCH, 2004, apud FREITAS, 2018).

Compreender as diversas facetas e complexidades do turismo é um processo fundamental para caracterizar e desenvolver atividade, que possui uma definição complexa e tem se realizado em diferentes áreas de conhecimento. Por isso, é necessário compreender as várias interpretações da atividade turística que podem ser evidenciadas de acordo com a área de formação dos profissionais que estudam o turismo, a exemplo dos economistas que analisam o turismo como atividade geradora de benefícios econômicos e os cientistas sociais que o enfatizam como uma atividade que envolve interação social, troca cultural, educação e valorização do espaço público entre os indivíduos.

Para uma melhor compreensão desse fenômeno, é necessário entender o turismo por meio do modelo referencial, o SISTUR, que utiliza a noção de sistema no qual os movimentos e as inter-relações das funções turísticas se processam com os componentes do sistema construído.

<sup>20</sup> O centro de interpretação turística é um espaço focado na disseminação do conhecimento do patrimônio cultural ou natural, sendo possível vivenciar uma nova abordagem expositiva, recorrendo a um conjunto de tecnologias de ponta e inovadoras que oferecem ferramentas como propósito de apresentar informações para os visitantes, além da exposição de parte do acervo arqueológico encontrado nas escavações.

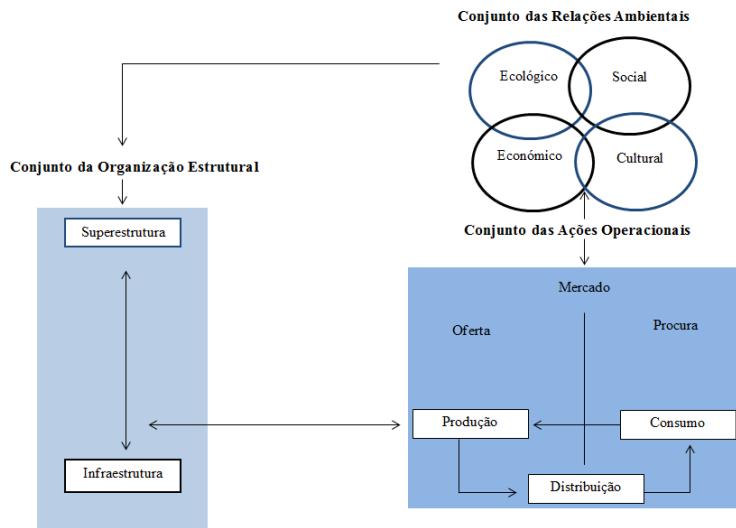


Figura 7: Turismo de modo sustentável -Fonte: Beni, 1998

O Turismo, de modo sustentável, integrado e autogestionado perpassa suas dimensões nos âmbitos sistêmicos que estão organizados no Sistur de Mario Beni, Figura 1, sendo composto pelos três conjuntos: Conjunto das Relações Ambientais (CRA); Conjunto da Organização Estrutural (COE); e Conjunto das Ações Operacionais (CAO). Nesse aspecto, é possível verificar uma dimensão articulada e planejada do turismo em que se façam presentes esses ambientes.

Essa metodologia apresenta uma articulação entre patrimônio e turismo por meio de uma estratégia entre planejamento e gestão, possibilitando a compreensão do turismo enquanto um sistema que interage com vários ambientes, que se incorpora com a perspectiva do DECOF no que tange sobre a aplicabilidade do turismo, pois entende-se que o turismo potencializa sua ação como um fator de dinamização física, social, econômica e cultural. É questão recorrente e de importância não desprezível, em especial, pelos gestores do patrimônio cultural” ( BRITO, 2019, p.2).

Porém, é necessário planejar e executar o turismo ampliando o uso do conceito de sustentabilidade, agenciamento e as demais estruturas, incluindo as pessoas, através de um novo modelo referencial, em que a comunidade local seja a protagonista do seu território.

E enquanto social, é importante destacar o turismo social enquanto segmento turístico que se desenvolve a partir do impulsionamento pelo desejo de garantir que o lazer seja universalmente acessível e democrático na prática. Nisso, é preciso apontar que o SESC, neste atual cenário político, se caracteriza como uma instituição brasileira privada, mantida pelos

empresários do comércio de bens, serviços e turismo, que atende oferecendo bem estar aos seus empregados e familiares, e está aberto para atender uma pequena parcela da comunidade em geral.

Lembrando que o Sesc se posiciona em suas redes sociais como sendo “pioneiro e protagonista em turismo social no país, oferecendo passeios e viagens a preços acessíveis, ampliando as possibilidades de lazer do público e estimulando o desenvolvimento econômico de várias localidades”. Todavia, é preciso refletir: que social é esse e para qual tipo de público? Ao se tratar da população negra, apesar de alguns avanços, ainda não é inclusivo. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (2022) grande parte dos pretos e pardos são trabalhadores informais: “Dos 39,1 milhões de trabalhadores que estão na informalidade, cerca de 24 milhões (61,3%) são pretos ou pardos”. Nisso, para as boas práticas de turismo se faz necessário refletir o que é turismo social:

Turismo Social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a eqüidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão ( BRASIL, MTUR, 2006, p.6)

Logo assim, é necessário se aprofundar melhor sobre a categoria social, tendo em vista, que o turismo é um sistema amplo que dialoga com diversos setores. Para construir o turismo que promova a igualdade de oportunidades, o Sesc pode ser uma instituição aliada nesse processo, através de práticas antirracistas. Nisso, é possível construir alguns caminhos para atingir essa inclusão, compreendendo que Afroturismo pode ajudar nisso.

Segue abaixo diagrama para melhor ilustrar essas categorias:

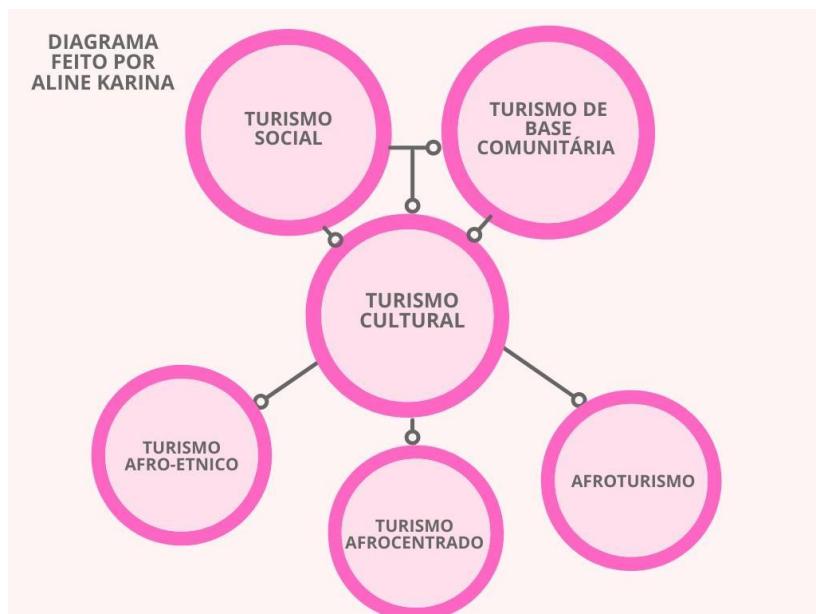


Figura 8 -Diagrama da ampliação da categoria social em diálogo com o turismo cultural

Em consonância a essa visão sistêmica, Marcelo Britto reflete sobre uma proposta de tornar o bem cultural em atrativo, desde que gere condições sustentáveis e planejadas para isso:

Tornar atrativo o patrimônio cultural, gerando condições objetivas para convertê-lo num produto turístico sustentável, enfatizando os elementos necessários para permitir o desfrute do bem cultural em questão, proporcionando uma experiência prazerosa e enriquecedora tanto para visitantes como para comunidade local ( BRITO, 2019, p..3).

Assim, o trabalho em questão tem a premissa de refletir sobre o benefício que a atividade turística gera para a comunidade local, compreendendo que toda lógica de planejamento e organização do turismo deva ser desenvolver a partir da ótica e vivência do morador local, pois apenas ele entende a dinâmica econômica, social, ambiental e cultural do seu local.

Desse modo, se faz necessário estruturar políticas de turismo que beneficiem primeiramente o morador local, já que todas as estruturas de apoio e suporte ao turismo são ferramentas essenciais para o funcionamento de uma cidade, como saneamento básico, transporte, urbanização, estruturação dos espaços públicos, revitalização de nascentes e afins. Logo, antes de beneficiar o turista, o setor deve se estruturar, primeiramente, para atender as demandas da comunidade local, e que consequentemente a atividade oferecerá uma experiência prazerosa e enriquecedora para o visitante.

Focando na visão do turismo a partir da visão dos cientistas sociais que enfatizam a atividade, por meio da interação social, troca cultural, educação e valorização do espaço público entre os indivíduos, o impacto social, que os mais recentes estudos de turismo vem expandindo, trata-se do viés sociológico da atividade que pode reverberar sobre a sociedade negativamente ou positivamente, existindo estudos sobre os processos de manutenção de desigualdades sociais, processos de gentrificação, apropriação cultural e outros, mas se planejado como uma ferramenta de transformação social pode trazer benefícios para a comunidade local e a preservação do patrimônio cultural. Todas essas questões nos fazem pensar sobre a importância do turismo para os diferentes segmentos das sociedades.

Dessa forma, ao entender as perspectivas positivas que a atividade turística gera para a comunidade local, é necessário se ater a partir da dimensão histórica-social do turismo. Nesse processo, o turismo é um fenômeno construtor e agregador de cidadania através de perspectivas centradas nos sujeitos, de acordo com Marutschka Moesch e Susana Gastal (2007). Uma das facetas dessa cidadania é a nova perspectiva da construção do sujeito histórico, através de perspectivas de desenvolvimentos que são centradas no sujeito que evidenciam outras perspectivas identitárias:

A cidadania, se associada ao turismo, encaminharia outras possibilidades de construção do sujeito histórico, aquele em condições de se expressar e depropriar das suas circunstâncias espaciais e temporais, seja como sujeito histórico urbano, seja como sujeito histórico planetário. A contribuição do Turismo viria na contramão dos meios de comunicação que levam a um encolhimento da esfera pública, permitindo justamente que as pessoas voltem a frequentá-la, reaprendendo a ali exercitar sua voz (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 56)

Ao centrar o desenvolvimento da atividade turística para que o sujeito exerça sua voz, nos aproximamos do turismo cultural, que valoriza a comunidade local com a sua história, seus atrativos culturais, memória social, reconhecendo as potencialidades turísticas, que tem como objetivo envolver a comunidade local utilizando os equipamentos e estruturas que favorecem a prática turística, que consequentemente favoreçam a preservação do patrimônio cultural.

A segmentação turística, desenvolvida pelo Ministério do Turismo, entende que o turismo cultural “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (MINTUR, 2006, p. 13). Os bens culturais materiais são compostos por elementos concretos, como edificações, conjuntos urbanísticos, objetos artísticos e outros. Já os imateriais são as manifestações populares (música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas, dança, artesanato, entre outras). Dentro desse segmento, é encontrado o turismo étnico conceituado pelo envolvimento das comunidades representativas dos processos imigratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores em seu modo de vida, saberes e fazeres (MINTUR, 2006, p. 18).

## **1.2 O TURISMO ÉTNICO-AFRO, AFROCENTRADO E AFROTURISMO**

Compreendendo o turismo enquanto fenômeno social multifacetado, é necessário ampliá-lo e aprofundá-lo, bem como construir o turismo mais humanizado, em que as pessoas se façam presentes por meio de ações antirracistas que valorizem e fortaleçam, inclusive, economicamente a comunidade local.

Nesse estudo, é importante destacar que , eu como bacharela em turismo, construí vários projetos que o fomentam, um deles é o Sebas Turística<sup>21</sup>. A fim de que a atividade atue em favor da transformação social e entendendo a importância de reconhecer, valorizar e descentralizar o turismo em Brasília- DF. Por meio do projeto piloto que atua na XIV região administrativa do Distrito Federal, São Sebastião, e logo assim, repliquei a iniciativa nas regiões administrativas<sup>22</sup> do Distrito Federal, entre elas o Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo II , Samambaia e com possíveis ampliações para as outras regiões administrativas, por meio da plataforma Turismo Fora do Avião<sup>23</sup>.

Ressaltando a importância da preservação do nosso bioma cerrado, berço das águas doces brasileiras e o Distrito Federal que é responsável pela nossas APAS<sup>24</sup>, criei o Circuito Cerrado Ecoturismo<sup>25</sup>, que por meio de tecnologias sociais executa o turismo da experiência com vivências na natureza, valorização cultural e bem estar.

E claro, compreendendo a educação como base fundamental, trago destaque para o projeto Musa Cult<sup>26</sup>, que tem como objetivo, em um futuro próximo, se tornar um instituto para promover ações formativas no âmbito da memória, cultura, social, afro-brasileira, por meio da educação patrimonial, promovendo a educação para o patrimônio.

<sup>21</sup> O Sebas Turística é projeto em fase de consolidação criado por Aline Karina de Araújo Dia s, que se originou por meio do seu trabalho de conclusão de curso, entendendo o turismo como uma ferramenta de transformação social, o projeto desenvolve ações sociais, ambientais, culturais e econômicas na 14º região administrativa de São Sebastião em Brasília DF, o projeto já levou mais de 400 pessoas para visitarem região por meio da perspectiva do turismo de base comunitária. Conheçam a proposta em: <https://www.instagram.com/sebasturistica/> <https://www.facebook.com/search/top/?q=sebas%20tur%C3%ADstica>

<sup>22</sup> A divisão do Distrito Federal em regiões administrativas foi oficializada através da Lei nº 4.545/64. Anteriormente a essa lei, as regiões administrativas não estavam oficialmente definidas, mas as sedes das mesmas já existiam e eram muitas vezes chamadas de cidades-satélites, exceto Brasília, por ser o núcleo da região. As regiões administrativas são subdivisões territoriais do Distrito Federal, cujos limites físicos, estabelecidos pelo poder público, definem a jurisdição da ação governamental para fins de desconcentração administrativa e coordenação dos serviços públicos de natureza local.

<sup>23</sup>Turismo Fora do Avião: plataforma a fim de potencializar o turismo negro, periférico e criativo no Distrito Federal. Somos pioneiras a trabalhar com o afroturismo na região.

<sup>24</sup> A área de proteção ambiental (APA) é definida como uma extensa área natural, com certo nível de ocupação humana, que garante a proteção e conservação de atributos bióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida da população.

<sup>25</sup> Conheça o Circuito Cerrado Ecoturismo em: <https://www.instagram.com/circuitoecoturismo/>

<sup>26</sup> Musa Cult: Memória-Cultura-Social-Afro-Brasileira, conheçam mais em: [https://linktr.ee/Musa\\_cult](https://linktr.ee/Musa_cult)

## **TURISMO ÉTNICO- AFRO**

Refletindo o turismo étnico-afro como uma nova dinâmica turística, é necessário apontar as crises do capitalismo, que fizeram com que o turismo replicasse o modelo produtivo do regime fordista<sup>27</sup> com a prática da padronização do lazer por meio do turismo de massa e as atividades turísticas ligadas somente a ideia do consumo e enquadramentos de experiências turísticas.

Diante disso, o turismo, que vem sendo executado e pautado somente ao viés econômico, e sobretudo visando apenas o lucro para assim aumentar o número de turistas/hóspedes/visitantes, entre outras motivações, e não promovem a função principal do turismo que é desligamento do cotidiano, recreação, conhecer outras culturas, pessoas ou simplesmente descansar. E nisso, o turismo étnico-afro busca se contrapor a essa lógica por meio da preservação de legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres da cultura dos diversos grupos étnicos e negros.

As crises do modelo capitalista na década de 80, fizeram emergir as demandas dos movimentos sociais, ambientais, reivindicações pela flexibilização do trabalho e as novas práticas do turismo que se fortalecem na contemporaneidade, por meio da necessidade de afirmação, pluralismo e exaltação da diversidade. E hoje essas mesmas demandas se acentuam devido ao atual cenário racista, reacionário, fascista e antidemocrático, e com a crise ocasionada pela covid-19, a população negra vem sendo mais afetada, de acordo com estudos da coalizão negra por direitos<sup>28</sup>:

A incidência e mortalidade pela COVID-19 em um país onde o racismo estrutura as relações sociais e que é marcado por fortes desigualdades é muito maior na população negra. Os dados reforçam a afirmação de que a pandemia, causada pelo coronavírus, tem consequências mais graves e fatais sobre os corpos e vidas negras, mais afetos a comorbidades específicas, como a hipertensão, diabetes e anemia falciforme. O racismo segue sendo um dos temas centrais na conjuntura brasileira, e os dados de mortes causadas pela COVID-19 apontam isso (COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS, 2021).

Nesse sentido, é fundamental construir ferramentas anti racistas e promover alternativas para a população negra, sendo o turismo como uma alternativa, desde que seja, apoiado em novas narrativas decoloniais, que possam exaltar as vozes das narrativas dos grupos que foram silenciados. Assim, o turismo étnico-afro é uma vertente do turismo cultural que valoriza o patrimônio material e imaterial de um determinado grupo étnico.

<sup>27</sup> O fordismo é um modelo produtivo criado por Henry Ford, nos Estados Unidos. O sistema foi criado para a indústria automobilística com o objetivo de aumentar a produtividade, criando-se um mercado para os bens de consumo padronizados.

<sup>28</sup> A Coalizão Negra por Direitos é uma organização em prol do movimento negro no Brasil, além de defender os direitos de pessoas LGBT. A coalizão é formada por mais de 200 associações, ONGs, coletivos, grupos e instituições.

O turismo étnico- afro é uma dimensão do turismo cultural e valoriza o patrimônio material e imaterial de um determinado grupo étnico. No caso do turismo afro-étnico, o foco é a população negra e sua identidade, por isso, é também chamado de Afroturismo. De acordo com Oliveira (2020, p.306):

Ainda não há definições oficiais sobre o que é o afroturismo ou mesmo turismo afrocentrado/afroreferenciado e, normalmente os autores que o debatem, o colocam sob o guarda-chuva do turismo étnico, chamando-o de turismo étnico afro e voltando suas discussões, principalmente, para comunidades quilombolas.

Dialogando com Oliveira e Faria, suas reflexões das novas perspectivas do turismo trazem como centralidade o protagonismo do povo negro, por meio de ações antirracistas, em que o turismo afrocentrado propõe uma mudança de paradigma, ao pautar a atividade a partir de outras narrativas que não as encontradas na atividade tradicional que bebem no eurocentrismo. Construo minhas visões e percepções sobre os segmentos abaixo:

**Turismo Étnico-Afro:** Valorização da cultura afro-étnica e suas linguagens, por meio da visitação e reconhecimento das etnias dos povos originários, etnias indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais e dos povos africanos que vieram para o Brasil e hoje esses povos ressignificam suas existências por meio de perspectivas rurais e urbanas que promovem a manutenção de suas culturas.

**Turismo Afrocentrado:** Executar o turismo por meio da construção de raça como uma questão central para além da valorização cultural, mas como uma prática de valorização da população negra e suas dimensões potentes, reconhecidas por meio da economia criativa, dos afroempreendedores, das tecnologias e novas formas de consumo.

**Afroturismo:** A raça também é um fator central para o desenvolvimento da atividade, mas o que diferencia do turismo afrocentrado é a junção das tecnologias que estruturam a atividade, com foco em linguagens do empoderamento do povo preto, uso plataformas digitais, refinamento de estética que a valoriza a cultura afrobrasileira que se conectam com a estética cultural do afrofuturismo.<sup>29</sup>

Diante dos conceitos anteriormente expostos, que tratam do turismo a partir de uma relação com a cultura afro-étnica, é importante destacar o que tem de comum nessas categorias. Uma delas é a preservação dos legados étnicos como balizadores do modo de vida, saberes e

<sup>29</sup> O afrofuturismo é uma estética cultural, filosofia da ciência, filosofia da história e filosofia da arte que combina elementos de ficção científica, ficção histórica, fantasia, arte africana e arte da diáspora africana, afrocentrismo e realismo mágico com cosmologias não-ocidentais para criticar não só os dilemas atuais dos negros, mas também para revisar, interrogar e reexaminar os eventos históricos do passado. Cunhado por Mark Dery em 1993 e explorado no final da década de 1990 através de conversas lideradas pela estudiosa Alondra Nelson.

fazeres, que são característicos de cada etnia, povo, nação, quilombo, aldeia, comunidades urbanas e rurais. O que muda é a forma do saber fazer, sendo necessário aprofundar melhor nesse debate.

Ao afirmar a prática do turismo por meio de uma perspectiva afrocentrada, a seguinte reflexão nos convida a ressignificar as narrativas, enfrentar o racismo, tão presente na atividade, para abrir caminhos de fortalecimento da identidade afro étnica, fortalecer a memória ancestral do povo negro, valorizar as narrativas negras para a mudança da visão do negro como mão de obra na atividade, mas para um sujeito protagonista do seu próprio território. Nesse processo, o turismo se mostra em toda a sua potência como prática antirracista a favor da transformação social.

Ressaltando que, um dos maiores problemas que impedem a valorização da cultura negra são os processos de apagamento, homogeneização e apropriação cultural, que reforçam estereótipos negativos e consequentemente levam a desvalorização da cultura afro-brasileira, um dos exemplos desse processo de apagamento, foi a prática do sincretismo religioso nas religiões de matriz africana, que por algum tempo foi uma estratégia de sobrevivências dos cultos, orixás e tradições africanas, mas hoje se constitui como uma forma de apagamento do protagonismo negro pelo embranquecimento de práticas, orixás e entidades de matriz africana.

Um fato bastante problemático é a reprodução e a massificação da figura de Iemanjá branca, representada em estátuas de gesso, branca, magra e de cabelos lisos. Porém, essa representação ocorre com o surgimento da umbanda. Essa religião aprofundou o sincretismo no Brasil, unindo elementos do espiritismo, do cristianismo, do candomblé e também de culturas indígenas:

Essa imagem de Yemanjá, como mulher branca, nasceu, muito provavelmente, no ambiente da umbanda, uma religião sincrética, surgida num contexto de desafricanização<sup>o</sup> da cultura afrobrasileira" -Nei Lopes, em entrevista para bbc- estudos das culturas africanas e autor de diversos livros como "Kitábu: o livro do saber e do espírito negro-africanos (BBC, 2020).

Em síntese, a representação de Yemanjá como uma mulher branca, originada na umbanda, uma religião sincrética, reflete a complexidade da cultura afro-brasileira e sua capacidade de adaptação ao longo da história. A umbanda desafia estereótipos e integra elementos culturais diversos, promovendo uma visão inclusiva da espiritualidade no Brasil. Essa representação sublinha a importância de respeitar e valorizar a diversidade das tradições culturais e religiosas no país.



Figura 9: BBC- ALEXANDRE MACIEIRA/RIOTUR

Reconhecer o Afroturismo como fundamento é subverter lógicas e ordens nas quais o turismo se moldou –eurocêntrico, que tem o homem branco europeu como referência no mundo. Segundo Faria e Pimentel (2021, p.57):

No entanto, é no Afroturismo que se pode verificar ofertas turísticas estritamente voltadas para o resgate da cultura africana e afrodescendente. Os roteiros turísticos permitem aos visitantes experiências gastronômicas, em terreiros de candomblé, comunidades quilombolas, museus, igrejas barrocas, circuitos em rotas do ciclo do ouro, entre tantos outros atrativos que enaltecem a cultura africana.

A partir disso, uma nova abertura para o empreendedorismo negro é criada possibilitando a inovação de roteiros que ofertem a experiência voltada para o contexto histórico e a valorização da identidade do negro e dos afrodescendentes no Brasil que podem ser potencializados pelo Afroturismo criando uma possível alternativa para empreendedorismo e empoderamento negro.

No Rio de Janeiro, tem se evidenciado o fortalecimento desse segmento, durante a pandemia do covid 19 que iniciou, em março de 2020 , estabelecendo o distanciamento social de todos os brasileiros, começando a surgir iniciativas de tours virtuais<sup>30</sup>. A apresentação dessas iniciativas ainda necessita de aprofundamentos, pois elas são apresentadas de forma ainda superficial, somente para demonstrar a potencialidade da região em relação ao Afroturismo.

Uma iniciativa que se destaca nesse período é o tour oferecido pela “Sou + Carioca”, uma agência de turismo que oferece passeios guiados pela cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de trazer uma oferta diversificada, divertida e diferenciada por meio da execução de

<sup>30</sup> Tous virtuais é uma maneira inovadora e imersiva de mostrar o ambiente em todos os ângulos aos visitantes. O objetivo principal dessa tecnologia é levar o indivíduo a conhecer o local sem que ele precise ir fisicamente ao mesmo e possibilita criar ao máximo a sensação de realidade do espaço

roteiros turísticos que valorizem a cultura , a natureza e o Afroturismo, um dos eixos de atuação da empresa.



Figura 10 : Sou+ carioca

Importante destacar o notório interesse de pessoas que buscam se conectar com a cultura afro-brasileira, isso comprova pelo projeto Musa Cult<sup>31</sup>que na sua página do instagram realizou uma postagem sobre os sete atrativos culturais afrocentrados para conhecer no Rio de Janeiro, a postagem rendeu 260 curtidas e 60 comentários.



Figura 11 : Musa Cult

Outra iniciativa de destaque é a startup Diáspora.Black que ofertam produtos voltados para o segmento do Afroturismo e buscam identificar a comercialização dos serviços ofertados pelos empreendedores. Segundo Domingos (2019):

<sup>31</sup> Projeto que busca enaltecer a memória cultural, social e afro-brasileira . Siga: @musa\_cult

O afroturismo vai além da valorização da cultura afrodescendente, ele também se torna um movimento político, no qual os negros passam a ser protagonistas de sua própria história. Esse movimento político surge uma vez que a população negra não é vista como parte da sociedade brasileira pelo Estado, dessa forma os negros se apropriam da sua história e de sua ancestralidade, criando sua identidade negra. A partir disso, procuram formas de ocuparem lugares na sociedade que possam dar visibilidade a suas vozes que em muitas vezes são silenciadas, um exemplo disso são os afroempreendedores que buscam unir conscientização com geração de renda, como é a Diáspora.Black (DOMINGOS, 2019, p. 28).



Figura 12: Diáspora Black

O turismo cultural e o Afroturismo são segmentos turísticos inseparáveis. O primeiro proporciona a apreciação dos bens materiais e imateriais, enquanto o segundo é a valorização e promoção dos costumes, hábitos ou modo de vida de grupos afro - étnicos. Por isso, o segmento do Afroturismo envolverá atividades, experiências e vivências da cultura afro-brasileira.

Nisso, a melhor forma de promover a realização do Afroturismo é permitir que a comunidade negra local tenha o direito de contar sua própria história. As desigualdades sociais e diferenças entre negros e brancos, na sociedade atual e no Rio de Janeiro são evidentes, bastando assistir aos noticiários televisivos, impressos e internet. Nesse sentido, é importante frisar que, no Rio de Janeiro, existem diversas organizações e entidades voltadas à promoção, difusão e conhecimento da população negra, sua cultura, religião e peculiaridades.

E nesse processo, o reconhecimento do Cais do Valongo a patrimônio mundial foi fundamental, pois foi a partir desse título que se iniciaram diversas ações em favor da sua preservação e, sobretudo, a necessidade de compreender quais são as atividades turísticas que

são atuantes na região, articulando com ações de preservação do bem e participação da comunidade local. Para isso, é importante compreender o que vem sendo feito, quais são as ações que estão sendo construídas e ainda estão sendo desenvolvidas pelos principais sujeitos do comitê do sítio arqueológico.

O mapeamento é uma importante ferramenta de identificação, planejamento e gestão do turismo, que nesse estudo foi fundamental no reconhecimento de bens e atrativos culturais afrocentrados do Cais do Valongo e do território da Pequena África, porém o foco maior dessa ferramenta foi na identificação das ações em prol da preservação do bem.

O Afroturismo é fundamento para uma nova perspectiva e modo de fazer turismo, por meio da valorização do patrimônio cultural afrobrasileiro. Diversas iniciativas e ações afrocentradas são realizadas na região, assim como o Caminhos de Ciata, que possibilita conhecer a história da matriarca do samba



Figura 13: Diáspora Black- Caminhos de Ciata

### 1.3 PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO

O patrimônio afro-brasileiro é o conjunto de manifestações materiais e imateriais de matriz africana que representam as ações culturais dos negros brasileiros, por meio dos “territórios negros” que são os espaços onde se preservaram as práticas culturais de matriz africana e onde se construíram identidades negras.”(ZUBARAN,SILVA, 2012.p. 136).

No âmbito da cultura afro-brasileira contemporânea é possível observar que homens e mulheres afro-brasileiros preservaram um rico patrimônio cultural material e imaterial, de matriz africana, que se expressa por meio da oralidade nas diversas formas de festejar, nas religiosidades, na culinária, nos ervanários, na música negra, nas danças e em todas as formas de expressão dos corpos negros nas cidades, no campo, nos quilombos tradicionais e urbanos.(ZUBARAN, SILVA, 2012.p.135).

O reconhecimento do patrimônio afrobrasileiro, ainda é um desafio, devido ao histórico de preservação das manifestações culturais europeias de origem luso-brasileira, mas por meio dos discursos de Mário de Andrade<sup>32</sup>, Heloísa Alberto Torres<sup>33</sup> e outros, que defendiam abertamente uma atuação de acautelamento e proteção para além dos limites então tradicionais de preservação, muitas vezes, fazendo referência expressa ao acervo material de origem afrobrasileira. Em 1937 com a criação do Iphan, por meio do decreto n°25/1937, os caminhos foram abertos e levaram ao reconhecimento, através do tombamento do acervo do Museu Magia Negra, inscrito no livro do tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. De acordo com Corrêa (2005):

Tudo indica que o aparato conceitual que balizou essa ação se apoia nos documentos produzidos por Mário de Andrade, na ocasião da propositura do Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional<sup>34</sup>. O escritor paulista previa um dispositivo que atendia a essa demanda pela preservação de bens e acervos culturais, hoje designados como patrimônios imateriais ou intangíveis (CORRÊA, 2005.p.430)

O processo de tombamento do acervo do museu da magia negra, foi um fator importante que revelam aspectos fundamentais dos primeiros anos de constituição sobre a ideia de bens culturais brasileiros, tendo em vista que o Iphan foi criado em 1937 e em 1938 o acervo foi reconhecido como patrimônio cultural. O Processo de tombamento da Coleção Museu da Magia Negra é a primeira inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional.

Essa conquista foi primordial para o fortalecimento da memória, identidade, cultura e reconhecimento da presença negra no Brasil, porém é necessário destacar que após o tombamento do acervo do museu da magia negra, levou 48 anos para o reconhecimento de novos bens culturais ligados ao povo negro. Isso devido a fatores ligados ao tempo histórico, tendo em vista que nesses períodos estava vigente no Brasil, o regime do Estado Novo, ou terceira república brasileira que foi uma ditadura instaurada por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 29 de outubro de 1945. Foi caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

<sup>32</sup> Mário Raul de Moraes Andrade foi um poeta, romancista, musicólogo, historiador de arte, crítico e fotógrafo brasileiro. Um dos fundadores do modernismo no país,

<sup>33</sup> Heloísa Alberto Torres foi uma antropóloga brasileira, reconhecida internacionalmente pelo estudo de cerâmicas marajoaras. Foi diretora do Museu Nacional e compôs o Conselho Nacional de Proteção ao Índio que chegou a presidir, instituição que foi substituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o qual colaborou com a criação.

<sup>34</sup> Da arte popular: Incluem-se nesta categoria todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma interessem à Etnografia, com exclusão da ameríndia. Essas manifestações podem ser: a) Objetos: fetiches, cerâmica em geral, indumentária, etc; b) Monumentos: arquitetura popular, cruzeiros, capelas e cruzes mortuárias de beira de estrada, jardins, etc; c) Paisagens: determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilarejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife; d) Folclore: música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, etc" (Anteprojeto SPAN/1936). Diversos objetos e peças que compõem a Coleção de Magia Negra se enquadram nos tópicos descritos.

Nisso, comprehende-se a importância da organização dos movimentos populares e principalmente a atuação protagonista dos movimentos negros no Brasil, que se organizaram durante esse período, um fato marcante sobre esse dado, é sobre o tombamento da serra da barriga em 1986<sup>35</sup> e tombamento do terreiro da Casa Branca, segundo o Iphan, o terreiro Casa Branca do Engenho Velho, localizado em Salvador (BA), foi o primeiro terreiro tombado e reconhecido como patrimônio cultural brasileiro e inscrito nos livros do tombamento histórico e arqueológico, etnográfico e paisagístico, em 1984. Por meio da organização do Movimento Negro Unificado (MNU) no dia 07 de julho de 1978, no Teatro Municipal de São Paulo que reuniu milhares de pessoas em pleno contexto ditatorial (CUSTÓDIO, 2017, p. 113), frente à discriminação e desigualdade pela raça, fatores envolvidos na realidade negra, a concentração dessa insatisfação edificou o movimento negro, vendo o racismo como pilar estruturante na nossa sociedade. Segundo Villarinho e Sosa (2020, p.394):

O ativismo norteava-se principalmente em torno da promoção da identidade do negro, em prol de sua negritude e do “resgate da sua ancestralidade”; e com isso, quanto mais os negros entendiam e integravam seu status político de cidadão, mais se organizavam e configuravam lutas e reivindicações pela igualdade racial, social e cultural.

Assim, destacando alguns avanços na preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro, por meio da constituição democrática popular de 1988, que reconhece o patrimônio cultural brasileiro as diversas manifestações culturais dos mais variados grupos formadores da sociedade brasileira. Em seu artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Por meio da criação do Iphan em 1937, o tombamento do acervo do museu da magia negra em 1938, a organização do movimento negro unificado em 1978, que resultou no tombamento da Serra da Barriga.<sup>36</sup> em 1986 e no tombamento do terreiro Casa Branca de nação

<sup>35</sup> A Serra da Barriga - Patrimônio Cultural Brasileiro inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, desde 1986 - recebeu o título de Patrimônio Cultural do Mercosul em maio de 2017. Localizada no município de União dos Palmares, Zona da Mata do Estado de Alagoas, a Serra abrange uma área de aproximadamente 27,92km<sup>2</sup>. No século XVIII, estabeleceu-se na Serra da Barriga, no Quilombo dos Macacos, a sede do Quilombo dos Palmares.

<sup>36</sup> Serra da Barriga está localizada no atual município de União dos Palmares, no estado de Alagoas. À época do Quilombo dos Palmares, fazia parte da Capitania de Pernambuco. Foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1986.

Ketu<sup>37</sup>, todos Esses fatos contribuíram para os avanços na valorização e reconhecimento do patrimônio afro-brasileiro e a criação da constituição democrática e popular em 1988, que expandiu o conceito de patrimônio cultural, permitindo “o fortalecimento das referências culturais negras, ou seja, proporcionou uma ampliação de visibilidade e valorização da cultura afro-brasileira, que trouxe releituras e novas perspectivas, acentuando o significado destes indivíduos como sujeitos ativos na formação da nossa história”.

O reconhecimento dos terreiros através do tombamento foi um marco histórico e importante na preservação, resistência e identidade dos povos afro-brasileiros. Neste sentido, o patrimônio tombado e a atividade turística estabelecem interações, conforme afirmado por Carvalho e Avila (2009).

O terreiro de candomblé como parte do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos dá conta e direito que todos da nação e fora dela podem visitá -los no sentido de conhecê-los. Este é um elemento de mão dupla pois o terreiro é um patrimônio material e imaterial, além da sua arquitetura peculiar que envolve aspectos humanos, pais e filhos de santos que interagem naquele espaço com o turista/visitante. (VILLARINHO, SOSA, 2020.p.400).

Importante destacar a atuação do grupo de trabalho interdepartamental para preservação do patrimônio cultural de matriz africana- GTMAF do Iphan. Foi instituído pela Portaria Iphan nº 307, de 30 de julho de 2018. É composto por técnicos de Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Departamento de Cooperação e Fomento (Decof), e das Superintendências do Iphan nos estados. Atua em questões voltadas à necessidade de fortalecimento das políticas de preservação da riqueza e diversidade de tradições que compõem um universo cultural tão relevante e da crescente demanda de identificação e proteção do patrimônio afro-brasileiro.

É perceptível todos os avanços que foram apresentados em favor da preservação do patrimônio afro-brasileiro, que só foram permitidos por meio da criação de políticas públicas progressistas, organização do movimento negro, criação da constituição democrática e popular, grupos de trabalhos como o GTMAF que se dispõe a identificar e proteger o patrimônio afro-brasileiro, foram relevantes para o avanço da pauta, mas atualmente o cenário político que nega a participação do negro na sociedade por meio da extinção do Ministério da Cultura no dia 01 de janeiro de 2019, um dos principais órgãos que promovem a defesa do patrimônio afro-brasileiro, a extinção de diversos conselhos, comitês gestores que permitem a participação popular em políticas públicas, a diminuição de verbas a todas as instituições e setores da cultura, fizeram com que muitas atuações dessas instituições fossem paralisadas, levando o abandono

<sup>37</sup> O terreiro da Casa Branca do Engenho Velho (Ilê Axé Iá Nassô Ocá), mantido pela Sociedade São Jorge do Engenho Velho, é um templo do candomblé do município de Salvador, no estado brasileiro da Bahia. Fundado na década de 1830, é o terreiro de culto afro-brasileiro mais antigo do qual se tem registros na capital baiana, e possivelmente o mais antigo em funcionamento no Brasil.

da preservação do patrimônio afro-brasileiro. Como consequência disso, é possível verificar o atual estado do Cais do Valongo.

#### 1.4 PRODUÇÃO SOCIO ESPACIAL DA PEQUENA ÁFRICA CARIOCA , INVISIBILIDADE DA CULTURA NEGRA, DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO

Para compreender como o racismo institucional se propaga nas instituições, é necessário discutir o conceito de invisibilidade. Ao refletir sobre o direito à cidade por meio da segregação sociocultural, que afeta diretamente a população negra moradora das grandes cidades, tendo em vista que os processos de desenvolvimento urbano não levaram em consideração a existência deste grupo, e muito menos o reconhecimento de sua cultura, é perceptível a perpetuação da invisibilização do mesmo. Assim, faz-se fundamental a incorporação da análise dos impactos do racismo na formação da preservação do Cais do Valongo e como a memória negra é reconhecida no espaço urbano.

Na psicologia, o conceito de invisibilidade social ou invisibilidade pública criado pelo pesquisador Fernando Braga da Costa é definido por uma espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens (COSTA, 2009). Essa abordagem evidencia o fato de que a sociedade brasileira de origem escravocrata, mantém as diferenças sociais por meio da imposição de uma cultura hegemônica dominante, em relação à outra, garantindo uma constante relação de servidão por parte do grupo invisibilizado.

Um fato importante ,que é necessário registrar, é a queima de arquivos referentes à escravidão em 1890 ,feita pelo ministro Ruy Barbosa. Esse foi um fato que contribuiu com essa invisibilidade da pluralidade da história negra, das tribos africanas que desembarcaram no Brasil, resultado da problemática da não identificação das origens da população negra no Brasil e das nossas etnias. Infelizmente, o que nos sobrou foram alguns fragmentos dessa memória e a falta de registros precisos sobre a chegada dos povos africanos no Brasil. Um exemplo disso é a história de Cabinda:

Nascida nos sertões, no Congo Norte, Cumba foi escravizada e transportada para o Rio de Janeiro. Talvez por volta dos 14 anos quando chegou ao Brasil, em 1826, desembarcou no Valongo. Foi vendida por 160 mil- réis, para Joana Rosa dos Santos. (EXPOSIÇÃO ENCICLOPÉDIA NEGRA PINACOTECA,São Paulo 2022)



Figura 14- Kerolayne Kemblim-Manaus, AM 1994 ou 1995 Cumba ( RJ), 2020

A exposição enciclopédia negra ,que ocorre na Pinacoteca de São Paulo, é uma forma de reforçar o compromisso com a visibilidade e a pluralidade de histórias e movimentos que se propõe a contar por meio da arte. Esse tipo de ação é uma forma de visibilizar e retratar personalidades negras da história do Brasil, em que ,em sua maioria, é pouco conhecida. Assim, refletindo os vários processos de invisibilidade negra na região portuária do Rio de Janeiro, é importante destacar que:

O mito da democracia, embasado na ideia de que vivemos em uma país com pouca incidência de desigualdades raciais dado o caráter miscigenado da população, está presente no imaginário do povo brasileiro e tem contribuído para o mascaramento do racismo que assola a população negra invisibilizada. Com o intuito de combater o racismo estrutural que perpassa as relações sociais, o resgate da memória e da identidade negra vem sendo pautado em diversos espaços como uma forma de romper com o colonialismo e permitir que o ser negro viva em plenitude de liberdade e de direitos. ( SILVA, 2018.p 29)

Em seu livro “O Quilombismo”, Abdias do Nascimento destaca o apagamento da memória negra ancestral para o processo de dominação e escravização dos corpos negros, em que foram construídas medidas de controle dirigidas pelo grupo opressor. Se no período escravocrata, a ruptura das relações de mulheres e homens negros com sua terra, seu povo e seus deuses foi fundamental para o controle deste grupo, no pós-abolição essa prática é mantida

através da queima de documentos referentes ao tráfico e a escravidão e da destruição de instrumentos de tortura (NASCIMENTO, 1980).

Por meio da linha do tempo desenvolvida logo abaixo, é possível compreender os vários processos de apagamentos ocorridos na região portuária do Rio de Janeiro, e mais especificamente sob o Cais do Valongo, os processos de urbanização, destacando os anos de 1843, 1911, 2011 e até os dias atuais, evidenciando a invisibilidade da cultura:



Tabela 1- O cais de Valongo. Fonte: Instituto Rio patrimônio da humanidade- 2021

Por meio da linha do tempo apresentada, é notório que à medida que os anos vão se passando existem algumas práticas de invisibilidade da cultura negra que ficam evidentes. No Brasil império em 1843, o Cais do Valongo foi restaurado para receber a princesa Tereza Cristina das Duas Sicílias, que desembarcava da Europa recém-casada com o imperador D. Pedro II. A arqueóloga Tânia Lima faz uma referência sobre a princesa que pisa nos negros:

Os escravizados foram esquecidos e, mais do que isso, eles foram deliberadamente apagados ao ser colocado sobre o Cais do Valongo o Cais da Imperatriz, num processo de superposição fortemente simbólico. Sobre a escória humana trazida da África foi colocada uma princesa europeia, uma Bourbon, a Princesa das Duas Sicílias. Ela pisando sobre os negros.(Cf. [http://www.youtube.com/watch?v=RQP\\_8pn0U3E](http://www.youtube.com/watch?v=RQP_8pn0U3E))

É evidente que no Brasil se perpetuam práticas de revitalização, reforma urbana e preservação patrimonial, por meio da manutenção de modelos europeus. Entre os anos de 1853 e 1870, as reformas de Pereira Passos foram inspiradas em reformas feitas em Paris no século XIX, por meio do conceito da Belle Époque ou era dourada. Passos aterrrou toda área da zona portuária, dando lugar à praça Jornal do Comércio, localizada na atual avenida Barão de Tefé. Pereira Passos, é conhecido por intelectuais, críticos e ativistas sociais como o “pai da favelização”.

Em 1911, com as construções do novo porto do Rio, segundo Honorato, “a estratégia do governo brasileiro para viabilizar a própria construção do porto e a ocupação dos terrenos acrescidos pela obra buscando atender aos interesses dos grandes grupos empresariais nacionais e estrangeiros existentes antes e após a reforma do porto do Rio de Janeiro”. Essas construções permitiram novamente o aterrramento do Cais do Valongo e, consequentemente, o encobrimento da memória negra.

Em 2011, as obras do Porto Maravilha permitiram processos de violação de direitos, por meio da remoção das famílias. Segundo o dossiê megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro, lançado em 2012 pelo comitê popular da copa e olimpíadas do Rio de Janeiro, o quadro síntese até 2011 das famílias removidas ou ameaçadas é de 1860 removidas e 5325 ameaçadas, num total de 7815 famílias que são alvos das políticas de remoção.

Por meio desse fato, evidencia-se que a região portuária pode ser entendida a partir das noções de coexistência e de fronteiras simbólicas. Trata-se de uma região que condensa comunidades e famílias com vivências históricas, a partir das memórias negras. Sendo assim, o Rio de Janeiro entrou com grande pompa na arena das “cidades commodities” (MELLO, 2010), e o projeto Porto Maravilha é seu maior brasão (SARUE, 2015; LOPES; FRAGALLE, 2016). No entanto, além dos novos usos assim promovidos ou das tentativas de atrair novos públicos (“Turista é bom negócio”, PORTO MARAVILHA, 2017), a guerra de narrativas em jogo lembra que pelo menos algumas dúvidas permanecem, por meio da reflexão: Porto Maravilha para quem?

Assim, segundo Silva (2018) o racismo age no sentido de direcionar para uma identificação com a memória e história do opressor através da desvalorização da cultura negra, a demonização das religiões de matriz africana e a invisibilização da história africana e dos negros em diáspora, fortalecendo narrativas hegemônicas.

É importante destacar que as práticas e condutas de invisibilidade da cultura negra nos anos de 1843, 1911, 2011 até os dias atuais demonstram o racismo estrutural entre brancos e negros, que ainda é vigente no Brasil. sendo que parte do princípio da ideologia racista criada

desde o processo colonizador ainda se perpetua da forma mais perversa entre a população negra.

Nesse raciocínio, Munanga (1988) aponta que o racismo estrutural enfrentado pela população negra não parte, estritamente, de problemas de ordem econômica, mas atrela-se às práticas racistas que impedem o acesso do negro ao exercício da sua cidadania. E o acesso a sua origem é um importante fator para que o negro possa exercitar sua cidadania a fim de reivindicar seus direitos, refletir sobre as práticas de apagamento, encobrimento e não preservação do Cais do Valongo como uma forma de perpetuar o racismo e manter o status quo.

Nos dias atuais, o Cais do Valongo está ameaçado devido ao descaso por sua preservação. No dia 24/10/2021, o jornal O Globo publica uma matéria sobre como o abandono do Cais revela como o Brasil tem dificuldade de lidar com os traumas do passado.



Figura 15 : O Globo 24/10/2021

Outro fato que demonstra a invisibilidade e o descanso pela preservação do Cais do Valongo foi a forma como a placa de interpretação turística foi destruída no dia 27/08/2021, toda quebrada e próxima a lixeira, conforme a foto abaixo:



Figura 16: Registro Sou Mais Carioca 27/08/2021

Atualmente, existe uma ação pública, já que se passaram quatro anos do título dado ao sítio arqueológico, com obrigações acordadas com a agência da ONU não saíram do papel. É o caso, por exemplo, da instalação, pelo governo federal, do centro de acolhimento turístico e do Memorial da Celebração da Herança Africana no imóvel Docas Pedro II. A situação levou o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) a entrarem com ação civil pública para obrigar a União e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a cumprirem as diretrizes do Comitê do Patrimônio Mundial.

**Ação civil pública cobra da União e do Iphan o cumprimento de compromissos assumidos em relação ao Cais do Valongo**

Quatro anos após sítio arqueológico ser elevado a patrimônio mundial da Unesco, obrigações acordadas com a Unesco não saíram do papel.

Luthfiya de Lima e Larissa Medeiros  
24/10/2021 - 03:30 | Atualizado em 24/10/2021 - 07:56

Justiça exige que instam os papéis obrigações assumidas com a agência da ONU, a exemplo da instalação de um centro de acolhimento turístico. Foto: Henrique de Paula / Agência O Globo

Figura 17: Ação civil - O Globo 24/10/2021

E a partir disso, fica a reflexão: E se fosse o Cristo Redentor? Ou um monumento arquitetônico de Oscar Niemeyer como a catedral em Brasília? Ou então alguma igreja do período colonial de Ouro Preto, o descaso seria o mesmo? Se no Brasil, os negros somos submetidos a um tratamento desigual provocado pelo racismo sistêmico, quem dirá nossos patrimônios.

Por meio da representação do pássaro Sankofa (Figura 18), o ideograma Adinkra da tradição do povo Akan, tem a cabeça voltada para trás e os pés para a frente que significa “nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou atrás”.



Figura 18: Sankofa-dicionário de símbolos

Essa representação nos ensina a retomada do fortalecimento identitário e a salvaguarda da memória e cultura preta para uma preservação dos seus símbolos, existência e valorização do povo negro. O historiador Michael Pollak também afirma a importância dessa ligação entre o passado e o presente através da memória e seu protagonismo no desenvolvimento da construção de um sentimento de continuidade para a formação da identidade individual ou coletiva, e a criação de representações imagéticas destes indivíduos para si e para os outros (POLLAK, 1992).

Refletindo sobre como é a presença negra na sociedade brasileira e sobre o direito à cidade, é necessário entender sobre a produção sócio espacial na região da Pequena África, e como essa dinâmica resultou na contemporaneidade. O antropólogo André Cicalo, mostra no documentário “Memórias do Esquecimento” uma verdade assustadora e racista sobre o Rio de Janeiro, cidade que foi o maior porto negreiro do mundo até parte do século XIX, não apresenta atualmente traços significativos do seu passado escravo.

Empurrada para a periferia, a população pobre afro-brasileira é comodamente silenciada em nome de uma “democracia racial” que enaltece o mito de uma mestiçagem supostamente conseguida no Brasil. O antigo lugar das fossas comuns dos escravos mortos antes da venda (o *Cemitério dos Pretos Novos*) na região portuária está totalmente coberto de casas e é fortemente ignorado pelo Estado, que tem escasso interesse em resgatar a história escrava da região. ( CICALO, André, 2011. p.1)

As dinâmicas sócio espaciais do território da Pequena África, no Estado do Rio de Janeiro, são repletas de sentidos e significados e essa associação entre espaço e identidade cultural, não pode ser vista apenas como uma elaboração da ordem dominante, servindo para descaracterizar as referências da população negra, sendo que na realidade o reconhecimento dessas manifestações culturais é a afirmação da nossa própria existência.

É possível observar na cidade do Rio de Janeiro, alguns painéis explicativos de educação patrimonial das paradas do VLT, como na foto abaixo. Porém, a grande maioria dos monumentos ressaltam a abolição da escravidão por membros da família real, é possível concluir esse fato pela quantidade de monumentos que privilegiam a história dos colonizadores no centro do Rio de Janeiro. Nesse sentido, quais memórias urbanas é preciso lembrar ou esquecer, diante de um passado histórico que permitiu a escravização de várias nações africanas em território brasileiro.

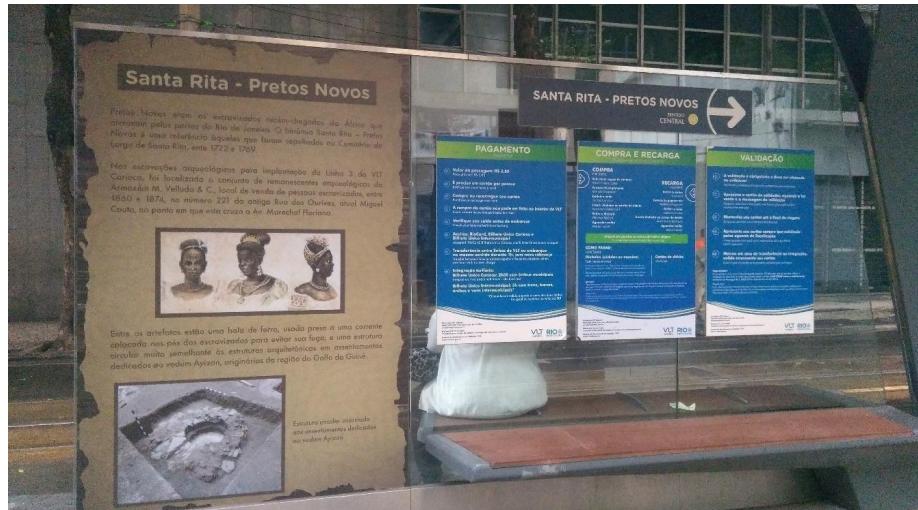


Figura 19: Placas de educação patrimonial VLT Rio de Janeiro Visita Aline em 2022

O perigo de uma história única se faz presente nas capitais brasileiras, mesmo comprovando que a zona portuária de Gamboa tem um papel significativo no processo do comércio escravo, ainda hoje observamos que essa área permite o processo de invisibilidade da ocupação negra, pela falta de caracterização como o território da Pequena África, a má preservação do sítio arqueológico do Cais do Valongo e as poucas referências ao circuito

histórico de herança africana, que é um das formas de ressaltar a presença negra na região, que ainda ainda não tem força expressiva se formos comparar com os monumentos de origem européia.

Assim, a ideia de território está transversalmente ligada à questão da identidade. Demarcando um espaço, o grupo está estabelecendo a sua diferença em relação aos outros (SODRÉ, 1988). Essa afirmação da identidade negra pelo território da Pequena África, possui valor inesgotável pela referência das tias baianas e suas respectivas identidades culturais, que são marcas únicas e exclusivas do território da Pequena África e do carnaval do Rio de Janeiro:

A famosa casa da tia Ciata, situada no pedaço baiano, também reúne música, dança, culinária e religião. Local de encontros, cura, conversas, criatividade e trabalho: um “verdadeiro microcosmo do universo”, onde se processam as mais variadas atividades e saberes. Entre os frequentadores da casa estavam Donga, João da Baiana, Pixinguinha, Sinhô, Caninha e Heitor dos Prazeres. Alguns jornalistas e intelectuais, como João do Rio, Manuel Bandeira, Mário de Andrade e o assíduo cronista Francisco Guimarães (Vagalume), tomariam conhecimento do pedaço (VELLOSO, 1990 p.9)

Afirmar o protagonismo das mulheres que fizeram parte da história da Pequena África como lembra Roberto Moura (1995.): Perpétua, Veridiana, Calu Boneca, Maria Amélia, Rosa Olé, Gracinda. A lista é infinidável. Uma coisa, porém, é certa: tanto as tias Sadata, Ciata e Bibiana quanto as demais desempenharam um mesmo papel, ou seja, os de verdadeiras líderes comunitárias.

Valorizar, reconhecer e potencializar a representatividade da mulher negra, na estruturação da sociedade brasileira, é de fundamental importância. A figura central da mulher negra enquanto força matricomunitária <sup>38</sup> é de se colocar como figura imprescindível para a compreensão da memória cultural do grupo:

As mulheres negras baianas incorporam grande parte desse poder informa 1, construindo poderosas redes de sociabilidade. Marginalizadas da sociedade global, destituídas de cidadania e de identidade, elas criam novos canais de comunicação sócio-política. Esse tipo de sociabilidade, baseado em papéis improvisados, tem sido praticamente ignorado pela nossa historiografia. No entanto, esses papéis sociais são de fundamental importância para compreendermos a dinâmica da nossa realidade que foge completamente aos padrões explicativos de desenvolvimento. Nossa processo de urbanização, por exemplo, está muito mais próximo das favelas do que dos modelos europeus e norte-americanos urbanos dos séculos XVIII e XIX (DIAS, 1985. p. 4).

Assim a partir da ideia de imaginários, narrativas e representações, Joseane Brandão em sua tese afirma que:

<sup>38</sup> O poder do feminino nas tradições africanas é milenar – e essas relações de pertencimento estão envoltas por valores ancestrais e sociais, pois os poderes de gestação não são somente para gerar a vida, mas estão também nas forças dinâmicas e propulsoras que movem as relações de todo um processo do comum, que organiza e propõe perspectivas de inter-relações grupais. Essas dinâmicas instrumentam a existência com unitária e colocam as mulheres como força para gerir e gerar a vida e gerir e gestar as organizações ancestrais, sociais, econômicas e políticas de um povo, assumindo o papel de matrigradoras e matrigestoras de uma comunidade. <https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-negras-e-a-forca-matricomunitaria/>

A partir da ideia de imaginários, narrativas e representações, do atual estado do Rio de Janeiro, é necessário destacar, como se dão a construção dos reais sentidos e significados que exaltam a cultura carioca, porém os processos de revitalização que colocam em disputa, somente a valorização de grupos hegemônicos, não permitem compreender as dinâmicas plurais da cidade por meio de diferentes usos (Certeau, 1994) e por meio de disputas simbólicas mediadas por discursos e narrativas (Barreira, 2007) que produzem distintos imaginários urbanos (Huyssen, 2008; Canclini, 1997). ( BRANDÃO, 2011.p.1)

Nesse contexto, é importante refletir como as revitalizações urbanas promovidas por Pereira Passos e o modelo de “revitalização urbana”, por meio do projeto Porto Maravilha, contribuem para o silenciamento da tão controversa “memória nacional”. Já que a busca da modernização da cidade e do país com a “manutenção” de uma direção política e econômica conservadora não inclui as demandas dos trabalhadores urbanos, dos atores sociais e da comunidade negra local.

Nesse sentido, é necessário valorizar as narrativas urbanas que reafirmam as identidades espaciais, denotam prioridades discursivas que apontam apropriações e (re)significações por distintos atores sociais e políticos em modelos de afirmação da imagem de cidades. Fomentar a produção sócio espacial da Pequena África é retomar as ações construídas pelas tias baianas, por meio da festa da Penha, as barracas das tias que são ponto de encontro e de identidade cultural:

Culinária, música e dança se misturam atraindo não só “os da terra”, mas ganhando um número cada vez maior de adeptos. Nos nomes das barracas fica evidente a ideia da “espacialização”: Gruta do Pedaço, Reino da África, Sultana da Bahia, Flor da Cidade Nova, Cabana do Pai-Tomás. As referências vão da longínqua África, passando pela Bahia até chegar ao Rio (Flor da Cidade Nova). Vivencia -se simbolicamente a trajetória espacial da cultura negra. (VELLOSO, 1990 p.16)

Nisso, a afrocentricidade como contribuição da memória negra, permite compreender a produção sócio espacial da Pequena África como lugar expressivo de práticas sociais, já que nesse espaço são intermediadas trocas de idéias e valores, das pessoas e da comunidade negra local que dão significado e sentido pela existência da pequena África e especificamente do Cais do Valongo.

Assim, é importante o entendimento desse espaço como um marcador simbólico, colado com o fundamento do axé: é ele que abre os caminhos. Os fatos começam a acontecer primeiro no plano simbólico, para depois ,assim, adquirirem concretude. É necessário, portanto, resgatar essa pluralidade de sentidos presente nas diferentes codificações culturais, com o objetivo de reconstruir a identidade afrocentrada.

## **CAPÍTULO 2: AFROCENTRICIDADE COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A MEMÓRIA NEGRA**

### **2.1 AFROCENTRICIDADE E MEMÓRIA NEGRA**

A afrocentricidade é um conceito a partir do ponto de vista do negro como sujeito e não como objeto, de maneira a ter a própria história do povo negro como centro, fundamentado no conceito de raça e protagonismo de povo negro em favor da valorização de sua cultura, memória e identidade.

A afrocentricidade é uma ação política e social que faz um deslocamento da análise dos fenômenos sociais visto que, “com muita frequência, a discussão dos fenômenos africanos tem se dado com base naquilo que pensam, fazem e dizem os europeus” (ASANTE, 2009b, p.97). Deste modo, a afrocentricidade é uma resposta à supremacia branca, que assume várias formas, como violência física, apropriação de terras, recursos e “encarceramento mental” – definido como o “[...] disfarce de ideias, teorias e conceitos europeus como universais, normais, naturais”. (MAZAMA, 2009, p. 112).

Por meio da visão afrocentrada, é possível destacar nas discussões o turismo crítico, que busca compreender de quem são os interesses mais aceitos na atividade e que ocorre a partir de uma crítica a partir dos anos 2000, no qual discussões sobre identidade, diferença, corpo, gênero, representações de imagens e semiótica ganham relevância, muitas vezes a partir de teorias pós-estruturais e pós-colonialistas (FAZITO, 2012), que destacam o poder de nomeação do europeu, e que coloca o outro como exótico.

Nesse sentido, a afrocentricidade pode contribuir para a memória do povo negro e consequentemente para a valorização do patrimônio afro-brasileiro, por meio do conceito de afrocentricidade, que é uma das formas de visibilizar a memória, a cultura e identidade negra, trazendo a raça para o centro dos interesses, valores e perspectivas, cujo protagonista deve ser a população negra que reivindica sua memória.

No contexto das experiências negro-africanas na diáspora, no Brasil especificamente, a memória foi e pode continuar sendo um poderoso instrumento de manutenção do imaginário colonialista-racista, por meio do conceito de memória, segundo Wanderson Flor (2007) a memória é uma possibilidade de restituir a lembrança, a memória e a história do ser africano e seus descendentes negros na diáspora, recuperando memórias e identidades usurpadas pelo colonialismo.

## 2.2 MAPEAMENTO DE SUJEITOS, REDES E INSTITUIÇÕES DO COMITÊ GESTOR DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO Cais DO VALONGO NA GESTÃO TURÍSTICA DO BEM.

O mapeamento dos sujeitos, redes e instituições, como proposta de estudo, objetiva- se entender os processos descritos acima e destaca-se que a prática imersiva do campo gera, frequentemente, dilemas éticos e metodológicos, provocando escolhas e posicionamento dos sujeitos envolvidos no processo de construção do mapeamento. De acordo com Enne ( 2014, p.85):

Trata-se de um complexo jogo de identidade e alteridade - entre “nós”, os “outros” e os “outros dos outros”, que frequentemente somos “nós” pesquisadores também - cujo mapeamento não se faz sem conflitos ou angústias. Assim, o pesquisador se vê constantemente desafiado por limites e dilemas no seu fazer etnográfico.

Esse fazer etnográfico é desafiador, pois ,como bacharel em turismo, entender os vários processos e questões complexas que envolvem elementos como simpatia, empatia, pertencimento, engajamento, ativismo político e necessidade de dialogar com outros discursos e subjetividades, está sempre presente nos debates das ciências sociais.

Se tratando de um sítio de memória sensível como o Cais do Valongo, que sintetiza, pela sua materialidade, as relações do comércio escravagista que envolveram a África, as Américas e a Europa, é nítido o seu valor universal excepcional como lugar de memória sensível e patrimônio da humanidade.

Diante disso, o turismo não é a única atividade, vertente ou abordagem a ser vivenciada, é a união de diferentes olhares, estudos e temáticas, que ao se juntarem abrem caminhos muito mais amplos. Neste trabalho, é importante compreender a multiplicidade de visões que abrangem diversos pontos de partida e chegada que caracterizam o público alvo, grupos envolvidos, tipo de segmentos, forma de planejamento e gestão, técnicas de manejo e sustentabilidade para promover o turismo e/ou atividade turística sustentável e viável na região. A ligação entre cultura e turismo deve ser entendida como relação de trocas, aprendizados e conhecimentos. No caso do Cais do Valongo, a compreensão sítio, e,sobretudo, a troca de aprendizados está presente na materialidade simbólica representada pela patrimonialização das diferenças, repúdio, luta por direitos, resistência e espaço de manifestações culturais afro-brasileiras simbólicas de afirmação cultural.

A constituição do comitê gestor<sup>39</sup> do Cais do Valongo traz em sua construção a diversidade de sujeitos, redes e instituições, que ampliam o olhar sobre as ações de preservação,

possibilidades do uso turístico na região e para o planejamento turístico sustentável que tende

<sup>39</sup> Importante destacar a existência de dois comitês que atuam no reconhecimento e gestão do Cais do Valongo. O comitê científico internacional foi criado pela Unesco para assumir a responsabilidade científica e intelectual do projeto Rota do Escravo: Resistência, Liberdade. O comitê gestor, que está ligado ao comitê executivo, é responsável por coordenar a gestão do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, da sua zona de Amortecimento e do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana.

a exaltar a memória dos afro-brasileiros e da comunidade receptora.

Assim, foi construído o quadro abaixo, por meio de pesquisas em diversas fontes documentais, rede de contatos do controle de representantes do comitê gestor e levantamento bibliográfico sobre os temas relacionados à pesquisa.

Para realização do mapeamento em questão, não foi restringida somente a análises documentais já produzidas, mas foi feita uma videoconferência no dia 25 de junho de 2020, por meio de plataforma digital, com depoimentos orais guiados por perguntas norteadoras com os sujeitos e suas respectivas instituições diretamente envolvidas com ações turísticas na região do Cais do Valongo articuladas com práticas de preservação do bem e participação da comunidade local.

Importante destacar que a formação do comitê gestor foi uma proposta sugerida pelo dossiê de candidatura do Cais do Valongo patrimônio mundial desenvolvido pelo Iphan, e por meio da portaria nº 360, de 30 de agosto de 2018, que instituiu o comitê gestor e dá outras providências. Porém, de acordo com as entrevistas e a videoconferência realizada no dia 25/06/2020, ficou evidente que mesmo com as instruções da portaria, ocorreram poucas reuniões do comitê gestor.

Após o decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. A partir desse decreto, foram extintas todas as ações do comitê gestor do Cais do Valongo, e consequentemente, não tiveram possíveis avanços da pauta.

Considerando a diversidade de instituições e de representantes da sociedade, o dossiê de candidatura sugere que a gestão do comitê gestor se organize da seguinte forma:

A gestão se dará através da atuação de forma consultiva e deliberativa sobre questões que afetem a área de gestão; da participação de forma colaborativa nas ações que interfiram na área de gestão; e da proposição de políticas, programas, projetos e ações de caráter educativo, cultural, turístico, econômico ou social que tenham como objetivo a conservação, valorização e promoção do patrimônio cultural de natureza material ou imaterial relacionados ao Sítio Arqueológico do Cais do Valongo e sua Zona de Amortecimento e ao Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana”.(IPHAN, 2016.pg 167).

## COMITÊ GESTOR DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAIS DO VALONGO - PROPOSTA DE ESTRUTURA

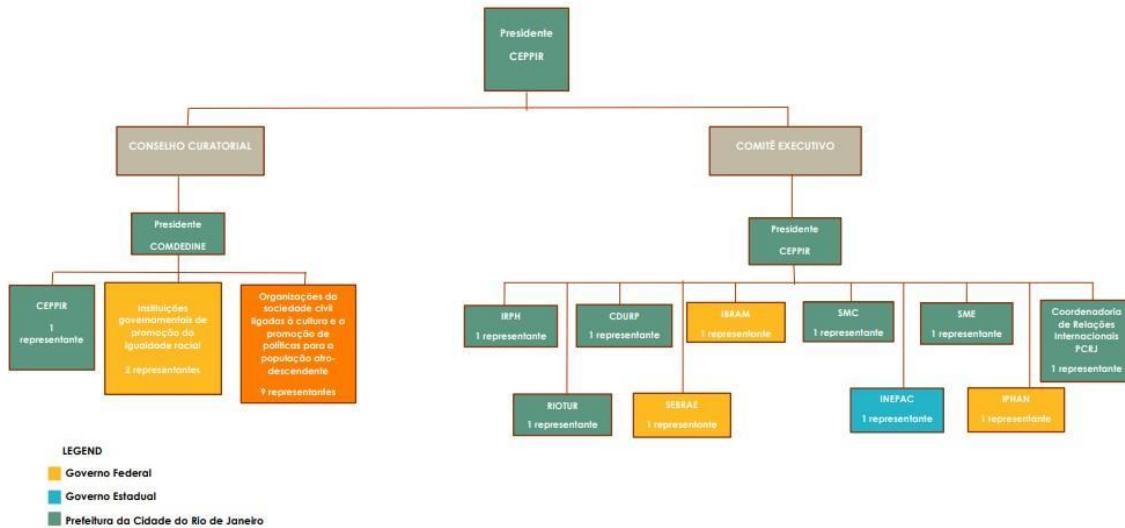


Tabela 2 -Organograma- proposta de estrutura do comitê gestor do Cais do Valongo- Dossiê Iphan p. 167

Sendo assim, a videoconferência promovida por essa pesquisa que resultou no mapeamento de redes, instituições do comitê gestor (tabela abaixo), foi uma tentativa de ouvir, reunir e compreender as ações de turismo que estão articuladas com a comunidade local e principalmente com agentes que identificam a localidade como um território da Pequena África que promovem a preservação do Cais do Valongo, tendo como referências as instituições, redes e sujeitos que foram citadas no dossiê de candidatura. Destaco, que algumas pessoas citadas no mapeamento não fazem parte do comitê gestor, mas foram fundamentais no desenvolvimento da pesquisa e do mapeamento e construção do quadro abaixo:

SUJEITOS	CARGO	INSTITUIÇÃO	VISÃO SOBRE O BEM	AÇÕES
Candice Ballester	Chefe da Divisão de Reconhecimento Internacional de Bens Patrimoniais	Coordenação - Geral de Cooperação Internacional IPHAN/SEDE	Institucional	Processo de candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial, monitoramento e gestão do bem.
Sônia Rampim	Coordenadora de Educação Patrimonial	IPHAN/SEDE	Institucional	Educação Patrimonial
Joseane Brandão	Docente do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural	IPHAN/RJ	Educacional	Orientadora da pesquisa sobre o Cais do Valongo e usos turísticos
Luiz Eduardo Negrogun	Presidente	Cedine - Conselho Estadual dos Direitos do Negro RJ	Étnica	Lavagem do Cais do Valongo, escavação arqueológica no VLT
Nilcelmar Nogueira	Consultora do Iphan e foi secretária de cultura do Rio	IPHAN	Étnica	identificação de patrimônios imateriais da região e centro de interpretação
Merced Guimarães	Presidente do Instituto Pretos Novos	IPN- Instituto Pretos Novos	Educação Patrimonial	Círculo de Herança Africana
Luciane Gorgulho	Chefe de departamento de desenvolvimento urbano, cultura e turismo	BNDES – Banco Nacional de desenvolvimento Social	Recursos	Ações na pequena África, fomento ao turismo, placas de sinalização, investimento em startups e projetos culturais.
Gracy Mary	Presidente da Organização Cultural Remanescentes de Tia Ciata-	Casa da Tia Ciata	Étnica	Caminhos de Ciata, vivência do jongo, batuques de Ciata, oficinas de tambor, capoeira, maculelê e educação Patrimonial

Sérgio Noronha	Coordenador	CEPPIR- Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial	Étnica	Lavagem da sagrada do Cais do Valongo
Monica Silva	Assessora de Desenvolvimento Econômico Social	CDURP- Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto	Institucional	Desenvolvimento urbano na região, capacitação da comunidade local, por meio de ações de educação patrimonial.
Rodrigo Nascimento	Presidente	MUHCAB Museu da História e da Cultura Afro Brasileira	Étnica Educação patrimonial	Historiografia afro-brasileira e afro- atlânticas
Mônica Costa	Assessora de patrimônio imaterial	IPHAN/RJ	Institucional	Ações do grupo do círculo histórico arqueológico da herança africana
Sandro Capadócia	Assessor Especial	Secretaria de Turismo do RJ	Política	Turismo Religioso na pequena África
Mãe Celina de Xangô	Gestora do Centro Cultural Pequena África	Pequena África	Étnica	Promoção de circuito histórico e arqueológico da herança Africana
Giovanni Harvey	Presidente	Incubadora Afrobrasileira	Étnica	Ações tecnológicas de estruturação de circuitos turísticos culturais.
Leonardo Alves	Diretor do departamento de pesquisa e documentação	INEPAC- Instituto Estadual do Patrimônio Cultural	Institucional	Educação patrimonial, tombamento pedra do sal e Cais do valongo.

Milton Guran	Coordenador Antropólogo	IPHAN- Comitê Científico	Institucional Pesquisa	Elaboração dossiê de Candidatura
Mônica Lima	Técnica Historiadora	IPHAN- Comitê Científico	UFRJ Pesquisa	Elaboração dossiê de candidatura
Hebe Mattos	Coordenadora Geral	Rede de Pesquisa Passados Presentes (UFF /UNIRIO)	Institucional/ Pesquisa	Projeto Passados Presentes
Damião Braga	Presidente	Associação de remanescentes do Quilombo Pedra do Sal e Universidade do Quebec em Montreal (UQAM).	Institucional/ Pesquisa, arquitetura e urbanismo e étnica	Projeto sal do samba  Projeto “Respeito: memória, moradia e orgulho na Pequena África”

Tabela 3: Mapeamento de sujeitos, redes e instituições do comitê gestor

O objetivo do mapeamento de sujeitos, redes e instituições do comitê gestor, no primeiro momento, foi identificar quem são os agentes/instituições, os cargos que eles ocupam, a visão que eles têm do bem, as instituições diretamente envolvidas com ações turísticas na região do Cais do Valongo articuladas com práticas de preservação do bem e participação da comunidade local. Assim, por meio das ações, identifiquei 6 (seis) categorias de atuação, conforme figura abaixo que sistematizou as informações da tabela:

- **Ação Étnica:** representada pelo movimento negro, líderes comunitários, espaços culturais e sujeitos atuantes no território da Pequena África, que promovem ações afrocentradas na região e são articuladas com a preservação do Cais do Valongo. Por meio do mapeamento foram identificadas 08 (oito) ações. Destacando que nessa categoria, nomeio como “agentes chave”, logo abaixo são apresentadas o mini currículo e trajetória desses agentes, pois são eles que dão

sentido material e imaterial para a existência da Pequena África, e se tratando do Cais do Valongo, que é um patrimônio afro-brasileiro é de quem de direito esse bem patrimonial representa e pertence.

- **Ação Institucional:** representada pelas instituições que são atuantes na preservação do Cais do Valongo e pessoas que atuam na região por meio da representação institucional, como o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), a companhia de desenvolvimento urbano da região do porto e Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Foram identificadas 4 ações.
- **Ação Pesquisa:** representada por agentes que estão diretamente associadas no desenvolvimento de pesquisas, algumas dessas pessoas exercem representação institucional, mas o que de fato foi importante nessa categoria é a principal atuação no envolvimento da pesquisa, como formação do Comitê Científico e ligadas aos Mestrado Profissional do Iphan. Foram identificadas 4 ações.
- **Ação Educação Patrimonial:** Como o campo da educação patrimonial é uma importante ferramenta para atuar na preservação do Cais do Valongo, articuladas com o protagonismo local, foi fundamental na pesquisa identificar quais são as instituições e agentes envolvidos nessa ação. Importante destacar que o Afroturismo garante melhores resultados sendo articulado com a educação patrimonial. Foram identificadas 4 ações.
- **Ação Política:** A inclusão dessa categoria se faz necessária, pois por meio de políticas públicas, é possível uma melhor articulação do poder público executando ações de preservação do Cais do Valongo. Nessa categoria foi identificada somente uma ação.
- **Ação Recurso:** A inclusão dessa categoria se faz necessária, pois, por meio dos recursos, é possível identificar quais instituições, empresas ou agentes estão empenhadas a investir e contribuir financeiramente para as ações de preservação do Cais do Valongo. Somente foi identificada uma ação por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



Figura 20: Sistematização das informações da tabela de mapeamento de sujeitos, redes e instituições do comitê gestor

A figura acima é uma representação imagética das 23 ações que foram identificadas e as atuações dos membros do comitê gestor do Cais do Valongo. Nota-se que a categoria étnica possui 8 (oito) ações. Uma maior quantidade de atuações, e a categoria política 1 (um) e recurso com 1 (um), são as ações que pouco tiveram relevância, porém é evidente que instituições como Iphan, tem a sua atuação por meio de políticas públicas em favor da preservação do bem. Porém, destaco que nessa análise apontei como política a atuação por meio de um parlamentar que seria uma forma de captar recursos.

Mas, é necessário considerar o quão é problemática identificar as ações efetivas de preservação do Cais do Valongo, pois é evidente que ações de estruturação necessitam de políticas públicas e recursos financeiros que possibilitem a revitalização, preservação e conservação funcional do bem.

É evidente que apenas essa categoria de análise é insuficiente para concluir sobre as políticas públicas e distribuição de recursos em favor da preservação do Cais do Valongo, mas a atual situação de má preservação do Cais do Valongo é um dado relevante que incide sobre essa análise. Assim, é preciso considerar que as ações do IPHAN também se caracterizam como ações políticas, mas eu apontei a importância da representação política de Sandro Capadócia, pois sabemos a baixa representação na política institucional a participação de negros e mais baixa ainda as políticas públicas afrocentradas que favorecem a preservação do patrimônio afro-

brasileiro.

Porém, este trabalho busca apresentar e relatar algumas reuniões que aconteceram nesse período, e por meio da relatoria da audiência pública que ocorreu no dia 12/05/2021, é possível compreender melhor sobre o que está sendo feito e como está sendo distribuído os recursos. Segue abaixo como foi desenvolvida a metodologia de construção do mapeamento e realização da videoconferência que reuniu 18 membros e instituições do comitê gestor no dia 25 de junho de 2020.

## **ETAPAS: ATIVIDADES REALIZADAS**

- Levantamento preliminar da pesquisa bibliográfica;
- Identificação de sujeitos e instituições que promovem ações turísticas de preservação do Cais do Valongo articuladas e integradas com a comunidade local;
- Pesquisa em site de busca;
- Entrevista com agentes chave do processo por meio de entrevistas individuais e coletivas;
- Pesquisa a acervos institucionais: Museu da História e Cultura Afro-brasileira (MUHCAB) ; Secretaria Municipal de Cultura do Município do Rio de Janeiro (SMC); Conselho Estadual dos Direitos do Negro (Cedine); Instituto Pretos Novos ( IPN); Secretaria de Turismo do Rio Janeiro; Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC); Incubadora Afro-brasileira, com o objetivo de identificar quais são as ações afrocentradas que se articulam com o turismo e preservação do bem.

## **LEVANTAMENTO DE DADOS**

Para o levantamento dos dados, no dia 25 de junho de 2020, foi realizada uma videoconferência com a participação de 18 membros do comitê gestor do Cais do Valongo, representando suas respectivas instituições, de acordo com a tabela acima (tabela 1). O objetivo da reunião foi compreender as possibilidades do uso turístico na região do Valongo articulando com ações de preservação do bem e participação da comunidade local que identificam a região como um território da Pequena África. Sendo assim, a reunião ocorreu seguindo a seguinte metodologia para o levantamento de dados:

### **Programação e perguntas norteadoras**

1. Apresentação do objetivo da pesquisa e do objetivo da reunião.
2. Abertura para falas: apresentação de cada um - quem é, qual instituição.
3. Quais ações de preservação a instituição tem desempenhado no Cais do Valongo e como você vê a atividade turística como estratégia de preservação desse patrimônio cultural articuladas com a atuação da comunidade local
4. Encerramento e convite para outras reuniões, em blocos temáticos
5. Tempo de fala de 10 min no máximo para cada membro

### 2.3 PROTAGONISMO NEGRO: AGENTES CHAVES NA REGIÃO DA PEQUENA ÁFRICA - CAIS DO VALONGO

Nomeado como “agentes chave”, em referência, com pensamento de Rincon Sapiênci<sup>40</sup> referenciado em sua música “Ponta de Lança”, que o protagonismo é negro sim! por meio do verso “ os “pretos são chave abram os portões”, apresento logo abaixo os mini currículos e trajetória desses agentes, pois eles têm fundamental importância na construção dos sentidos materiais e imateriais afrocentrados para a existência da Pequena África.

Além disso, esses agentes foram fundamentais na construção do mapeamento das ações do Cais do Valongo, a partir de iniciativas que valorizam a memória da diáspora africana:

- 1) Damião Braga é presidente do conselho diretor da Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal (Arqpedra), coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas e atuante do projeto sal do samba, que promove roda de conversa e visita guiada ao sítio arqueológico Cais do Valongo e sua zona de amortecimento.



Figura 21: Damião Braga- vídeo youtube:Pedra do sal: Quilombo Urbano: conhecer, defender e amar

2) Giovanni Harvey, fundou a incubadora Afro Brasileira, que por meio de ferramentas e modelos de gestão promoveu o desenvolvimento de empreendimentos de base econômica, agregados ao valor étnico. Em 2004, foi Secretário Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, de 2013 a 2015. Atualmente, dentre outras iniciativas, coordena o projeto “Conectora de Oportunidades” e preside o “Conselho Deliberativo do Fundo Baobá para a Equidade Racial”.

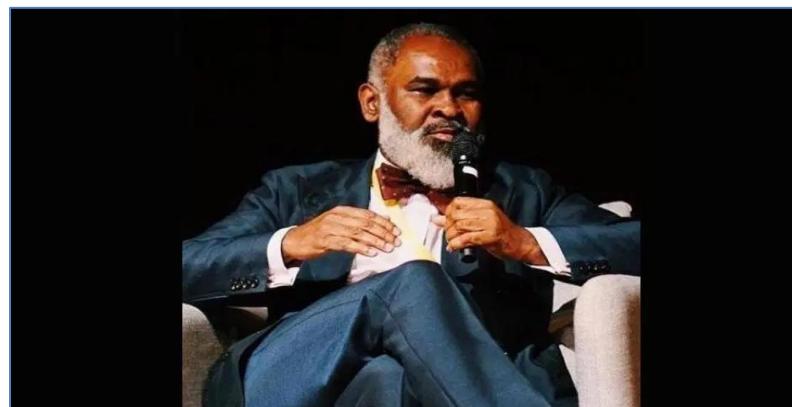


Figura 22: Giovanni Harvey- Foto Geledés

3) Gracy Mary: Presidente da Organização Cultural Remanescente de Tia Ciata, é bisneta de Tia Ciata, que é símbolo da resistência negra e uma precursora do samba carioca. Gracy idealizou o projeto “Caminhos de Ciata”, que por meio de tours na Pequena África, narra a cultura e descreve os locais onde Tia Ciata passou. Trabalhou pelo resgate da memória da tia Ciata, das tias baianas e da história da Pequena África, região da zona portuária do Rio de Janeiro.



Figura 23: Gracy Mary Bisneta de Tia Ciata - Imagem Extra Online 20/11/2017

4) Luiz Eduardo Negrogun: Presidente do Cedine - Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Rio de Janeiro, que foi criado em 13 de dezembro de 2001, juntamente com o seu respectivo

fundo através da lei 3.730/01, membro da comissão da Pequena África e presidente do movimento negro do PDT-RJ.



Figura 24: Luiz Eduardo Negrogun-foto Notícia Preta 10/12/2018

5) Mãe Celina de Xangô: A Yalorixá Mãe Celina de Xangô é gestora do Centro Cultural Pequena África, que é uma ONG com a missão de pesquisar, resgatar e difundir a história da Pequena África. Durante os anos de 2011 e 2012, foi convidada pelo departamento de arqueologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da professora Tânia Andrade Lima, a participar do reconhecimento de objetos africanos encontrados nas escavações do Cais do Valongo, localizado na Zona Portuária do Rio de Janeiro.



Figura 25: Mãe Celina de Xangô- foto maecelinadexango.46graus- 2019

6) Merced Guimarães: É presidente do Instituto dos Pretos Novos, mesmo sendo uma mulher branca, assumiu uma postura antirracista por fazer a gestão de um dos mais importantes museus de memória sensível do Rio de Janeiro. O Instituto Pretos Novos, um Museu Memorial (IPN) que foi criado a partir da descoberta de um sítio arqueológico em seu subsolo, o cemitério dos

pretos novos, onde existem vestígios de ossos humanos que foram amontoados na chegada de embarque de humanos vindos de África que não resistiram às duras condições da viagem, esse espaço de memória, guarda em sua materialidade uma memória sensível e dolorosa dessa época. Em 1996, Merced e Petrúcio Guimarães dos Anjos descobriram accidentalmente o Cemitério dos Pretos Novos, ao iniciarem as reformas em sua residência, na Rua Pedro Ernesto. Naquele ano, iniciou-se o processo de salvamento arqueológico dos remanescentes ósseos revelados pelas obras. O sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos, que funcionou para enterramento nos anos de 1769 a 1830, é a principal prova material e incontestável, encontrada até hoje, sobre a barbárie ocorrida no período mais intenso do tráfico de cativos africanos para o Brasil. Depois da descoberta fortuita feita pela família Guimarães dos Anjos, em 8 de janeiro de 1996, não há mais como admitir uma visão equivocada e romanceada sobre a escravidão de africanos e seus descendentes diretos no Brasil.



Figura 26: Merced Guimarães- foto agência Brasil EBC 16/04/2017

7) Nilcemar Nogueira: Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestra em bens culturais e projetos sociais pela Fundação Getúlio Vargas. Neta de Dona Zica e do mestre Cartola, sua trajetória profissional está ligada intimamente ao samba e especialmente à Estação Primeira de Mangueira, da qual foi diretora de Carnaval. Depois de trabalhar na Fundação Museu da Imagem e do Som, onde foi presidente, uniu-se ao irmão Pedro Paulo na fundação e administração do Centro Cultural Cartola. Nesse local, criou o Museu do Samba em 2015, como parte da sua iniciativa para a inscrição do samba carioca na lista do patrimônio cultural imaterial brasileiro do Iphan. Foi secretária da Cultura da cidade do Rio de Janeiro, na gestão de Marcelo Crivella (2016). Foi presidente do Instituto da História e da

Cultura Afro-brasileira (IHCAB), em 2019. E durante sua gestão foi responsável pela criação do Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL) em 2017, que passou, a partir de abril de 2019, a ser denominado Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB).



Figura 27: Nilcemar Nogueira- foto arquivo pessoal facebook

8) Rodrigo Nascimento: presidente - MUHCAB Museu da História e da Cultura Afro Brasileira, foi diretor da Fundação Palmares e consultor de políticas públicas de promoção da igualdade racial.



Figura 28: Rodrigo Nascimento- foto facebook arquivo pessoal

9) Sandro Capadócia: Assessor especial da Secretaria Estadual de Turismo do Rio de Janeiro,

responsável pelo núcleo de turismo religioso da instituição e um dos membros do seminário de turismo religioso do Estado do Rio de Janeiro – “Fé no Turismo”.



Figura 29: Sandro Capadócia- Foto Redação SRzd- 21/01/2021

10) Sérgio Noronha: coordenador da CEPPIR- Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial e gestor do Centro Cultural Terreirão do Samba na empresa Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.



Figura 30: Sérgio Noronha arquivo pessoal facebook

## ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados alcançadas por meio de conferência virtual, pesquisa em fontes documentais, reportagens, rede de contatos do controle de representantes do comitê gestor e levantamento bibliográfico sobre os temas relacionados à pesquisa, revela, que o atual cenário político e as políticas públicas de gestão direcionadas a manutenção da preservação do Cais do Valongo não é foco do governo atual.

Esse fato é comprovado pela extinção dos comitês gestores pelo decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, e a partir desse decreto, foi extinta todas as ações do comitê gestor do Cais do Valongo e os possíveis avanços da pauta. Inclusive, não foi possível a participação da Fundação Cultural Palmares, pois de acordo com a instituição e suas atuais políticas de gestão não há reconhecimento do movimento negro.

Para um melhor entendimento, a análise de dados será dividida a partir das visões de cada sujeito, redes e instituições que compõem o comitê gestor conforme o mapeamento, por meio da visão étnica, educação patrimonial, institucional, pesquisa, política e recursos.

### **Visão Étnica:**

Mãe Celina de Xangô, uma das membras do comitê gestor e presidente do centro cultural pequena África sente os efeitos negativos do atual cenário político, e mantém, sem recursos, o espaço cultural que resgata e difunde a história e a cultura afro-brasileira:

A situação já era difícil e, com a pandemia, piorou. Você chega lá e não consegue entrar porque os moradores de rua ocuparam o jardim. Em março, arrombaram a casa e tive que trocar as fechaduras. Isso acontece quase todo mês. Não tem segurança, não tem policiamento. Antes os visitantes chegavam e ficavam encantados com aquele jardim maravilhoso. Hoje não tem nada de maravilhoso, está tudo deteriorado, quase tão ruim como antes da revitalização. As plantas foram arrancadas, os muros, pichados, o mato está sem cortar. Estamos jogados às traças (Relato de mãe Celina de Xangô- Uol 2020).

A partir disso, todas as ações, políticas de gestão e manutenção do Centro Cultural Pequena África estão atrasadas. Somando a isso, os agentes chaves ligados a ações étnicas que lutam pela preservação dessa memória relatam a dificuldade de desenvolvimento de suas ações na região, devido a falta de investimento, preservação e conservação dos patrimônios negros.

Um fato que evidencia esse apagamento são os processos de revitalização que são marcados pelo empresariamento da gestão urbana, por meio do projeto “Porto Maravilha”. Suas obras atingem uma superfície de 5 milhões de metros quadrados e previam um orçamento inicial de R\$ 7,6 bilhões de reais. No entanto, em um primeiro momento do Porto Maravilha, iniciado em 2010, o patrimônio afrodescente da localidade não entrava na pauta:

O projeto valorizava a criação de grandes complexos culturais voltados para um público internacional, consumidor de alta cultura e geralmente de fora do bairro, como o Museu de Arte do Rio, já inaugurado, e o Museu do Amanhã, em construção, destinado à ciência e à tecnologia. Foram necessárias as ações articuladas dos pesquisadores acadêmicos e dos militantes negros junto a representantes da municipalidade – descritas acima – para que as memórias da diáspora pudessem vir à tona e se institucionalizar, tendo como principal referência o Cais do Valongo.(VASSALO; CICALO, 2015, p.264).

Agregando a isso, se tem o cenário devastador com a pandemia da covid-19, que trouxe o fechamento do Centro Cultural Pequena África de mãe Celina de Xangô. Nessa mesma situação, a Casa de Tia Ciata, dirigida por Gracy Mary, relata as dificuldades de continuar as ações culturais, turísticas e de proteção do Cais do Valongo, mas reconhece as potencialidades da região:

Nossas ações ao turismo tem muita relevância, a casa da tia Ciata faz as coisas acontecerem, com o tour na pequena África e atuações no Cais do Valongo, por meio do caminhos da Tia Ciata, a história da matriarca do samba, onde Tia Ciata transitou – construção de memória viva. Fazemos uma experiência de construção da memória viva da localidade, as pessoas passam ali e sentem a vibração. Pessoas de outros países participam das vivências de roda de jongo, capoeira e maculelê, mas nós vemos que é muito relevante continuar essas ações de educação patrimonial, mas há vários impedimentos, falta de recursos e atenção zero do poder público (Relato de Gracy Mary- organização cultural remanescentes de Tia Ciata, videoconferência: 25/06/2020).

No relato de Sandro Capadócia, assessor da Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro, fica evidente que há uma melhor estruturação e incentivo dos patrimônios culturais ligados aos grupos hegemônicos no qual ele defende como “turismo religioso laico”. Nesse sentido, é importante refletir quais critérios são construídos de valoração a certos patrimônios em relação aos patrimônios afro-brasileiros:

É preciso integração para as coisas acontecerem, ao chegar na secretaria de turismo do estado, eu sentir uma certa necessidade e deficiência do turismo religioso, e por isso sou enfático ao falar do "laico", porque estava muito tendenciosamente voltado para o turismo religioso católico, defende a valorização de todas as religiões, e todas as matrizes étnicas. Mas na região do Cais do Valongo, reconheço um dos ícones de maior potência, porque ali nós temos história, cultura, gastronomia, que enriquecem a nossa história, que despertam o interesse do turista em conhecer. Na minha gestão, criei um passaporte (figura 9) para que os turistas visitem determinados templos do Rio de Janeiro, desde da zona sul, com vários pontos de matriz africana que perpassa no Cais do Valongo. (relato Sandro Capadócia assessor especial da secretaria de turismo do RJ- videoconferência: 25/06/2020).

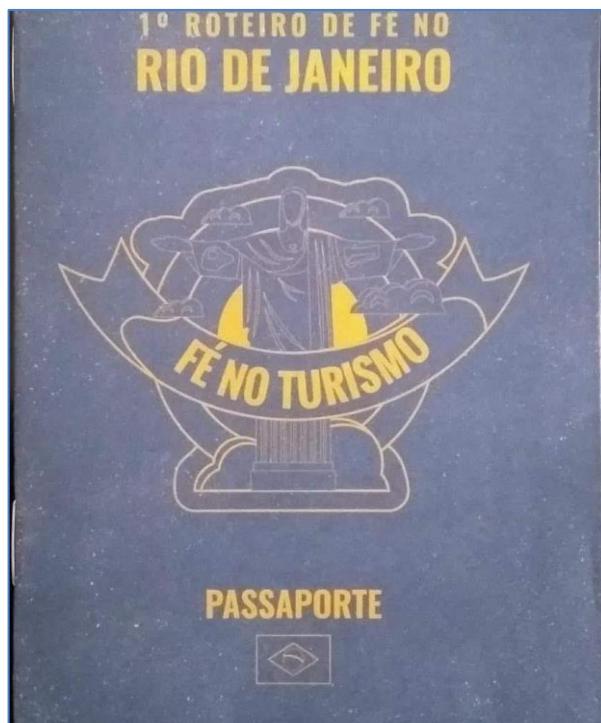


Figura 31: Passaporte fé no Turismo

Por meio dos relatos descritos, a forma como vem sendo conduzida a gestão de ações de revitalização na região portuária do Rio de Janeiro, por meio do empresariamento urbano através do projeto “Porto Maravilha”, a invisibilidade histórica do Cais do Valongo, que foi enterrado em 1843 para receber a imperatriz Tereza Cristina de Bourbon, segundo Vassallo & Cicalo (2015) “dentro da nova perspectiva, é possível construir uma crítica oficial ao Cais da Imperatriz, que simboliza a princesa “pisando sobre os escravos”, cuja invisibilidade foi produzida justamente, para conferir uma face mais nobre à história do país.” Atualmente, o estado de má conservação ocasionado pela destruição das placas de interpretação turística,

alagamentos, e as várias reportagens que alertam que o Cais do Valongo está ameaçado, não seriam consequências do racismo estrutural?

De acordo com Almeida (2019), importante advogado, filósofo e professor universitário, alerta que o racismo, no caso, o estrutural, na sua tese central, relata que o racismo é sempre estrutural, ou seja, que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. A partir do pensamento do autor, comprehende-se que todos esses fatores reforçam invisibilidades, retrocessos e desvalorização da memória, cultura e identidades afro-brasileiras.

A partir dessa análise, fica evidente que as instituições brasileiras usam de aparatos institucionais, como decretos, normas, ou leis jurídicas para não permitir o avanço de grupos étnicos raciais, ou de patrimônios culturais. No caso de Cais do Valongo, que denuncia as perversidades cometidas por esses grupos hegemônicos pelo não reconhecimento do racismo como fator estruturante de organização social brasileira, é perceptível que todas as organizações, movimentos, indivíduos, que são ligados aos grupos étnicos-raciais, são prejudicado por enquadramentos de narrativas, invisibilidade e inferiorização da história e cultura negra brasileira.

Devido a reprodução e manutenção de privilégios de grupos hegemônicos que reproduzem condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social, e no âmbito turístico, com a manutenção de circuitos e roteiros, que exaltam histórias, memórias e identidades de grupos colonizadores, é notável a invisibilização da luta histórica dos movimentos negros e das pautas antirracistas que se organizam pela a afirmação social, subsistência e luta por igualdade por direitos básicos fundamentais e pela preservação da memória da cultura afro-brasileira. Apesar disso tudo, é possível identificar a potencialidade e riqueza cultural da região do Cais do Valongo, por meio da perspectiva de território negro ou melhor o território da Pequena África.

Assim, analisando a visão do comitê científico do Cais do Valongo, que foi responsável pela elaboração do dossiê de candidatura do bem a patrimônio mundial, percebe-se que em governos progressistas as ações de preservação desse bem tiveram avanços como o título de reconhecimento mundial, formação do comitê gestor, inauguração do circuito de herança africana da região, sinalização do bem e obras de escavações arqueológicas que trouxeram à tona a importância histórica e cultural da região portuária do Rio de Janeiro, fortalecendo a memória da diáspora africana na região, através de uma compreensão sobre as ações e representações em torno do sítio arqueológico Cais do Valongo.

Entretanto, é importante pontuar que apesar dos avanços das obras de revitalização dessa

região, elas foram motivadas pelo aparelhamento mercadológico e neoliberal do território, e manutenção do turismo exploratório, por meio da estruturação do Porto Maravilha. Segundo Harvey (2005), esses novos contextos, as tradições e histórias locais se convertem facilmente em capital simbólico e tornam-se atraentes mercadorias, na medida em que se transformam em marcos de distinção dos bairros e das cidades revitalizadas.

Essas obras trouxeram grandes investimentos ligados à construção do Museu do Amanhã, como investimentos de obras monumentais, reafirmação e fortalecimento de identidades que apagam o protagonismo dos outros grupos formadores da sociedade brasileira. E nisso o turismo, por meio de projetos imobiliários se torna a “peça central da economia produtiva [...]”, um fim em si, justificado pela criação de empregos, pela geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais” (SMITH, 2006, p. 79).

Em veículos “oficiais” de divulgação do projeto, a prefeitura declara publicamente a sua intenção de transformar a região revitalizada numa nova imagem e num novo cartão-postal da cidade, atribuindo ao desenvolvimento do turismo um papel central (Pio, 2012). Os megaeventos internacionais que a cidade vem se propondo a abrigar também atendem a esses interesses (VASSALO; CICALO, 2015, pg. 263)

Importante destacar nesse processo de candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial, sobre o Conselho Científico Internacional do Projeto Rota do Escravo: resistência, liberdade e herança, da UNESCO, por ocasião da sua reunião estatutária de 2013, realizada no Rio de Janeiro, reconheceu a relevância ímpar do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo como lugar de memória da diáspora Africana nas Américas, tendo afixado no Cais uma placa (Figura10) expressando esse reconhecimento, a primeira do gênero afixada no mundo, no dia 20 de novembro de 2013, quando se comemora no Brasil o Dia da Consciência Negra.

Nesse ato de valor simbólico que trouxe reconhecimento para região, é relevante considerar que o nome “Rota do Escravo”, recoloca o sujeito negro enquanto objeto, inferior e escravo. Nesse ponto, é importante refletir sobre uma narrativa que ressignifique e valorize nossa posição social. De acordo com a narrativa oral de muitos membros desse comitê gestor reunidos na videoconferência, o que nos une é a diáspora africana, que inclusive nos conecta ao atlântico negro como espaço que permite fluxos, trocas e comunicações entre as populações afrodiáspóricas, e essa narrativa se associa a proposta de educação patrimonial do Museu da História e da Cultura Afro Brasileira do Rio de Janeiro.



Figura 32 - Placa- Projeto Rota do escravo

Outro ponto de bastante relevância das ações de turismo, preservação do bem articuladas com a comunidade local, que trazem reflexões sobre a ideia de qual turismo será estruturado na região, trazem a problemática da sustentabilidade, pois a ideia de sustentabilidade trazida pelos agentes não negros é uma forma estratégica de invisibilizar a participação dos agentes chaves, instituições e redes ligadas ao movimento negro, inclusive esse fato foi melhor compreendido na relatoria de audiência pública do Cais do Valongo ocorrida no dia 12/05/2021, pois a ideia de um turismo sustentável, através da sustentabilidade econômica para empresas é uma forma de gestão que fortalece práticas neoliberais, o consumo e a mercadorização da memória e cultura negra, pois por meio da fala do movimento negro e da economia criativa afrocentrada pode de fato trazer estruturações, capacitações e fortalecimento do Afroturismo na região. tal problemática, também, foi apontada pela incubadora afro-brasileira e pela casa de cultura da Tia Ciata.

A partir da reflexão anterior, é importante expandir o conceito de sustentabilidade, de acordo com Boff (2012), que fala sobre a sustentabilidade social como instrumento de justiça social. A análise dos dados possibilitou compreender que a ideia de turismo cultural, focado sobre a perceptiva do Afroturismo representa bem as ações de âmbito turístico que vêm sendo desenvolvidas na região do Cais do Valongo. De acordo com o mapeamento das ações, grande parte das atividades que estão sendo realizadas traz como foco principal o enaltecimento,

valorização e resgate da cultura afro-brasileira e esse fato fica evidente por ser tratar do simbolismo de territorialidades sobre a ideia de Pequena África e todos os atrativos turísticos que enriquecem esse circuito.



Figura 33: Roteiro histórico inclui seis pontos a partir do Cais do Valongo

De acordo com Merced Guimarães, presidente do Instituto dos Pretos Novos, o museu tem um grande fluxo de visitação (Figura 34). Nisso, o instituto vem desenvolvendo ações de educação patrimonial na região, pois ,por se tratar de um espaço cultural de memória sensível, é importante conscientizar os moradores, turistas e curiosos que visitam o espaço para que compreendam a dimensão do racismo estrutural que traz consequências perversas e marcas estruturantes nos dias atuais:

Nós já ultrapassamos desde de 2005 até ano passado, mais de 100 mil pessoas, e todo o circuito dessa região faz referência a memória e patrimônio, nossas instituições são o tripé do Cais do Valongo, precisamos questionar as verbas do EUA e da China, que estão com o museu do amanhã, que somadas dão 4 milhões. O cemitério dos pretos novos está pedindo esmola para se manter aberto. Cadê o dinheiro do Valongo? (relato de Merced Guimarães,- Instituto dos Pretos Novos- videoconferência: 25/06/2020)

Demonstrativo de visitantes a sede do IPN Museu Memorial													Totais	Círculo	Totais
2005/2013 9 ANOS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro			
2014/16 (03 anos)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		círculo	
															49197
2017	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		círculo	
	659	439	714	1012	1731	2012	1723	1746	1808	1943	1826	500	16113	2841	18954
2018	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	total visita	círculo	
	644	412	825	1081	1444	1.352	1274	2118	1959	1650	2170	668	15597	3011	18608
2019	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total de visita	círculo	
	654	526	888	861	3440	1805	1404	1056	2037	3595	4933	1702	22901	2467	25368
2020	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro			
	1042	634		Covid19											1676
2021	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro			

Figura 34 – Demonstrativo de visitantes do IPN

Outro aspecto, que é notório saber, são as ações do centro de interpretação turística, que foram apontadas por Nilcemar Nogueira na videoconferência, somando ao circuito de herança africana (Pequena África), a restauração do edifício das antigas Docas Pedro II, onde está destinado funcionar o Centro de Interpretação do Cais do Valongo. De acordo com a narrativa de Nilcemar:

“Analisados juntos, sob a luz da coletividade, tais movimentos reafirmam a importância da implantação do Centro de Interpretação do Cais do Valongo como forma de compromisso de reconstrução de parte da memória histórica que ficou oculta na historiografia oficial, ou seja, esse desvelamento, pela exposição positiva e precisa do assunto, provoca reflexão sobre esses “passados presentes” no que se refere ao processo de sujeição a que são submetidos esses anônimos sujeitos da ação, a fim de se imporem novos cenários, novos deveres e conceitos de novas formulações de políticas públicas, a partir da consideração das denúncias e desejos expresso pela comunidade local” (relato de Nilcemar Nogueira - videoconferência: 25/06/2020)

Importante relembrar que Nilcemar Nogueira desenvolveu o relatório para o IPHAN e para a UNESCO (United Nations Education, Scientific and Cultural Organization), sobre a elaboração de uma proposta curatorial e de insumos de conteúdo para integrar o projeto expográfico do Centro de Interpretação do Cais do Valongo. O documento apresenta propostas

que oferecem linhas curatoriais e propostas para integrar o projeto expográfico do Centro de Interpretação do Cais do Valongo. “É imprescindível entretanto para tal fim explorar linha curatorial para a implementação de atividades do próprio Centro de Interpretação do Cais do Valongo, que refletirá em sua exposição permanente.” ( Nilcemar Nogueira- PRODOC – 914BRZ4023)<sup>42</sup>

A proposta vem de encontro com este estudo por meio da valorização da memória afro-brasileira e a construção de novos significados, por meio do protagonismo negro, em que Nilcemar Nogueira se coloca como consultora, propondo ações de uso para o centro de interpretação do Cais do Valongo, por meio da implementação de uma exposição permanente – Cais do Valongo: “Um passado presente” – a ser desenvolvida no Edifício André Rebouças. Destaco aqui o propósito do projeto:

- Propor uma revisão da escrita da história do Brasil a fim de reconhecer e visibilizar narrativas afro-brasileiras soterradas e transformar o entendimento do que é ser negro no Brasil;
- Refletir sobre historiografia afro-brasileira e suas relações afro-atlânticas, contada a partir do Cais do Valongo, Patrimônio Mundial e porto de entrada de grande número de africanos escravizados no Rio de Janeiro, como uma história de resistência, criatividade, dissidência, adaptação e transformação – e não de vitimização.
- Resgatar narrativas negras soterradas e invisibilizadas, pela voz dos seus protagonistas e descendentes, construídas de forma coletiva, de baixo-para-cima, ligadas ao território da Pequena África;
- Reconhecer e honrar a diversidade de narrativas afro-brasileiras;
- Reconhecer a situação socioeconômica do negro hoje, e as tensões raciais que a atravessam e definem;
- Afetar e sensibilizar o visitante quanto a estas narrativas;
- Retraçar a jornada através do Atlântico de volta à África, em busca de nossas origens africanas e de reconectar laços perdidos;
- Ressaltar a identidade do Rio de Janeiro como uma cidade negra nas Américas
- Liderar a produção de conhecimento afrocentrado ligado ao Rio de Janeiro e região, e suas conexões com outros repositórios de conhecimento no Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo.
- Liderar o debate sobre igualdade racial no Brasil, e suas reverberações sobre os direitos humanos, respeito, tolerância e relações raciais.

<sup>42</sup> Consultoria de projeto de cooperação técnica internacional - Nilcemar Nogueira- PRODOC – 914BRZ4023- Página 15-16: Documento Técnico C contendo diretrizes conceituais, linhas de ação e estrutura básica para elaboração de plano interpretação e expográfico do Centro de Interpretação do Cais do Valongo.

- Advogar por causas afrocentradas: políticas públicas pela igualdade racial e inclusão social; combater o racismo e a intolerância; aplicação da Lei 10.639 junto a instituições de ensino; comissão da verdade sobre a escravidão negra no Brasil, reparação e justiça de transição.
- Empoderar a comunidade afro-brasileira através do conhecimento, oportunidades socioeducativas, e da valorização da autoestima.
- Posicionar o Brasil nas crescentes narrativas globais sobre o tráfico transatlântico de africanos escravizados.

Nisso, é importante apontar as disputas simbólicas que ocorrem nessa região e que dificultam o avanço da estruturação desse centro de interpretação. Ela apontou que é necessária uma agenda pública efetiva de integração dessas ações, para que traga os protagonistas dessa história para a centralidade da agenda do poder público. E nisso, ela continua enfatizando a importância do centro de interpretação passar por ações integradas, desde os guias que devem ser capacitados para disseminar a narrativa das memórias da região e a oportunidade de vivenciá-las na cadeia produtiva do Afroturismo, como restaurantes, oficinas e apresentações culturais que tragam experiências existenciais memoráveis de valorização da cultura afro-brasileira.

As análises aqui apresentadas possibilitam compreender a complexidade da atividade turística e gestão de preservação do Cais do Valongo articuladas com a comunidade local. Essa análise ficou evidente que as políticas de patrimonialização da região trouxeram reconhecimento do bem, aumento do fluxo de visitação turística, mas ainda existem vários problemas de reconhecimento, visibilidade e desenvolvimento dos sujeitos históricos que desenvolvem as ações de exaltação da cultura afro-brasileira na região.

A partir disso e do atual cenário político é constatado que o racismo estrutural foi um fator determinante na condução das políticas de gestão do Porto Maravilha que foram desenvolvidas a partir de uma noção de mercadorização do território, que privilegiou obras monumentais da localidade, investindo milhões na criação dos dois museus da região Museu do Mar e Museu do Amanhã, mesmo com a participação de governos progressistas na condução dessas obras, ficou evidente que as obras de valorização e restauro da região do Cais do Valongo, a valorização dos guardiões do território da Pequena África, que realizam várias ações de valorização da cultura negra, não tiveram seu real protagonismo e prestígio na condução dessas revitalizações. No atual cenário político de 2021 com a extinção da ação dos comitês gestores, ficou ainda mais difícil qualquer tipo de avanço vindo do governo federal que nem

reconhece o problema do racismo como um dos maiores problemas do Brasil.

Diante disso, o turismo não é a única atividade, vertente ou abordagem a ser vivenciada, é a união de diferentes olhares, estudos e temáticas, que ao se juntarem abrem caminhos muito mais amplos. É importante compreender a multiplicidade de visões que abrangem diversos pontos de partida e chegada, para caracterizar o público alvo, grupos envolvidos, tipo de segmento, forma de planejamento, gestão, técnicas de manejo e sustentabilidade social para promover o turismo e/ou atividade turística de valor étnico na região.

Assim, como se constatou na videoconferência o Afroturismo seria uma possibilidade de valorização dessa região e dos sujeitos ali presentes, já que possui um elevado fluxo de visitação turística, grande oferta de atrativos culturais que privilegiam a cultura afro-brasileira, instituições que reconhecem a pluralidade e as dimensões multiétnicas que promovem experiências turísticas de preservação do bem, que possam promover um turismo sustentável a partir de um conceito de justiça social ligado à economia criativa que dialogam com ações educativas, capacitação da comunidade local e de realização de atividades que atendam, com o mesmo grau de importância, às necessidades econômicas e sociais dos agentes promotores do turismo e das populações residentes nessa localidade.

A partir do conceito de um turismo que compreenda a patrimonialização das diferenças, como algo que valorize, ressignifique as potencialidades existentes na zona portuária do Rio de Janeiro, que possa expandir uma ideia de “abrasileiramento das memórias africanas<sup>43</sup>” que estabeleça o desenvolvimento das políticas públicas para o turismo no Brasil, bem como estabelece compromissos a serem cumpridos pelo governo federal, nos planos nacionais de turismo 2018-2022, que destaca a importância da sustentabilidade sociocultural, que deve assegurar a preservação das culturas locais e dos valores morais das populações, da mesma forma que deve fortalecer as identidades das comunidades e contribuir para o seu desenvolvimento.

Assim, comprehende-se que muitas dessas ações são desafiadoras e entende-se todas as complexidades do atual cenário político, o racismo estrutural, o desaparecimento das identidades afro-brasileiras, a necropolítica<sup>44</sup> de extermínio do povo preto brasileiro, a insegurança alimentar e cenário apocalíptico da pandemia no Brasil, que atualmente matou mais de 700 mil brasileiros, advém de perversidades de grupos hegemônicos que, em nome do controle social, exterminam a pluralidade multiétnica dos demais povos da sociedade brasileira, marcas de uma gestão que privilegia a morte em detrimento de ações que preservam a vida.

<sup>43</sup> Afirmação da presença africana no Brasil, por meio da experiência vivida das contribuições dos negros no Brasil e o reconhecimento de suas memórias.

<sup>44</sup> Necropolítica é um conceito filosófico que faz referência ao uso do poder social e político para decretar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer; ou seja, na distribuição desigual da oportunidade de viver e morrer no sistema capitalista atual.

A falta de manutenção das placas de sinalização turística, reconhecimento da comunidade local por ausência de conhecimento sobre a história, memória e identidade afro-brasileira, e como foi citado na videoconferência, algumas das instituições como a CDURP, estão ligadas a gestão e manutenção do Cais do Valongo, que no atual cenário político estão trabalhando com o mínimo de recursos que foram destinados na preservação do sítio arqueológico do Cais do Valongo.

O turismo pode ser uma ferramenta de transformação social, desde que, por meio de práticas, se desenvolvam a partir de políticas públicas, que potencializam práticas antirracistas, enaltecendo, reconhecendo e valorizando a memória da diáspora africana na região portuária do Rio de Janeiro, por meio de uma perspectiva afrocentrada.

Nisso foi apontado na videoconferência que para driblar os principais desafios para a preservação do cais, será necessário investidores ligados a vários setores, não somente incentivos estatais, mas pensar em recursos próprios, privados, mistos ou em ferramentas de financiamento coletivo que podem trazer ações efetivas que garantam possíveis avanços na preservação do bem.

Assim, espera-se que a reestruturação dessa região proponha novas formas de reapropriação, ressignificação e valorização por meio do Afroturismo com centralidade local. Das políticas de patrimonialização acredita-se que o reconhecimento como patrimônio mundial, além de gerar visibilidade é necessário criar atratividades, através de vivências, educação patrimonial que gerem sentimentos de pertencimentos que despertem a valorização cultural e, principalmente, a transmissão de conhecimentos, lutas e resistências afro-brasileira

Nesse viés, comprehende-se que não precisamos mais de importar modelos de desenvolvimento coloniais que desvalorizam a riqueza multicultural brasileira, por meio do apagamento dos patrimônios dos demais grupos formadores da sociedade brasileira, e sim fortalecer, reconhecer e valorizar os bens culturais do nosso país, que é comprometido com a riqueza de memórias e histórias da região.

É de responsabilidade da gestão pública a identificação e o mapeamento dessas ações objetivando apresentar atrativos que atuem de forma estruturada, integrada, organizada, contextualizada e segmentada, reconhecendo, por meio de uma perspectiva afrocentrada e enfrentamento ao racismo a valorização da memória afro-brasileira, cabendo ao poder público fazer uso das vozes do Cais e de todo território da Pequena África.

## CAPÍTULO 3 – O RACISMO INSTITUCIONAL NA CONDUÇÃO DAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO Cais DO VALONGO: O QUE ESTÁ SENDO FEITO?

### 3.1 RACISMO INSTITUCIONAL

O discurso do racismo institucional no Brasil emerge no contexto dos anos 1990 e com maior ênfase nos anos 2000, no cenário aberto pela Conferência de Durban<sup>45</sup>, e com a crescente demanda e aderência do Estado brasileiro por parte do movimento negro emerge o conceito de racismo institucional.

É importante compreender como uma nova pauta de ações se organiza e entra no eixo da elaboração de políticas públicas de promoção da igualdade racial, por meio dos estudos de Silvio de Almeida, que menciona a primeira obra a usar o adjetivo institucional para se referir ao racismo: *Black Power: Politics of Liberation in America*, de Charles Hamilton<sup>46</sup> e Kwame Ture<sup>47</sup> (nome africano adotado por Stokely Carmichael).

A contribuição de Charles V. Hamilton e Kwame Ture é fundamental, na medida em que demonstra que o racismo é um dos modos pelo qual o Estado e as demais instituições estendem o seu poder sobre toda a sociedade, e como essas relações raciais se perpetuam em ritos jurídicos que inviabilizam a participação de grupos étnicos- raciais que lutam em favor da preservação de seus patrimônios culturais, como é o caso do Cais do Valongo.

Importante citar intelectuais negros como o jurista Silvio de Almeida, que se desbrouçou em estudar e apontar como o racismo institucional se manifesta em instituições jurídicas, como o Ministério Público, que mantém ferramentas que institucionalizam o poder de grupos brancos em relação a grupos negros.

É necessário compreender a relação entre o racismo institucional, que está na base da nossa sociedade, e o apagamento da memória negra, individual e coletiva, que se materializa no

<sup>45</sup> A Conferência de Durban é como fica conhecida a terceira conferência mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e formas correlatas de intolerância promovida pela ONU contra o racismo e o ódio aos estrangeiros. É a primeira conferência patrocinada pela Organização das Nações Unidas e que se realizou entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 na cidade de Durban, na África do Sul. Conferência de Durban. UNFPA Brazil. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/conferencia-de-durban>>. Acesso em: 4 ago. 2022.

<sup>46</sup> Charles Hamilton Houston: foi um importante advogado afro-americano, decano da escola jurídica da Universidade Howard, e o primeiro conselheiro especial da associação nacional para o progresso de pessoas e cor. Teve um papel significativo no desmantelamento das leis de Jim Crow, que foram leis estaduais e locais que impunham a segregação racial no sul dos Estados Unidos. Charles Hamilton Houston. Stringfixer.com. Disponível em: <[https://stringfixer.com/pt/Charles\\_Hamilton\\_Houston](https://stringfixer.com/pt/Charles_Hamilton_Houston)>. Acesso em: 4 ago. 2022.

<sup>47</sup> Kwame Ture era um organizador de destaque no movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e o global Pan- Movimento africano. Nascido em Trinidad, ele cresceu nos Estados Unidos aos 11 anos e se tornou um ativista enquanto estudava na Escola de Ciências do Bronx. Ele foi um líder importante no desenvolvimento do movimento Black Power, primeiro enquanto liderava o Comitê de Coordenação Não-Violenta de Estudantes (SNCC), então como o "Primeiro Ministro Honorário" do Partido dos Panteras Negras (BPP), e por último como um líder do Partido Revolucionário do Povo Africano (A-APRP). REDAÇÃO. Dos direitos civis nos EUA ao pan-africanismo. A figura complexa de Kwame Ture. Revista Raça Brasil. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/dos-direitos-civis-nos-eua-ao-pan-africanismo-a-figura-complexa-de-kwame-ture/>>.

território de Pequena África e na preservação do Cais do Valongo. Assim, Silvio de Almeida, descreve (2018, p.36):

As instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que, de algum modo, a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim, como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente com todos os conflitos que lhe são próprios, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direito: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. ( SILVIO DE ALMEIDA. 2018, pg.36).

Segundo Frantz Fanon (1969) o racismo é uma ferramenta utilizada para a dominação de um grupo. O processo de colonização e escravização de um povo passa pela imposição de uma superioridade em relação àquilo que se deseja explorar. No sistema empregado para a colonização do continente americano, foram empregados mecanismos de subjugação tanto dos povos nativos como de povos africanos, responsáveis pelo apagamento cultural e identitário dos grupos explorados.

Nesse sentido, é necessário destacar que a nação brasileira se desenvolveu por meio de opressões, submissões e inferiorização da população negra, em todas as esferas que constituem o nosso ser, entre eles o controle psíquico, espiritual, mental, cultural, social e físico .As normatizações, regulamentações e os ritos jurídicos são instrumentos que a branquitude<sup>48</sup> elaborou para hierarquizar e instrumentalizar o seu poder sobre grande parte da sociedade. Por isso, é necessário refletir a conceituação formal sobre a citação extraída do Programa de Combate ao Racismo Institucional incorporado no país no ano de 2005:

“O fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (Projeto de uma parceria que contou com: a SEPPIR, o Ministério Público Federal, o Ministério da Saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional e Redução da Pobreza (DFID), como agente financiador, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e teve como foco principal a saúde (CRI, pg 22, 2006).

Uma forma de exercitar essas relações de poder que se manifestam em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano é a carta de Pero Vaz de

<sup>48</sup> A branquitude significa pertença étnico racial atribuída ao branco, o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, que, dessa forma, significa ser menos do que ele. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais. Fonte: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (org.). Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. 334 p.

Caminha,<sup>49</sup> que foi o primeiro documento escrito em solo brasileiro, que demonstra as primeiras percepções que o homem branco europeu estigmatizou sobre a população indígena originária brasileira. Fica evidente nesse documento a inferiorização e subjugação dos povos. É necessário ressaltar que esse é um dos documentos que impõem hierarquizações e a colonização como forma de consolidar relações de poder sobre os povos:

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, eles se tornaria, logo cristãos, visto que não aparentam ter nem conhecer crença alguma. Portanto, se os degredados que vão ficar aqui aprenderem bem a sua fala e só entenderem, não duvido que eles, de acordo com a santa intenção de Vossa Alteza, se tornem cristãos e passem a crer na nossa santa fé. Isso há de agradar a Nosso Senhor, porque certamente essa gente é boa e de bela simplicidade. E poderá ser facilmente impressa neles qualquer marca que lhes quiserem dar, já que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens. E creio que não foi sem razão o fato de Ele nos ter trazido até aqui.(CAMINHA, 1500 [1963], p. 7).

Essas ferramentas que consolidam relações de poder, muitas das vezes desconhecidas por parte da população africana/negra. que foi arrancada dos seus países de origem e foi obrigada a negar toda a sua cultura, ancestralidade, espiritualidade e toda a sua percepção de como se organizar socialmente, se viu obrigada a se adaptar a uma nova forma de organização social, a uma nova linguagem, religião, ou seja, a uma nova forma de ser e existir. Por isso, é preciso compreender como a branquitude se apropria dessa linguagem e desses instrumentos que estruturaram o racismo institucional.

Um outro fato sobre o racismo no Brasil é que ainda grande parte da população negra possui baixos índices de escolaridade, segundo dados do IBGE ( Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a taxa de analfabetismo entre pretos ou pardos no Brasil é quase três vezes maior do que o percentual observado entre brancos - dados são da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) Contínua Educação 2019. Esse é um dos maiores fatores para que a população negra não acesse algumas ferramentas e exercente de fato a sua cidadania, não garantindo consequentemente a inclusão social e a ocupação em espaços de poder e prestígio.

A linguagem colonial , muitas das vezes, é distante da vivência de grande parte da população negra, já que é possível constatar como um fato histórico a diversidade do continente africano, já que cada africano veio de um país com linguagem, cultura e organização social própria. Por meio da rota da escravidão, nota-se a diversidade de países que os povos africanos vieram, através da rota de Guiné, rota da Mina, rota de Angola e a rota de Moçambique, que marcam os lugares de memória da escravidão no Brasil e em vários pontos do continente

<sup>49</sup> Pero Vaz de Caminha (Porto, 1450 — Calecute, 15 de Dezembro de 1500), às vezes popularmente chamado de Pedro Vaz de Caminha, foi um fidalgo português que se notabilizou nas funções de escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral. Foi também vereador na cidade portuguesa do Porto. Fonte: DOS, Contribuidores. Pero Vaz de Caminha. Wikipedia.org. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pero\\_Vaz\\_de\\_Caminha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pero_Vaz_de_Caminha)>. Acesso em: 9 out. 2022.

africano. Conforme figura abaixo:

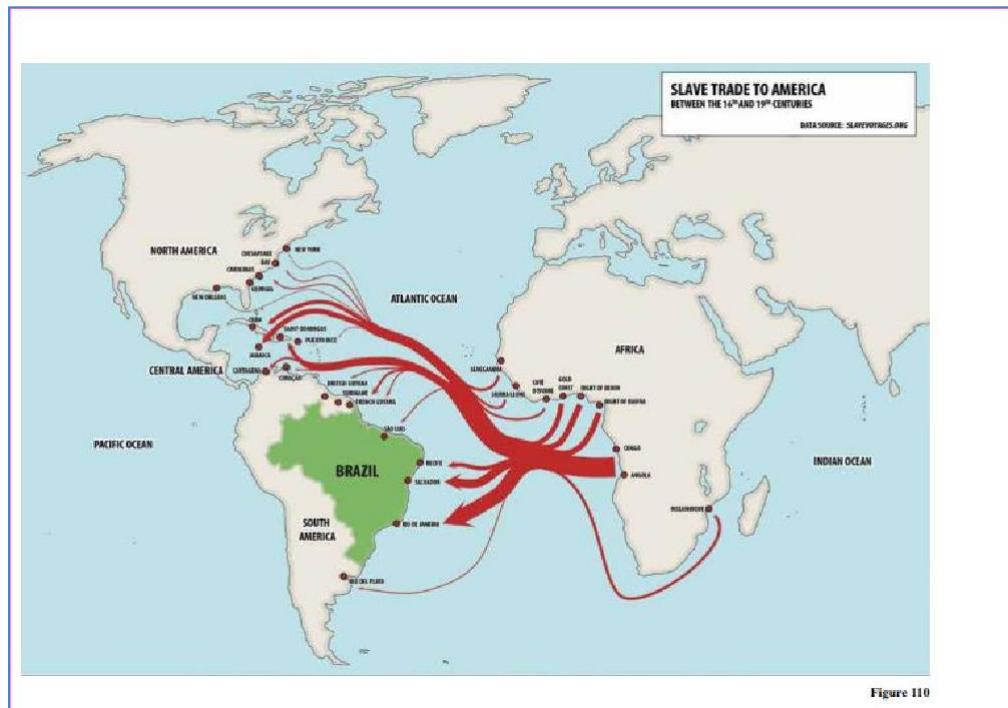


Figura 35: Comércio de escravos no Atlântico - Dossiê Cais do Valongo- Iphan.p.110

O racismo institucional se manifesta também pela ocultação dessa memória material e imaterial das origens dos povos africanos e pela ocultação da diversidade rica e múltipla do continente africano, já que muitas referencias bibliográficas se preocupam ,muitas vezes,em ressaltar somente a dor, o martírio e o sofrimento da população negra.

É muito importante que a população brasileira tenha conhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira, que foi silenciada, distorcida e construída através de visões estereotipadas e preconceituosas, já que é justamente esse fato, que vem contribuindo para que a população negra, africana e quilombola seja vista de forma negativa, a partir de uma outras perspectivas.

Essa negação da história de África é uma das facetas do racismo estrutural e institucional que é uma das formas de subjugar e menosprezar a existência e contribuição da população negra na sociedade brasileira, uma forma que alguns “pensadores”, por meio do racismo científico<sup>50</sup>, consolidaram teorias que causaram um desserviço para história brasileira e africana, fazendo com que a nossa memória, história e identidade fique incompleta.

Por isso é de extrema urgência ressignificar a presença negra/africana, já que as “referências hegemônicas”, que estruturam o racismo institucional nos colocaram em posição

<sup>50</sup> Racismo científico ou racismo biológico é a crença pseudocientífica de que existem evidências empíricas que apoiam ou justificam o racismo (discriminação racial) ou a inferioridade ou superioridade racial. fonte: DOS, Contribuidores. uso incorreto do método científico para justificar o racismo. Wikipedia.org. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo\\_cient%C3%ADfico](https://pt.wikipedia.org/wiki/Racismo_cient%C3%ADfico)>. Acesso em: 9 out. 2022.

de inferioridade, e essa nova forma de referenciar a população negra pode ser refeita por meio da democratização do acesso do ensino de África para a toda população brasileira. Nisso o Afroturismo pode ser uma ferramenta de afirmação, visibilidade da cultura afro- brasileira por meio das pessoas negras contando a sua própria história. Essas ações podem fomentar o turismo afrocentrado para resgatar a identidade cultural a partir do olhar das comunidades compartilhando a riqueza de seus patrimônios, para que assim possa garantir o direito aos seus territórios.

Refletindo sobre as atuais políticas e mecanismos de salvaguarda do Cais do Valongo e como o turismo atua na preservação desse bem cultural, é necessário compreender como o racismo atua na gestão, no apagamento e no desrespeito que ainda mantém o processo de ruptura entre o povo preto e a sua história em África, tomando do povo preto sua identidade e autoestima, que se encontra hoje em processo de reconstrução.

### 3.2 CAIS DO VALONGO - O QUE ESTÁ SENDO FEITO: RELATORIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CAIS DO VALONGO NO DIA 12/05/2021

Uma forma democrática de exercitar a participação cidadã é o instrumento da audiência pública, que são ferramentas que incentivam a participação popular. Instituída pela Constituição Federal de 1988, as audiências são reguladas por leis federais, estaduais e municipais. É uma possibilidade de estimular a participação cidadã nas decisões tomadas pelo governo, além de servir para coleta de informações sobre fatos.

Compreendendo a importância desse instrumento como um espaço de escuta das demandas populares, e principalmente dos agentes chaves da região do Cais do Valongo, a relatoria da audiência pública é fundamental para a compreensão de como o Estado entende a importância da preservação do Cais do Valongo e como a comunidade negra exerce sua participação social.

Ressalto que, desde 2012, o MPF vem acompanhando as ações e a adequada destinação do material arqueológico escavado durante a primeira fase das obras do projeto de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro. No dia 28 de agosto de 2017, ocorreu a audiência pública sobre o futuro do Cais do Valongo após título concedido pela UNESCO intitulado: "Cais do Valongo: Patrimônio Cultural da Humanidade: e agora?". O evento teve a participação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Secretaria Municipal de Cultura, do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), de autoridades e pesquisadores que acompanharam o processo de inclusão do Cais do Valongo na lista do Patrimônio Mundial

da Unesco, de movimentos da sociedade e de cidadãos.

Em 08 de agosto de 2018, o MPF/RJ promoveu nova audiência “Cais do Valongo: Patrimônio Cultural da Humanidade: o que foi feito?”. O evento convocado pelos procuradores da República Sergio Gardenghi Suiama e Jaime Mitropoulos no âmbito do inquérito civil nº 1.30.001.002779/2017-50, instaurado para acompanhar as ações de proteção e promoção do sítio arqueológico do Cais do Valongo teve por objetivo tratar das providências adotadas pelos órgãos públicos responsáveis por garantir a promoção e a proteção do sítio arqueológico do Cais do Valongo e de seu entorno, um ano após a concessão do título pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO).

Participaram do evento o ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, a presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Kátia Bogéa, o presidente da Fundação Cultural Palmares, Erivaldo Oliveira, a Secretaria Municipal de Cultura, Nilcemar Nogueira e a presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), Cláudia Escarlate. Também estiveram presentes representantes dos conselhos municipal e estadual de Defesa dos Direitos do Negro, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal, da Organização Cultural Remanescentes de Tia Ciata, do Instituto Pretos Novos, do Movimento Negro Unificado, da Casa de Nanã, do SOS Patrimônio e da Ação da Cidadania.

Nesse sentido, é necessário compreender a importância das audiências públicas como ferramentas de participação popular na condução democrática das políticas públicas. Sendo assim, segue abaixo um panorama, das principais audiências públicas que tiveram como pauta principal a preservação do Cais do Valongo e seus desdobramentos, com destaque a data das audiências, participação, objetivos, encaminhamentos e resultados:

<b>DATA DA AUDIÊNCIA</b>	<b>PARTICIPAÇÃO</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>ENCAMINHAMENTOS</b>	<b>RESULTADOS</b>
28/08/2017	IPHAN, SMC, IRPH, Autoridades e pesquisadores	<p>1) formular política pública específica voltada à proteção e à promoção conjunto arqueológico do Cais do Valongo</p> <p>2) tornar públicas as recomendações encaminhadas pela Unesco de medidas referentes ao conjunto arqueológico; 3)ouvir as considerações de representantes da sociedade civil diretamente envolvidos no processo, bem como de todos os presentes à audiência.</p>	Em dezembro de 2016, o MPF e o IPHAN assinaram com a prefeitura municipal do Rio de Janeiro um termo de ajustamento de conduta (TAC) visando garantir a gestão e guarda definitiva do material arqueológico achado durante as escavações das áreas próximas ao Cais do Valongo, na Gamboa, centro da capital fluminense.	O TAC garantiu não apenas a adequada conservação do material arqueológico escavado, como o acesso de pesquisadores e do público em geral.

08/08/2018	<p>Ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, a presidente do (Iphan), Kátia Bogéa, o presidente da FCP, Erivaldo Oliveira, e, Nilcemar Nogueira e a presidente do (IRPH); Cláudia Escarlate, conselhos municipal e estadual de Defesa dos Direitos do Negro, Advogados do Brasil (OAB), Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal, da Organização Cultural Remanescentes de Tia Ciata, do Instituto Pretos Novos, do Movimento Negro Unificado, da Casa de Nanã, do SOS Patrimônio e da Ação da Cidadania.</p>	<p>Tratar das providências adotadas pelos órgãos públicos responsáveis por garantir a promoção e a proteção do sítio arqueológico do Cais do Valongo e de seu entorno, um ano após a concessão do título pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).</p>	<p>a) Constituição de um fórum permanente do Valongo, composto por entidades do movimento negro e da região conhecida como Pequena África, além de representantes da Prefeitura, IPHAN, FCP, MPF. b) divulgação dos resultados da audiência e dos principais documentos apresentados e discutidos durante o evento; c) expedição de recomendação, ao MinC e Iphan, para Participação social: MPF oficiará ao IPHAN solicitando prorrogação do prazo para conclusão do contrato com Geometrie e abrirá prazo para consulta pública sobre o projeto executivo elaborado. As propostas serão consolidadas e encaminhadas ao IPHAN, na forma de Recomendação. imediata do Comitê Gestor do bem, conforme obrigação contraída com a Unesco; d) expedição de ofícios à Fundação Palmares, à prefeitura e ao Iphan, solicitando informações detalhadas sobre a efetiva ocupação do Galpão Docas Pedro II, e sobre a implementação dos projetos relacionados ao sítio, material arqueológico, e área envoltória.</p>	<p>Recomendação à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), para que, na celebração do Termo Definitivo de cessão, firmado com o Ministério da Cultura, fizesse constar expressamente que o imóvel, “Docas Pedro II”, situado na Avenida Barão de Tefé, nº 75, se destinava à implantação de projetos voltados à promoção do sítio Arqueológico do Cais do Valongo:</p> <p>-31 de agosto de 2018 foi realizado a primeira reunião com o Comitê Gestor do Cais do Valongo na Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro</p> <p>-Em 12 de dezembro de 2018 o Ministério Público Federal (MPF) entrou, com ação civil pública contra a União, a Fundação Palmares e a ONG Ação da Cidadania para obter a reintegração da posse do edifício Galpão Docas Pedro II. O Ministério Público Federal (MPF) obteve do IPHAN o adiantamento da nomeação e posse dos 17 membros integrantes do Comitê Gestor do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.</p>
------------	--	--	--	--

				do Valongo, criado por meio da portaria nº 360, de 30 de agosto de 2018. -Em 31 de agosto de 2018 foi realizado a primeira reunião com o Comitê Gestor do Cais do Valongo na Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro com com a participação de oito instituições públicas: IPHAN, FCP, IBRAM, SMC, SEC, CEDURP, IRPH, RIOTUR, COMDEDINE, CEDINE, ORTC, IPEAFRO, Filhos de Gandhi; Incubadora Afro Brasileira; Quilombo Pedra do Sal.
--	--	--	--	--

2019		<p>A missão, por meio do Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, da Secretaria Municipal de Cultura, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), parceria para o financiamento de US\$ 500.000 (quinhentos mil dólares) para ações de conservação e consolidação do sítio arqueológico do Cais do Valongo, viabilizado através de recursos do U. S AMBASSADORES FUND for CULTURAL PRESERVATION (Fundo de Embaixadores dos EUA para Preservação Cultural) tendo o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG) como interveniente</p>	<p>Projeto patrocinado pelo governo americano teve início em novembro de 2018, fase de licenciamento, e em 2019 teve início as obras de conservação previstas, e teve previsão de duração inicial de 18 meses, configurando a primeira grande intervenção no Cais do Valongo após a concessão do título de Patrimônio Mundial pela Unesco. A pedra fundamental foi lançada em 17 de setembro de 2019, prevendo as seguintes entregas: iluminação, monitoramento e segurança, sinalização, guarda corpo, educação patrimonial, divulgação e comunicação e módulos expositivos. 4 de setembro de 2019, o então presidente da Fundação Cultural Palmares encaminhou à Secretaria Especial da Cultura uma solicitação para que o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) fosse enviado diretamente ao IPHAN instituição que teria segundo ele, “conhecimento aprofundado sobre o sítio, possuir em seu quadro funcional profissionais</p>
------	--	---	---

				especializados nas áreas de Patrimônio, Arquitetura, Engenharia entre outros”, e assim sendo, melhores condições de elaborar e lançar um edital de concurso público para selecionar projeto executivo para a implementação do “Centro” e do “Memorial” A cessão dos dois Galpões situados na Rua Barão da Gamboa à ONG Ação da Cidadania é objeto de processo administrativo na prefeitura sob número 04/551.325/2019 para tratar das medidas necessárias à entrega.
2020	MPF	Ocupar prédio Docas Pedro II/André Rebouças para reforma e implantação do centro de interpretação do sítio arqueológico do Cais do Valongo e Laau-Laboratório aberto de arqueologia urbana do Rio de Janeiro	Acordo no processo judicial para ocupação do prédio histórico por parte da União. O acordo também prevê a reforma e implantação, no local, do Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo e do laboratório aberto de arqueologia urbana do Rio de Janeiro	Foi ajuizada ação civil pública para garantir a ocupação do prédio

12/05/2021	<p>MPF, UNESCO, IPHAN, FCP, SMC, IRPH, GEOMETRIE, IDG, CDURP, IPN</p> <p>Vereadota Thais Ferreira, Negrogum, Bruno Franco, Gracy Mary, comissão nacional da escravidão, OAB,</p>	<p>a) Obter e tornar públicas as informações dos órgãos federais e municipais envolvidos, no que se refere ao andamento e continuidade das medidas de conservação, salvaguarda, consolidação e promoção do sítio arqueológico do Cais do Valongo, bem como do acervo arqueológico coletado no local e no entorno;</p> <p>b) Atualizar o Ministério Público Federal e a comunidade acerca do cumprimento dos prazos ajustados em acordo judicial na Ação Civil Pública para restauração do Galpão Docas Pedro II e implantação do Centro de Interpretação do Cais do Valongo e do Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana;</p> <p>c) Fomentar o diálogo entre os órgãos públicos, as organizações da sociedade civil envolvidas no processo, a comunidade e a empresa responsável pelo projeto de</p>	<p>1. Participação social: MPF oficiará ao IPHAN solicitando prorrogação do prazo para conclusão do contrato com Geometrie e abrirá prazo para consulta pública sobre o projeto executivo elaborado. As propostas serão consolidadas e encaminhadas ao IPHAN, na forma de Recomendação.</p> <p>2. MPF requisitará da Geometrie os seguintes documentos: Peças gráficas do projeto, maquete eletrônica, peça da situação existente, O MPF solicitará ao Iphan visita técnica conjunta com o movimento negro, empresa Geometrie e Fundação Palmares, Participação social: recomendação do MPF para reestabelecimento do Comitê Gestor do Cais do Valongo, CDURP: MPF recomendará à CDURP solução final para alagamentos no sítio.</p> <p>6. IDG: Recomendação para desenvolvimento de ações em rede com organizações culturais da Pequena África nos projetos educativos.</p> <p>7. IDG: acompanhamento das ações relacionadas à sinalização e iluminação do sítio arqueológico.</p> <p>8. Recomendação de integração entre os órgãos da Prefeitura envolvidos na conservação e valorização do sítio do Valongo e com IDG.</p> <p>9. Recomendação à Secretaria</p>	<p>1) Audiência pública senador Paulo Paim: comissão mista permanente sobre migrações internacionais e refugiados (Sérgio Gardenghi Suiama, Mônica Lima, Milton Gurau e Rita Oliveira )</p> <p>2) Reunião com agentes locais no galpão andré rebouças no dia 01/11/2021</p> <p>-Recompor comitê para plano de gestão do sítio arqueológico do Cais do Valongo -Centro de Interpretação no prédio André Rebouças</p> <p>-Comitê gestor com a devida participação social</p> <p>- Iphan proteção do sítio arqueológico e toda sua zona de amortecimento</p> <p>-Projeto museólogo</p> <p>-Gestão compartilhada</p> <p>-Desenvolvimento do turismo afrocentrado sem exploração e gentrificação</p> <p>3) Projeto Agentes do Valongo (IDG)</p>
------------	--	---	--	--

		<p>restauração do imóvel, para consecução de objetivos comuns;</p> <p>d) Ouvir e registrar as considerações das organizações da sociedade civil envolvidas no processo, bem como de todos os presentes na audiência</p>	<p>Municipal de Cultura para desenvolvimento de ações de apoio e fomento às organizações culturais.</p> <p>10. Recomendação à CDURP para ações de conservação e reforço da segurança no local</p>	
13/10/2021	MPF	<p>a) reunir e garantir, em prazo não superior a 30 dias, o funcionamento permanente do Comitê Gestor do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, instituído pela Portaria IPHAN n. 360, de 30 de agosto de 2018, órgão colegiado dotado de competências consultivas e</p>	<p>Como causa de pedir, afirmam que o Comitê do Patrimônio Mundial, durante sua 41<sup>a</sup> sessão, em julho de 2017, deliberou pela inclusão do Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, ao reconhecer seu Valor Excepcional Universal (“Outstanding Universal Value – OUV”), como “sítio de consciência, o qual ilustra fortes e tangíveis associações a um dos mais terríveis crimes da humanidade, a escravidão de</p>	<p>Relatam que, como contrapartida, a Decisão 41 COM 8N.35 do Comitê do Patrimônio Mundial estabeleceu diretrizes para manutenção do título conferido ao Sítio Arqueológico. Sustentam que, diante da responsabilidade nacional e internacional do Estado brasileiro, faz-se necessária, como etapa lógica, a instalação do</p>

	<p>deliberativas, e composto, majoritariamente, por organizações afro-brasileiras que desenvolvem atividades na zona de amortecimento do sítio, bem como pelos órgãos e instituições envolvidos em sua proteção;</p> <p>b) apresentar em juízo, em prazo não superior a 60 dias, cronograma de trabalho contendo a previsão, mês a mês, das medidas a serem adotadas pelos réus para dar cumprimento às demais obrigações contraídas junto à UNESCO por ocasião da inclusão do Cais do Valongo;</p> <p>c) apresentar em juízo, em prazo não superior a 180 dias, Plano de Gestão exigido pela Convenção do Patrimônio Mundial e pela decisão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, a ser elaborado e aprovado pelo Comitê Gestor do Sítio Arqueológico, em conformidade com o</p>	<p>centenas de milhares de pessoas, criando a maior migração forçada da história. (...) O sítio evoca memórias dolorosas, as quais muitos afro-brasileiros estão fortemente relacionados”.</p>	<p>Comitê Gestor para elaboração do Plano de Gestão do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.</p>
--	--	--	---

		<p>“Manual de Referência do Patrimônio Mundial”;</p> <p>d) apresentação, ao juízo, de relatórios anuais contendo os resultados obtidos no período em relação às ações previstas no Plano de Gestão, pelo prazo de cinco anos</p>		
10/05/2022	MPF, Organização dos Remanescentes de Tia Ciata e Frente Parlamentar em Defesa da Pequena África	Visitação da área da pequena África e sua zona de amortecimento	Implantação do centro de interpretação do Cais do valongo	Inspeção no dia 10/05/2022 no imóvel Docas Pedro II e no Cais do Valongo
25/05/2022	<p>Relator Desembargador Federal:</p> <p>Guilherme diefenthaelel apelante:</p> <p>Rodrigo Fernandes Afonso advogado:</p> <p>Cesar Bernardo Simoes Branda (oab rj152124) apelante:</p> <p>associacao comite rio da acao da cidadania contra a fome, a miseria e pela vida advogado:</p> <p>Cesar Bernardo Simoes Branda (oab rj152124) apelado:</p> <p>municipio do rio de janeiro procurador: Ana Paula Buonomo</p>	<p>Apelação cível:</p> <p>PROCESSO: 0135921-63.2017.4.02.5101</p>	<p>TURMA ESPECIALIZADA</p> <p>Pauta de Julgamentos Determino a inclusão dos processos, abaixo relacionados, na Pauta de Julgamentos da Sessão Ordinária, SISTEMA E- PROC, do dia 25 de MAIO de 2022, quarta-feira, as 13: 00h, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subsequentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.</p>	<p>A Sessão será realizada com o auxílio da ferramenta de videoconferência, ZOOM, conforme estabelecido na Resolução n° TRF2-RSP-2020/00016, de 22/04/2020, deste Tribunal.</p> <p><a href="http://eproc.trf2.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_publica_pauta&amp;idSessao=21638801261314852591703144767&amp;hash=8d2b2539b16d0707ab e65c22b98c0fce555b5 b80d319aeb8789eac16 10eecca 2">/eproc.trf2.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_publica_pauta&amp;idSessao=21638801261314852591703144767&amp;hash=8d2b2539b16d0707ab e65c22b98c0fce555b5 b80d319aeb8789eac16 10eecca 2</a></p>

	Machado apelido: uniao - advocacia geral da uniao procurador: Carlos Eduardo Possidente gomes MPF: ministerio publico federal amicus curiae: conselho estadual dos direitos do negro - cedine/rj advogado: Humberto Adami Santos Junior amicus curiae: 'ortc' organizacao cultural remanescentes de tia ciata advogado: Humberto Adami Santos Junior amicus curiae: instituto de advocacia racial e ambiental - Iara advogado: Humberto Adami Santos Junior			Identificador do documento: 18535150
06/06/2022	<p>Agravante : Fundação Cultural Palmares</p> <p>Agravado : Ministério Público Federal</p> <p>Agravado : Instituto de Advocacia Racial e Ambiental - Iara - "amicus curiae"</p> <p>advogados : Humberto Adami Santos Junior - rj000830 Vanessa Rodrigues Cezário - rj201932</p> <p>Interes. : Associação Comitê rio da ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida</p>	<p>0000 - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 2136215 - RJ (2022/0156175-0)</p>	<p>Foram distribuídos automaticamente nesta data, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos</p>	<p>Relator : Ministro Presidente do STJ Processo registrado em 06/06/2022 às 08:30 conclusão ao ministro relator.</p>

	<p>Interes. : Município de Rio de Janeiro</p> <p>Interes. : União</p>			
--	---	--	--	--

Tabela 4 : Planilha Audiências

### Metodologia da Audiência Pública e Apontamentos Sobre o Edital

HORÁRIO	ATIVIDADE
13:30 – 13:45	Ingresso na plataforma Zoom
13:45 – 14:00	Abertura e apresentação sobre o objeto e procedimento da audiência pública: - Procuradores da República Sergio Suiama e Jaime Mitropoulos - Representante da UNESCO
14:00 – 15:00	O sítio arqueológico do Valongo: estado de conservação e valorização: - IDG - CDURP - Secretaria Municipal de Cultura
15:00 – 16:30	O galpão de Docas Pedro II/André Rebouças como centro de interpretação e Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana. Projeto Executivo de Arquitetura, Restauro e Complementares do bem tombado nacional "Antigas Docas D. Pedro II. - Geometrie Projetos - Superintendência do IPHAN/RJ - Fundação Palmares - IRPH
16:30 – 17:30	Abertura para intervenções do público
17:30 – 18:00	Encaminhamentos da audiência e encerramento.

Figura 36: Tabela do edital de convocação da audiência pública

De acordo com o edital de convocação (Artigo 3º) no capítulo II – dos expositores e da participação popular que definiu a participação “popular”, mas que na verdade era a participação de instituições e empresas, foram convidadas para a audiência pública:

a) a Senhora Representante da UNESCO no Brasil; b) o Senhor Secretário Municipal de Cultura; c) o Senhor Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro; d) o Senhor Presidente da Fundação Cultural Palmares; e) a Senhora Presidenta do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH; f) a Senhora Sócia Administradora da Geometrie Projetos e Serviços de Urbanismo e Arquitetura LTDA, empresa vencedora da licitação para restauração do Galpão Docas Pedro II; g) o Senhor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto – CDURP; h) o Senhor Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG.

No edital estava descrito que as autoridades mencionadas no Art. 3º teriam vinte minutos para apresentar suas considerações a respeito do objeto da audiência pública. E devido

ao formato virtual da audiência pública, não houve blocos de perguntas a cada apresentação, de modo que as intervenções orais das pessoas e organizações presentes foram feitas ao final, no horário das 16:30 às 17:30, conforme a imagem 1.

O edital informou também que as manifestações do público deveriam se ater rigorosamente ao tema e aos objetivos propostos pela audiência, sendo colocadas de forma respeitosa e objetiva e cabendo ao presidente da mesa indeferir quaisquer manifestações impertinentes ou desrespeitosas. Apontou que o presidente da mesa poderia reduzir ou estender o tempo estipulado para cada um dos expositores ou membros da plenária, de acordo com as necessidades que surgissem.

### **Sobre a Participação Popular**

Nesse tópico, o edital definiu algumas normas para a participação, mas é perceptível que existe uma hierarquização sobre a atuação dos indivíduos, pois fica evidente que a centralização da audiência se concentrou na figura dos dois procuradores. Porém, compreendo que o judiciário funciona com base em hierarquias e conduções centralizadas nos trabalhos, mas é importante que outra dinâmica deva ser adotada em audiências públicas, de forma que os atores tenham oportunidade de falar, pois somente foram escutados após 4h de audiência. Esse fato demonstra uma estratégia de silenciamento pelo cansaço – afinal esse deve ser um dos principais objetivos da audiência pública – ouvir a manifestação das pessoas.

Há uma distorção sobre a categoria popular que privilegia a participação de empresas e instituições e pude observar durante a audiência que não existiu um cronômetro para deixar a participação justa, pois alguns atores sociais tiveram mais tempo de fala em relação aos outros. Ficou evidente que os membros da sociedade civil e os movimentos negros organizados não tiveram um papel de relevância na audiência. A participação “popular” foi definida a partir das seguintes normas:

I – É assegurado ao participante o direito de manifestação oral ou por escrito, conforme as disposições deste edital;

II – As manifestações escritas poderão ser formuladas a qualquer tempo através da ferramenta de chat no Webinar, sendo vedada qualquer manifestação ofensiva, desrespeitosa ou alheia ao tema da Audiência Pública, sob pena de remoção do usuário.

III – As manifestações orais serão colhidas entre as 16:30 e 17:30hs e observarão a ordem sequencial de registro da intenção para manifestação através do sistema de chat, devendo o participante informar o seu nome e a entidade que eventualmente represente;

IV – O tempo para manifestação oral será definido em função do número de participantes e da duração total do tempo previsto;

V – No caso de impossibilidade de resposta a todas as manifestações orais, o manifestante poderá formular por escrito o seu questionamento no sistema de chat;

VI – As perguntas formuladas pelos participantes poderão ser agrupadas pela mesa coordenadora quando os temas forem semelhantes, de forma a otimizar o tempo dedicado às respostas.

Parágrafo único: Situações não previstas no procedimento da audiência pública serão resolvidas no curso dos trabalhos pelo presidente de mesa, em decisão oral, motivada e irrecorrível.

Por meio da plataforma zoom se inicia a audiência pública. A primeira fala é do procurador Sérgio Suiama, ele se identifica, apresenta sua equipe e explica como será organizada a audiência pública. Em seguida o procurador Jaime Mitropoulos (MPF) se apresenta e faz uma fala sobre o histórico da construção do Cais do Valongo, a partir da sua construção em 1811 pela Intendência Geral de Polícia da Corte do Rio de Janeiro; sobre a perspectiva de construção colonial e escravocrata da cidade por meio da existência da rua Marquês Lavradio, os traficantes da região, comerciantes, perseguição da polícia, o mercado de carnes. E por fim, diz sobre a motivação turística da cidade e a importância da valorização, respeito, para uma memória que construa umacidade melhor. Detalhe: essa fala foi cortada na gravação que está disponibilizada no Youtube.

Em seguida a fala é aberta para Isabel de Paula (Unesco)- Lembrando que sua fala inicial foi cortada da gravação que se encontra disponibilizada no Youtube. Ela se apresenta, comenta sobre a importância da Unesco que acompanha, fiscaliza e verifica o estado de conservação do Cais do Valongo e sobre as prioridades globais da Unesco. Abaixo seguem os principais pontos da fala de Isabel:

- África: Importância do Sítio para o Brasil e para o mundo por meio do título de patrimônio mundial/humanidade. Projeto de gestão compartilhada, transversal e museu de território (novembro de 2017 e proposta de 48 meses para estruturação de ações);
- Fala do protagonismo do Iphan na eleição da candidatura e relata como foi esse processo em que a Unesco recebe a proposta do país, e o Iphan tem um papel primordial de promover a conservação e gestão do sítio;
- Política de preservação e conservação do patrimônio;
- Compromisso contra racismo e desigualdades;
- Diferença do título (reconhecimento) x premiação;

- Memória e cultura da comunidade Afrodescendente;
- Convenção de 1972- Elementos de um patrimônio comum brasileiro e Turismosustentável;
- Memória Sensível: Não repetir a história e as práticas contemporâneas;
- Relevância do patrimônio a nível mundial;
- O título traz obrigações, reconhecimento da relevância histórica e cultural;
- Transversalidade das dimensões e na região portuária do Rio;
- Museu de território do MUCAB: Mémoria e da cultura da comunidade afrodescendente (programas do museu com base na reparação histórica);
- Ações no território como guia de reconhecimento da comunidade brasileira e empoderamento negro: citou pedra do sal, e criação de circuitos por meio do turismo de base comunitária, sinalização turística interpretativa, geração de renda a partir de instituições de matriz africana e economia criativa;
  - Documentos técnicos e instrumentos de gestão;
  - Projeto para o desenvolvimento curatorial;
  - Diagnóstico do museu de território;
  - A importância da educação patrimonial, gestão de acervo, plano museológico e gestão da gestão do MUHCAB;
  - Licitação para projeto expográfico (previsão até o final do ano com 22 ações);
  - Suspensão dos recursos financeiros (dificuldade de recursos);
  - Ações importantes que estão previstas;
  - Impactos devido a Covid- 19 e alteração de cronogramas.

Em seguida o procurador Jaime Mitropoulos chama o presidente da Fundação Palmares- Sérgio Camargo. Ele se apresenta e também o novo coordenador-chefe do centro nacional de informação e referência da cultura negra: Marco Frenette e citaa chefe de gabinete Conceição Barbosa. Com a presença de Sérgio Camargo e o procurador Jaime Mitropoulos, o diálogo da conversa fica em tom de ordem. Porém Sérgio Camargo só ouviu.

Sérgio Camargo não fica até o final, mas propõe que seja destinado um espaço para a Fundação Palmares no prédio André Rebouças- Já existe a planta do projeto pela proposta apresentada pela Geometrie. Jaime convoca os representantes do município. Sérgio Suiama na presença de Sérgio Camargo fala sobre a participação do movimento negro organizado nas figuras de Negrogum, COMDEDINE. Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro, e CEDINE – Conselho Estadual dos Direitos do Negro e Nicelmar Nogueira e menciona alguns

temas, conforme descrito abaixo:

- Os órgãos públicos no processo de conservação, gestão e promoção e prestação de contas nos processos administrativos do Cais do Valongo no processo de valorização;
- Lugar de memória (sítio de memória sensível): Afirma a narrativa da memória da diáspora africana e da cultura afro-brasileira;
- A representação por meio do ministério público federal e da Unesco (Brasil) e afirma que o Cais do Valongo é uma prioridade, por se tratar do patrimônio mais importante e relevante, não só por ser um patrimônio mundial, mas sim por seu valor histórico, simbólico, representativo e cultural;
- Cita Nilcemar Nogueira por meio da representação da secretaria de cultura.

Assim, Sérgio Suiama divide a audiência em duas sessões (por partes):

1. Proteção e conservação do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo;
2. Recuperação, reforma e propostas que estão sendo desenvolvidas pelo escritório de arquitetura (Geometrie- coordenado pelo Iphan).

Sérgio Suiama cita a ocupação da ONG Cidadania que estava direcionando ações no prédio André Rebouças (Docas Dom Pedro II), por meio de campanhas de combate à fome, e foi transferida para um prédio na Gamboa, que cedeu o espaço para a ONG desenvolver suas atividades, que estão ocorrendo devido à situação de calamidade pública e sanitária, em decorrência da falta de gestão do atual governo Federal, presidente Bolsonaro. E logo em seguida, comprehende a importância da desocupação para o desenvolvimento do Centro de Interpretação do Cais do Valongo e do LAAU: laboratório aberto de arqueologia urbana.

Na sequência o procurador Sérgio Suiama, cita que na sessão do estado de conservação e valorização do Cais do Valongo estão presentes a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG). E convoca o Robson Almeida do IDG (Instituto de desenvolvimento e gestão).

Robson se apresenta e cumprimenta os participantes da audiência, e esclarece que o IDG, é um instituto de desenvolvimento e gestão, do terceiro setor, e não é um órgão público, e justifica que não está vinculado a nenhuma esfera do poder público. E logo em seguida complementa sua apresentação por meio da exposição de slides. Segue os principais pontos mencionados na apresentação de Robson:

- O IDG tem um caráter cultural e ambiental;
- Realiza a gestão do Museu do Amanhã;
- Ao se tratar do Cais do Valongo se propõe em realizar ações e atividades para o reconhecimento, preservação e conservação do Cais do Valongo;
- Nota-se que Robson Antônio de Almeida fez parte do quadro de funcionários do Iphan, como diretor do departamento de projetos especiais de 2018 a 2020 e presidente do Iphan no primeiro semestre de 2020. E hoje, contudo, integra o IDG como diretor de projetos e participou da reunião como representante deste instituto.
- **Na primeira etapa que ocorreu em setembro de 2018-** IDG firmou parceria com departamento dos Estados Unidos para a consolidação e conservação do sítio. (Relata que essa foi a primeira etapa) – Pondero, porém, que a realidade atual do sítio arqueológico do cais do Valongo é outra, uma vez que sofre com alagamentos e falta de conservação.;
- **Na segunda etapa que ocorreu em janeiro de 2019,** o IDG e a Xingu Rio transmissora de energia S/A, como contrapartida em financiamento da linha ISE, do BNDES, firmaram contrato para elaboração de projeto e instalação de guarda- corpo, iluminação cênica, placas de sinalização painéis expositivos, atividades de divulgação e projetos de educação patrimonial- Porém, quando estive em visita técnica juntamente com professores e colegas do mestrado profissional no dia 17 de novembro de 2019, algumas placas de sinalização se encontravam em má conservação e apagamento.;

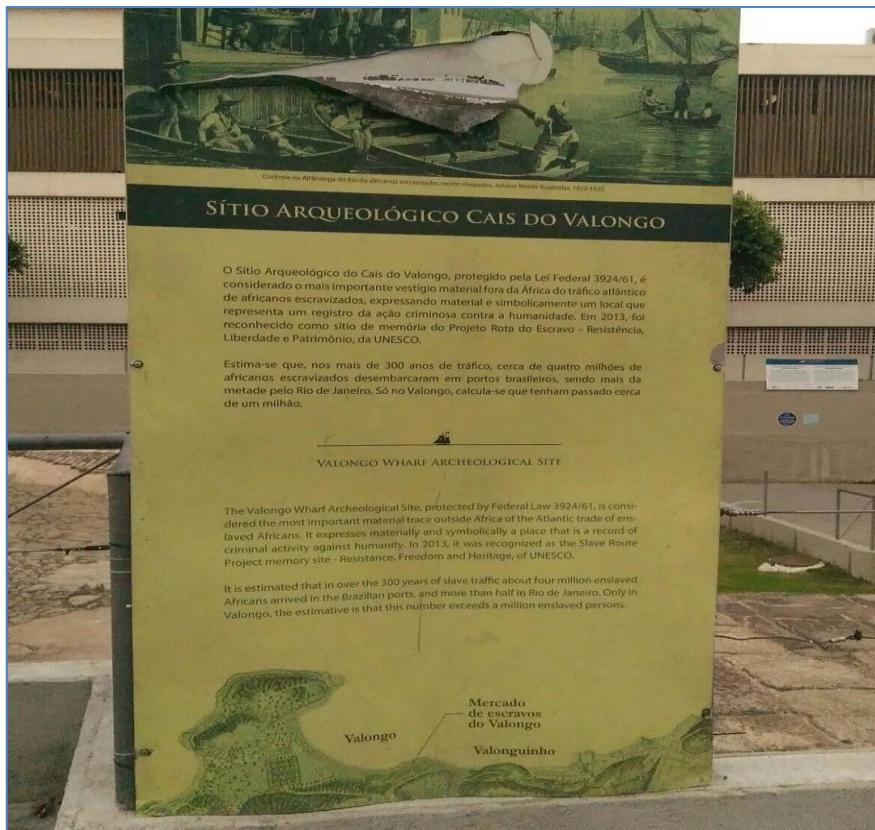


Figura 37: Placa de sinalização em mau estado de conservação feito por material depéssima qualidade- Visita técnica mestrado em 17/11/2019

- Cita sobre as obras de consolidação e conservação do sítio arqueológico, de acordo com projetos desenvolvidos pela empresa Retrô projetos de arquitetura, IDG, INEP, IPHAN e prefeitura da cidade do Rio de Janeiro;
- Fala sobre os próximos passos que são as ações de educação patrimonial e divulgação com oficinas participativas de 2h de duração;
- Disse que executou oficinas de educação patrimonial: “Cais de Ideias” com total de 16 encontros e 32 horas aulas realizadas em ambiente virtual;
- Atividades em andamento: Produção de vídeo Educativo “Valongo – Cais de Destinos” e sobre a região da pequena África;
- Em andamento obtenção de licença Seconserma (Rio Luz, Cet-Rio, Cdurp e Irph) protocolado em setembro/2020;
- Prazo da conclusão das obras- (guarda corpo, iluminação cênica, placas desinalização)
  - primeiramente aprovação dos projetos (Iphan e órgãos da prefeitura);



Figura 38: Slide de apresentação do IDG sobre oficinas de participação com as principais agentes da região

Logo após a finalização de Robson do IDG, o procurador Sérgio Suiama, convoca Marcus Faustini – Secretária Municipal de Cultura:

- Marcus questiona sobre o menor orçamento da história para a SMC e déficit de recursos;
- Aponta que 50 equipamentos culturais estão com problemas físicos inclusive o MUHCAB - Museu da História e Cultura Afro-Brasileira;
- Reforça que não coordena as ações do cais do Valongo, mas a SMC é uma participante e diz que o IRPH está mais à frente nas atuações. Porém a participação da secretaria é mais diretiva em relação a gestão do Muhcab- museu de território;
- Reforça que os recursos do Prodoc garantiram o avanço de forma protagonista das ações do Muhcab e que a gestão da Nilcemar Nogueira foi fundamental na consolidação das ações, na proposta de reconstruir o museu para que seja uma ação cultural com participação na região. Porém, na gestão do Crivela os recursos do prodoc foram cortados;
- Reforça a narrativa do atual cenário político que ataca a cultura. Houve também a fala da Heloisa Queiroz (SMC);
- Heloisa Queiroz (SMC): fala sobre o incentivo a pesquisa e articulação com professores da rede pública e cumprimento de papel social;

Porém nota-se que falta uma melhor compreensão do órgão que coordena as ações do Cais do Valongo junto a prefeitura. Pela fala de Marcus Faustini (SMU), o órgão que coordena as ações de obras e a colocação de placas e revitalização é a companhia de desenvolvimento urbano da região do porto – CDURP.

O Procurador Jaime Mitropoulos faz uma intervenção dizendo que compete a União: Fundação Palmares, Iphan, Prefeitura do Rio de Janeiro e CDURP. Logo em seguida Gustavo Guerrante da CDURP se apresenta:

- Afirma que a companhia é responsável pelo projeto de revitalização do Porto Maravilha e responsável pelas intervenções estruturais e físicas do Cais do Valongo;
- Cita sobre o alagamento no cais e diz que a equipe técnica por meio dos engenheiros estão cuidado da questão;
- Diz que já foram investidos R\$ 1.810.116,37 pela CDURP no Cais do Valongo;
- - Explica sobre o problema de alagamento do cais do Valongo e sobre o -
- sistema de drenagem e rebaixamento do lençol freático;



Figura 39- Slide de apresentação CDURP

Os representantes do MPF afirmam que cobram a gestão no que refere o alagamento do Cais, e no projeto original tinha a possibilidade de desenvolver um espelho d'água. Sérgio Gardenghi (PR.RJ) diz que falta uma centralidade para a coordenação das ações do Cais do Valongo. Sérgio Camargo e seu coordenador não ficam até o final e saem da reunião – fala sobre a participação da chefe de gabinete Conceição Barbosa para prosseguir na reunião (sai com 1h:28 min). Nota-se que os representantes da Fundação Palmares não ouviram os movimentos negros organizados.

Merced Guimãres (Instituto Pretos Novos) questiona sobre a participação da comunidade local e principalmente dos movimentos negros atuais, mas Robson Almeida diz que a pergunta é ampla e não poderia responder.

Sérgio Suiama fala da importância da valorização dos projetos culturais da região da pequena África, que já desenvolvem ações no território, como o Instituto dos Pretos Novos,

Casa da Tia Ciata, Quilombo Pedra do Sal e as demais entidades culturais ligadas ao movimento negro, porém Robson explica que as ações relacionadas ao envolvimento dessas entidades são coordenadas pelo museu do amanhã, os projetos de educação patrimonial e diz que as organizações negras são citadas por meio de vídeo sobre a pequena África. Sérgio Suiama explica como resultado da ação pública ajuizada pelo ministério público que foi feito um acordo no qual o antigo galpão Docas Dom Pedro II será dividido entre dois entes:

1. LAUU: Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana- sob responsabilidade da prefeitura e do IRPH;
2. União da Fundação Palmares: Obrigações da Unesco com o Centro de Interpretação por meio do memorial de herança africana.

Dando prosseguimento ao relatório, o Iphan contratou a Geometrie, uma empresa de Recife, para a execução do projeto executivo da reforma, restauração e readequação do antigo galpão Docas dom Pedro II, e cita seu novo nome – Galpão Docas André Rebouças. Assim, Socorro Pessoa apresenta o projeto executivo do galpão Docas André Rebouças e apresenta os seguintes pontos:

- Socorro fala do trabalho que vem sendo feito pela Geometrie por meio de identificação, pesquisas, análises e diagnósticos. É que o primeiro produto foi um laudo para avaliar todas as instalações;

Fala das ações que vêm sendo feitas desde de novembro de 2021 até o presente momento, por meio de: identificação, classificação de riscos emergentes aos monumentos, pesquisa histórica, análise tipológica, construtiva, prospecções, testes, projetos expográfico, curadoria, elaboração de orçamento de obras detalhado.

Figura 40: Slide de apresentação da geometrie- Anteprojeto de arquitetura – Planta baixa térreo



- Rosa: espaço destinado a fundação cultural Palmares (parte frontal - ligação direta com

o Cais do Valongo) – Centro de Interpretação da FCP.

- Cinza: galeria André Rebouças;
- Azul: Exposição do Laau - Laboratório aberto de arqueologia urbana;
- Laranja: (reserva técnica) - escritório, biblioteca e outros serviços;
- Verde: acesso de serviço do Laau;

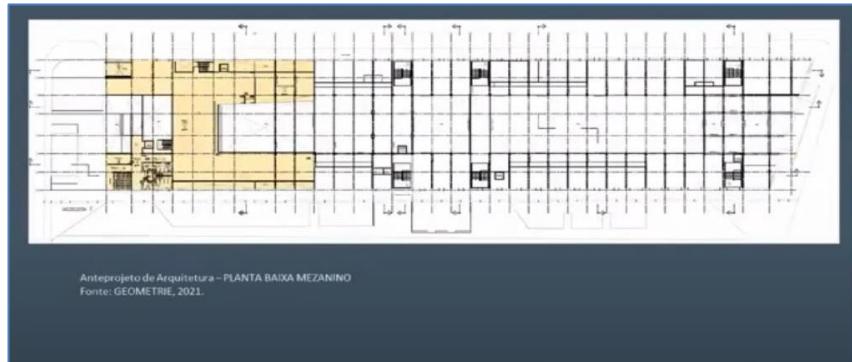


Figura 41: Planta baixa mezanino destinado a reserva técnica do Laau

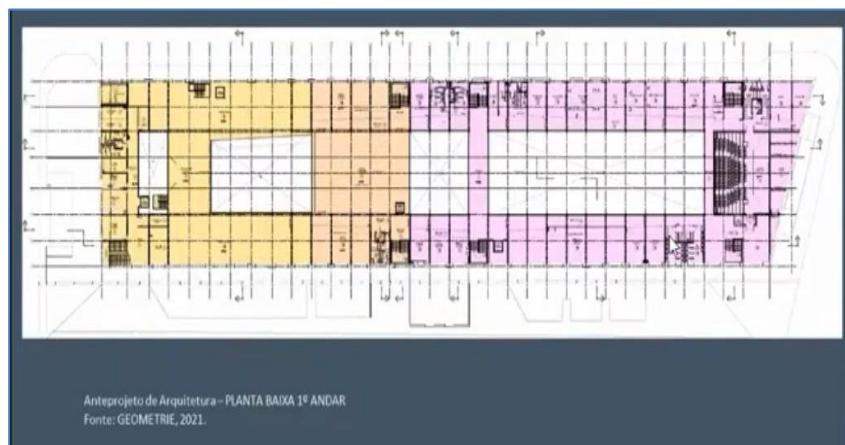


Figura 42- Planta baixa 1ºandar

- Rosa: espaço destinado a administração a FCP;
- Laranja: espaço de convivência;
- Amarelo: reserva técnica do LAAU.



Figura 43: Proposta de restauração do prédio André Rebouças

Demandas do Mtur: necessidade de sustentabilidade econômica para empresas da iniciativa privada por meio dos espaços de convivência: cafés, lojas de suvenir (um equipamento com alto custo).

Procurador Sérgio Suiama questiona se haverá espaço para as atividades dos movimentos negros (estudo de carga máxima), pois entende que reduziu a participação dos movimentos sociais negros ao espaço da Fundação Cultural Palmares. Na resposta de Socorro fica evidente que a praça de convivência seria o espaço para os movimentos negros, por meio do consumo dos espaços de “sustentabilidade econômica”.

Nota-se nas falas o aspecto da consolidação da economia criativa e econômica cultural, mas a participação social nesse processo se dá meramente pelo consumo dos produtos que serão oferecidos. Após o encerramento da apresentação de Socorro da Gêmeotrie entram na sala Cláudia Espandin e Olav Scander, representando o Iphan. Principais pontos da faladeles:

- - Eles falam da importância e singularidade do bem cultural para o Brasil e para o mundo e a preservação do patrimônio cultural e histórico;
- - Comentaram sobre o acordo judicial que deu origem ao edital (Mtur);
- Falam das consultas para a elaboração das construções técnicas;
- Falam da necessidade da construção de espaços multiuso, espaços versáteis e acervos que possam agregar os mais diversos setores sociais. E do protagonismo da Pedra do Sal, Largo do Santa Rita, IPN;
- Citam os variados modelos, discussões e propostas que foram feitos para consolidar o centro de interpretação e cita os produtos técnicos desenvolvidos pela Nilcemar Nogueira;
- Citam a participação do BNDES para a construção do Centro de Interpretação;
- Afirmando a participação do Iphan enquanto missão é permitir que o espaço seja concebido para poder acomodar todas as propostas até que sejam concluídas a transição dos materiais que vem da Gamboa. E que a gestão do bem é responsabilidade da Fundação Cultural Palmares;
- Reforçam a narrativa do reconhecimento do território da pequena África;
- Afirmando também que a missão do Iphan é a apresentação do projeto de arquitetura a nível de um padrão internacional e diz que em relação ao conteúdo (uso) não cabe ao Iphan;
- Falam dos desafios da construção do LAAU, decisões técnicas, conservação dos projetos

originais de André Rebouças e fiscalização do projeto executivo para a consolidação do CI;

- Desafios para a participação comunitária e protagonismo negro.
- Após o encerramento da fala do Iphan entra na Sala Conceição Barbosa, da Fundação Palmares:
  - Ela faz uma fala sobre a segurança do prédio e recursos para consolidar o projeto;
  - Que a fundação Palmares irá utilizar o espaço para aulas de canto, auditório por meio do corpo técnico (representação regional), pois acham que vão atuarmelhor dessa forma;
  - - E que em outubro a fundação Palmares tem a obrigação de apresentar uma pré-proposta para a ocupação do espaço, assim afirma o procurador Sérgio Suiama. E que o projeto executivo: base para a licitação da obra nos termos do projeto de executivo (etapa importante de processo para a gestão dos atores envolvidos).

Fica evidente na fala de Conceição a desconexão com a demanda dos movimentos negros locais. Na atual gestão reacionária da instituição nota-se a consolidação de ações coloniais que de certa forma apagam o protagonismo da cultura afro-brasileira e não estão em conformidade com a promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras e no apoio e difusão da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-Brasileiras, previstas no escopo de criação da Fundação Palmares. Encerrada a fala de Conceição da FCP o espaço de fala é da Laura Di Blasi- RPH, Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. Ela faz as seguintes pontuações:

- Foi realizado o mapeamento do circuito histórico arqueológico de herança africana por meio do Decreto Municipal nº 34803/2012 - Área protegida pelo IRPH;
- Narra o histórico sobre a revelação do cais e não afirma a narrativa sobre o descobrimento;

- ❖ 1779 – Transferência do desembarque de pessoas escravizadas vindas da África, do Largo do Passo (atual Praça XV) para o Valongo;
- ❖ 1811 – Construção do Cais do Valongo, próximo ao mercado de escravizados.
- ❖ 1831 – Lei Feijó (7/11/1831) – Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, impondo penas aos importadores;
- ❖ 1843 – Reformulação do cais para receber a Imperatriz Teresa Cristina;
- ❖ 1911 – Aterramento ocasionado pelas obras de construção do novo Porto do Rio;
- ❖ 2011 – Início das escavações para a implementação de projeto de reurbanização da região portuária - Porto Maravilha;
- ❖ 2011 – Criado o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana (Decreto Municipal nº 34803 de 29/12/2011);
- ❖ 2012 – Em 25/04, Registro do Sítio Arqueológico no IPHAN/CNA RJ01153 (Lei Federal 3924/61);

- ❖ 2017 – Inscrição do Sítio Arqueológico Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO;
- ❖ 2018 – Entrega em 23/11 do Título de Patrimônio Mundial pela UNESCO (foto).
- ❖ 2019 – Início das obras de conservação e valorização do sítio arqueológico:
  - 1ª Etapa - Limpeza, consolidação e tratamento dos elementos deteriorados;
  - 2ª Etapa - Sinalização interpretativa e indicativa; guarda-corpo; iluminação cênica, módulo expositivo; educação patrimonial;



Figura 44: Slide de apresentação do IRPH- com marcos importantes a cada 100 anos



Figura 45: Slide a apresentação IRPH-LAAU



É importante destacar que o nome “Rota do Escravo” é inadequado para a memória da diáspora africana e reafirma o lugar do negro na contribuição da sociedade brasileira. É necessário repensar nomes que valorizem nossas referências culturais. O nome “Rota da Diáspora Africana” nos conecta com a nossa valorização identitária, ancestral, cultural e simbólica, por meio de um conjunto de ações que precisam ser melhores desenvolvidas e aplicadas para pôr fim ao domínio colonial e estabelecer o enaltecimento da sociedade afro-brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões sobre os desafios e perspectivas da gestão turística do patrimônio afro-brasileiro, a partir do estudo do Cais do Valongo, revelam um local marcado por apagamentos históricos, disputas simbólicas e evidenciam o racismo institucional como uma força condutora na manutenção da ordem social. Essa necessidade de reparação para a população negra não é um acontecimento recente, mas um eco de uma história que permeia a sociedade brasileira há séculos.

A afirmação da dimensão política das discussões sobre a memória pública da escravidão, materializada pela chegada dos povos africanos ao território brasileiro e suas consequências contemporâneas, revela-se como uma prática antirracista crucial. Infelizmente, o descaso do poder público tornou-se evidente nesse contexto, evidenciado pela extinção dos comitês gestores responsáveis pela manutenção desse bem e seu atual estado de conservação. Mesmo sendo reconhecido como patrimônio mundial, a preservação do Cais do Valongo enfrenta desafios significativos, decorrentes da perpetuação do mito da democracia racial e do racismo estrutural e institucional.

A extinção dos comitês gestores que deveriam zelar pela manutenção do Cais do Valongo é uma das principais questões que surgiram durante essa análise. Esses comitês desempenham um papel fundamental na conservação e promoção desse importante patrimônio. No entanto, a sua extinção reflete o desinteresse do poder público em preservar a memória afro-brasileira e em promover o Afroturismo.

O Afroturismo surge como uma alternativa para enfrentar esses desafios, pois possibilita a implementação de políticas e atividades turísticas que ressaltam as memórias da diáspora africana e valorizam o território negro. Essas práticas visam dar sentido material e imaterial à existência do Cais do Valongo e de toda a Pequena África. Através do mapeamento de sujeitos, redes e instituições ligadas ao comitê gestor do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo na gestão turística do bem, constatou-se que essas pessoas desempenham papéis essenciais na reconstrução da história e na promoção das identidades afro-brasileiras.

O estudo abordou diversas facetas do turismo, destacando o Afroturismo, que coloca o protagonismo negro em primeiro plano. Isso ajuda a valorizar o território da Pequena África, suas pessoas, suas rotas, seus roteiros e toda a cadeia produtiva do turismo que trabalha para enaltecer a herança africana no Rio de Janeiro. Ao enfatizar a importância de refletir sobre essa memória sensível e valorizar a riqueza da cultura afro-brasileira, o estudo segue os passos

daqueles que buscam preservar essa herança única.

Foi analisada também a produção socioespacial da Pequena África Carioca, que é marcada pela invisibilidade da cultura negra, da história e da memória da escravidão. A higienização, gentrificação e reformas urbanas contribuíram para a favelização e a expulsão da população negra para condições precárias na cidade do Rio de Janeiro. Essas formas de violência alimentam o genocídio da população negra e o abandono do Estado em relação ao bem-estar social dessa comunidade historicamente marginalizada.

No cenário político atual, as discussões sobre o racismo no Brasil são evidentes, mas também há uma forte negação, que serve para manter os privilégios da branquitude. A ocupação dos espaços de poder é marcada por ações que bloqueiam qualquer protagonismo negro nas iniciativas de preservação do Cais do Valongo. No entanto, o movimento negro demonstra força e organização, conforme evidenciado na audiência pública, mas é necessário que as políticas públicas sejam implementadas para materializar as demandas e promover o protagonismo negro nessa luta.

Reconhecer a importância do território da Pequena África, do Cais do Valongo e de todo o circuito que sustenta a memória negra é dar voz ao morro e a toda a cultura negra que moldou o Rio de Janeiro. As contribuições culturais negras para o carnaval, o samba, o funk, a bossa nova e a sociedade brasileira como um todo são inegáveis e fundamentais. No entanto, é necessário que essa herança seja reconhecida e valorizada.

Para concluir, é importante afirmar que o Porto Maravilha não deve obscurecer a verdadeira identidade desse território, que é a Pequena África. A preservação do Cais do Valongo e da memória afro-brasileira é uma responsabilidade coletiva que deve ser encarada com seriedade. Somente através do reconhecimento e da valorização dessa herança cultural única podemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva. O Cais do Valongo é um símbolo de resistência e uma lembrança poderosa de um capítulo sombrio da história do Brasil, e cabe a todos nós preservar e promover essa memória.

E para finalizar: Porto Maravilha Não! É Território da Pequena África!

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

ASANTE, M. K. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ASCOM. **Unesco apresenta os 100 lugares mais significativos da escravidão no Brasil**. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/?p=19350>>. Acesso em: 1 Nov. 2021.

BENI, Mário Carlos. **Sistema de Turismo – SISTUR: Estudo do Turismo face à moderna teoria de sistemas**. Turismo em análise, v.1, n.1, 1998.

BNDES Finem - **Investimentos sociais de empresas (linha ISE)**. BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-finem-investimentos-sociais#>>. Acesso em: 7 Nov. 2021.

**BOOK OF PROCEEDINGS – Tourism and Management Studies International Conference Algarve 2012** vol.1 ISBN 978-989-8472-25-0 © ESGHT-University of the Algarve, Portugal

BRASÍLIA. **Decreto n° 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm). Acesso em: 03/07/2020

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRITO, Marcelo. A certificação de destinos patrimoniais na qualificação do turismo cultural no Brasil. **Rev. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 40, 2019.

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. **Revista katálysis**, v. 11, p. 61-72, 2008.

CARDOSO, Lourenço UNESP. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. Unesp.br, p. 290 f. : gráfs., 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115710>>. Acesso em: 9 out. 2022

CANDIOTTO, LUCIANO- Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação**, n.16, v. 1, p.48-59, 2009.

DE, I. **Círculo Da Herança Africana**. Disponível em:  
 <<https://portomaravilha.com.br/circuito>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. A coleção museu de magia negra do Rio de Janeiro: o primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 7, n. 18, 2005.

CONTRIBUIDORES DOS PROJETOS DA WIKIMEDIA. **Monumento histórico e religioso no Rio de Janeiro**. Wikipedia.org. Disponível em:  
 <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedra\\_do\\_Sal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedra_do_Sal)>. Acesso em: 1 Nov. 2021.

CUSTÓDIO, Lourival A. T. **Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) - 1978-1990**. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Programa de Pós- Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo, 2017.

CUNHA PAZ, Francisco Phelipe. Memória, a flecha que rasura o tempo: reflexões contracoloniais desde uma filosofia africana e a recuperação das memórias usurpadas pelo colonialismo. **Problemata**, v. 10, n. 2, p. 147–166, 2019. Disponível em:  
 <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/49127>>. Acesso em: 16 Aug. 2021.

DE OLIVEIRA, Natália Araújo. **Turismo afrocentrado: debates iniciais. Novos olhares sobre turismo, patrimônio e cultura**.1 [recurso eletrônico]/ Organizadores Roger Goulart Mello, Patrícia Gonçalves de Freitas- Rio de Janeiro, RJ-e, publicar. 2020

DE FARIAS, João Paulo Bloch; PIMENTEL, Juliana Maria Vaz; SANTOS, Letícia Cassiano. **Turismo étnico-afro: uma possível alternativa para empreendedorismo e empoderamento negro no Brasil**. Caderno Virtual de Turismo, v. 21, n. 2, p. 51-65, 2021.

DE PAULA, Angela Teberga; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **A “Turistificação” de um Lugar de Memória é possível? Um estudo sobre o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo** (Rio de Janeiro, Brasil). Anais Brasileiros de Estudos Turísticos-ABET, p. 8-22, 2018.

DA, Instituto. Racismo Institucional – **O Ato Silencioso que Distingue as Raças**. Geledés. Disponível em: <[https://www.geledes.org.br/racismo-institucional-o-ato-silencioso-que-distingue-as-racas/?gclid=CjwKCAjwv4SaBhBPEiwA9YzZvNYvNDJkkzpjQBq7NxnTJGH1lf4nu\\_wwZfmSW-wCYg5yTvlnU4OzChoCUToQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/racismo-institucional-o-ato-silencioso-que-distingue-as-racas/?gclid=CjwKCAjwv4SaBhBPEiwA9YzZvNYvNDJkkzpjQBq7NxnTJGH1lf4nu_wwZfmSW-wCYg5yTvlnU4OzChoCUToQAvD_BwE)>. Acesso em: 9 out. 2022.

ENNE, Ana Lúcia. **Nós. os “outros” e os “outros dos outros”: dilemas e conflitos no mapeamento de sujeitos, redes e instituições**. In: CASTILHO, SRR, p. 85-90.

FANON, Frantz. **Em Defesa da Revolução Africana**. Lisboa. Livraria Sá da Costa, pp. 35-48, 1969. In: GALTON, F (1883). Inquéritos à Faculdade Humana e seu Desenvolvimento. Londres: JM Dent & Company.

FAZITO, Mozart. **Turismo crítico**. Seminário da associação nacional pesquisa e pós-graduação em turismo , v. 9, 2012

FREITAS, Camila Chaves da Silva. **O discurso epistemológico sobre turismo e sua transposição nos programas de pós graduação do Brasil.** 2018.

GUIMARÃES, Roberta. **Os sentidos da Pequena África: políticas patrimoniais e conflitos urbanos no Rio de Janeiro.** A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, p. 362-390, 2019.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca.** Editora FGV, 2014.

HONORATO, Cézar Teixeira ; TAVARES HONORATO, Lucas. **A Construção do Porto do Rio de Janeiro e a Caixa Especial dos Portos: reordenamento territorial e desenvolvimento.** América Latina en la Historia Económica, v. 27, n. 3, p. e1075, 2020. Disponível em:  
[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-22532020000300007](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532020000300007). Acesso em: 2 Dec. 2021.

Iemanjá tem cor? Por que a divindade de origem africana se transformou em “mulher branca” no Brasil - **BBC News Brasil.** BBC News Brasil. Disponível em:  
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51341828>. Acesso em: 30 Aug. 2021.

IPHAN. **Política de gestão turística do patrimônio mundial é assinada.** Disponível em: - <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5030/politica-nacional-de-gestao-turistica-dos-sitios-patrimonio-mundial-sera-assinada-durante-a-marcha-d>, acesso 03/02/20

IPHAN. **Docas Dom Pedro II, no Cais do Valongo, será restaurado para abrigar centro de herança africana.** Disponível em: - <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5457/edificio-docas-dom-pedro-ii-no-cais-do-valongo-sera-restaurado-para-abrigar-centro-cultural-da-her>, acesso 03/02/20

IPHAN. **Dossiê: Sítio arqueológico do Cais do Valongo- proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial.** Janeiro 2016.

JAFARI, J. **La científizacion del turismo. Estudios y Perspectivas en Turismo** Buenos Aires: CIET, v. 3, n. 1, p. 7-36, 1994.

LEITE, R.P. **Contra-Usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** Campinas: Editora da UNICAMP, Aracaju: Editora UFS. MTUR, 2004.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: Narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial.** Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural–Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica** , v. 7, n. 1, p. 179–207, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11855>. Acesso em: 29 dez. 2022.

LOPES, Ruy Sardinha, e FRAGALLE, Natália Pauletto. Rio Criativo. **O projeto Porto Maravilha em questão**. e-metropolis, n. 26, v. 7, p. 15-24, 2016.

MAZAMA, A. **A afrocentricidade com um novo paradigma**. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, , p. 111- 128, 2009.

MEDEIROS, Larissa. **Ação civil pública cobra da União e do Iphan o cumprimento de compromissos assumidos em relação ao Cais do Valongo**. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/acao-civil-publica-cobra-da-uniao-do-iphan-cumprimento-de-compromissos-assumidos-em-relacao-ao-cais-do-valongo-25249224?versao=amp><https://diariodorio.com/vlt-carioca-inicia-na-segunda-obras-para-urbanizacao-do-largo-de-santa-rita/amp/>>. Acesso em: 1 Nov. 2021.

MELLO, Marco Antonio da Silva. **Cidades: commodities para consumo? (entrevista)**. **Jornal da UFRJ**, ano VI, n.53, 2010, p. 13-16. Disponível em: [http://www.ufrj.br/docs/jornal/2010-maio\\_JornalUFRJ53.pdf](http://www.ufrj.br/docs/jornal/2010-maio_JornalUFRJ53.pdf). Acesso em 3 Dec.2021

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

MUHCAB, Museu da histórica e cultura afro-brasileira. Apresentação. 2019 Polity, 2007.

MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. 334 p.  
Museu Memorial. IPN. Disponível em: <<https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/>>. Acesso em: 4 Nov. 2021.

PAULA, Angela Teberga de ; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **A “Turistificação” de um Lugar de Memória é possível? Um estudo sobre o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo** (Rio de Janeiro, Brasil). Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET, p. 8–22, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/3193>>. Acesso em: 17 maio 2022.

PAULO, Pedro. **Valongo ameaçado**. Academia.edu.  
Disponível em:  
<[https://www.academia.edu/59902115/Valongo\\_ameacado?email\\_work\\_card=thumbnail](https://www.academia.edu/59902115/Valongo_ameacado?email_work_card=thumbnail)>. Acesso em: 1 Nov. 2021.

PINACOTECA - ENCICLOPÉDIA NEGRA. **Pinacoteca de São Paulo**. iTeleport. Disponível em: <https://portal.iteleport.com.br/tour3d/pinacoteca-enciclopedia-negra/fullscreen/>. Acesso em: 8 out. 2022.

REVISTA CULT. **Revista Cult**. Disponível em:  
<<https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-negras-e-a-forca-matricomunitaria/>>. Acesso

em: 15 abr. 2022.

**RIO DE JANEIRO - Museu de Magia Negra -ipatrimônio.** Ipatrimonio.org. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-museu-de-magia-negra/#/map=38329&loc=-22.910711,-43.18511299999994,17>>. Acesso em: 21 Nov. 2021.

**RODRIGUES, R. Pequena África, joia do Rio, pode ter proteção da lei.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/pequena-africa-joia-do-rio-pode-ter-protecao-da-lei-23694595>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

**SARUE, Betina. Grandes projetos urbanos e a governança de metrópoles: o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

**SILVA, Stéfany dos Santos. Memória do invisível: interpretando territorialidades negras na zona portuária do Rio de Janeiro.** FAU/ UFRJ - 2018

**SODRÉ, Muniz. Samba, dono do corpo.** Rio de Janeiro, Codecri. (Depoimento de Pixinguinha), 1979.

**UNESCO. Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage,** Paris, 17 October 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006:

**UNESCO. Convenção da Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.** Paris, 17 de outubro de 2003.

**UOL. Movimento Negro**  
<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agenciaestado/2020/06/03/sergio-camargo-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita.htm>, acesso 28/06/2020 UOL. Mãe Celina de Xangô <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2020/06/28/jogados-as-tracas-mae-celina-de-xango-pede-ajuda-para-mantercentro-afro.htm> acesso. 10/07/2020

**VACINAÇÃO E RACISMO - Manifesto da Coalizão Negra Por Direitos - Coalizão Negra Por Direitos.** Coalizão Negra Por Direitos. Disponível em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2021/06/18/vacinacao-e-racismo-manifesto-da-coalizao-negra-por-direitos/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

**VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro.** Horizontes Antropológicos, v. 21, p. 239-271, 2015.

**VIANNA, Adriana et al. Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações.** 2014.

**VILLARINHO, Rayanne Matias; SOSA, Ana María González.** Escrituras negras em páginas brancas: uma reflexão a partir do processo de patrimonialização da serra da barriga. **História em Revista**, v. 26, n. 1, 2020.

**VEJA Rincon Sapiência no Big Dia da Música.** Dia da Música. Disponível em: <<https://www.diadamusica.com.br/rinconsapiencia>>. Acesso em: 3 Nov. 2021.

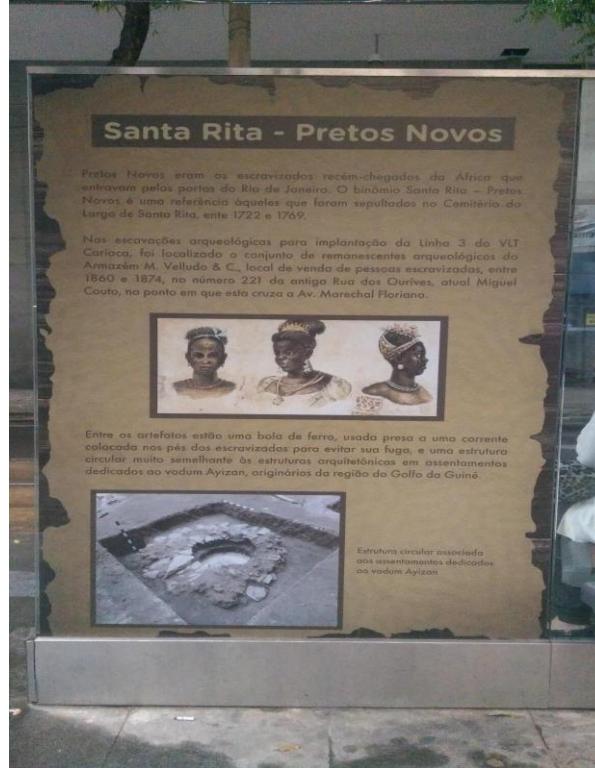
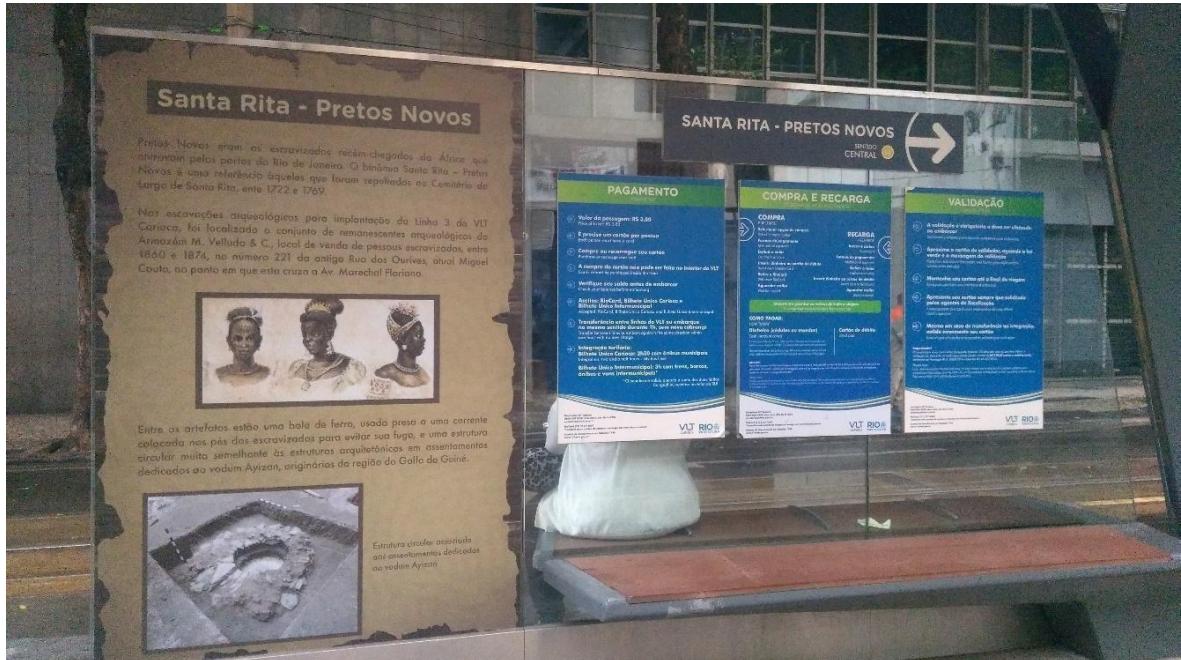
VELLOSO, Mônica. As tias baianas tomam conta do pedaço... Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. **Revista Estudos Históricos**, v. 3, n. 6, p. 207-243, 1990.

YABETA, Daniela, GOMES, Flávio. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 47, 2013.

ZUBARAN, Maria Angélica; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Interlocuções sobre estudos afro-brasileiros: pertencimento étnicoracial, memórias negras e patrimônio cultural afrobrasileiro**. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 130-140, 2012.

## ANEXOS:

### 1) Placas de educação patrimonial VLT Rio de Janeiro



1.2 Segue aqui uma tabela de instrumentos legais relacionados à preservação do Cais do Valongo

**Quadro 1.** Instrumentos legais relacionados à preservação do Cais do Valongo.

<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Abrangência</b>
<b>26 de julho de 1961</b>	Lei nº 3.924/1961, conhecida como "Lei da Arqueologia", que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos	Nacional
<b>04 de maio de 1987</b>	Lei nº 971/1987, que transforma em Área de Proteção ao Ambiental Cultural (APAC) os bairros portuários da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (SAGAS) (Zona de Amortecimento)	Municipal
<b>14 de janeiro de 1988</b>	Decreto nº 7.351/1988, que regulamenta a Lei nº 971/1987	Municipal
<b>09 de janeiro de 2003</b>	Lei nº 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"	Nacional
<b>07 de maio de 2003</b>	Decreto nº 22.872, que cria a obrigatoriedade da Pesquisa Arqueológica nas Obras de Intervenção Urbana	Municipal
<b>12 de junho de 2003</b>	Decreto nº 23.008, que cria Grupo de Trabalho para elaboração de Projeto Básico Histórico e Arqueológico tendo em vista a recuperação do Cais do Valongo – Saúde	Municipal
<b>05 de abril de 2004</b>	Decreto nº 24.088, que cria o Portal dos Pretos Novos – Gamboa	Municipal
<b>23 de novembro de 2009</b>	Lei Complementar nº 101/2009, que modifica o Plano Diretor e autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio	Municipal
<b>23 de novembro de 2009</b>	Lei Complementar nº 102/2009, que cria a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Janeiro (CDURP)	Municipal
<b>20 de julho de 2010</b>	Lei nº 12.288, que institui o Estatuto da Igualdade Racial	Nacional
<b>29 de novembro de 2011</b>	Decreto nº 34.803/2011, que cria o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do circuito	Municipal
<b>25 de abril de 2012</b>	Registro do Cais do Valongo/Cais da Imperatriz no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN) sob nº RJ01153	Nacional
<b>13 de março de 2013</b>	Portaria MINC/IPHAN nº 135/2013, que dispõe sobre a delimitação e diretrizes sobre a área onde se localiza o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo (Zona de Amortecimento)	Nacional
<b>20 de novembro de 2013</b>	Reconhecimento do Cais do Valongo pela UNESCO como parte do projeto "A Rota do Escravo: Resistência, Liberdade e Herança" e fixação de placa no Cais expressando o reconhecimento	Mundial
<b>15 de dezembro de 2014</b>	Lei nº 5.820/2014, que inclui o Dia da Lavagem Simbólica do Cais do Valongo no Calendário Oficial da Cidade consolidado pela Lei nº 5.146/2010	Municipal
<b>12 de julho de 2017</b>	Reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO sob nº 1548	Mundial
<b>11 de outubro de 2017</b>	Lei nº 7.741/2017, que considera o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Rio de Janeiro para fins de Preservação da Memória da Diáspora Africana	Estadual
<b>15 de janeiro de 2018</b>	Lei nº 7.851/2018, que institui diretrizes para criação do Museu Afro Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro	Estadual

Fonte: Organizado pelas autoras (2018), a partir de pesquisas diversas.

Reportagem sobre o Cais do Valongo

[https://www.academia.edu/59902115/Valongo\\_ameacado?email\\_work\\_card=thumbnail](https://www.academia.edu/59902115/Valongo_ameacado?email_work_card=thumbnail)

<https://oglobo.globo.com/rio/acao-civil-publica-cobra-da-uniao-do-iphant-cumprimento-de-compromissos-assumidos-em-relacao-ao-cais-do-valongo-25249224?versao=amp>

<https://diariodorio.com/vlt-carioca-inicia-na-segunda-obra-para-urbanizacao-do-largo-de-santa-rita/amp/>